



Universidade Aberta

Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais

**Os descendentes de emigrantes
portugueses em França:
o reencontro com as suas raízes**

Mireille Heleno Torrado

sob a orientação da Professora Doutora Rosana Albuquerque

Lisboa, 2012

ÍNDICE GERAL

Índice de gráficos.....	4
Índice de quadros	6
Agradecimentos.....	8
Resumo.....	9
Preâmbulo.....	12
I – Concepção da pesquisa.....	13
I.1 – Apresentação e justificação do tema.....	14
I.2 – Metodologia.....	15
I.2.1 – Abordagem quantitativa.....	15
I.2.2 – Identificação e seleção da amostra.....	16
I.2.3 – Procedimentos de recolha de dados.....	17
I.2.4 – Fiabilidade do estudo.....	19
II – Enquadramento teórico	21
II.1 – A emigração para França	23
II.1.1 – Razões para emigrar e evolução dos fluxos migratórios	23
II.1.2 – As políticas de emigração em Portugal até 1974.....	26
II.1.3 – O papel das associações de Portugueses em França nos anos sessenta, setenta e oitenta.....	30
II.1.4 – As famílias portuguesas em França.....	33
II.1.5 – A globalização, as redes transnacionais e a aproximação a Portugal.....	36
II.2 – Os luso-descendentes.....	39
II.2.1 – Conceito de luso-descendente.....	39
II.2.2 – A busca e a (re)definição da identidade.....	41
II.2.3 – Os laços com Portugal e o projeto de migrar rumo às origens	45

II.2.4 – Língua portuguesa, escolaridade e as habilitações literárias.....	51
II.2.5 – O processo de integração em Portugal.....	56
III – Análise dos resultados.....	59
III.1 – Caracterização da amostra.....	61
III.2 – Percurso académico após a chegada a Portugal.....	68
III.3 – Local de residência em França (antes do projeto migratório) e local de residência em Portugal (após a migração).....	68
III.4 – O seio familiar antes do projeto migratório.....	72
III.5 – Os progenitores antes da migração dos filhos.....	74
III.6 – Atividades de cariz social antes do projeto migratório.....	79
III.7 – A língua portuguesa como língua materna e de aprendizagem.....	81
III.8 – A decisão de migrar e a migração para Portugal86	92
III.9 – A chegada a Portugal e a adaptação inicial.....	90
III.10 – Integração na sociedade portuguesa e ligação com a França.....	93
III.11 – Situação dos progenitores após o projeto migratório dos filhos.....	100
III.12 – A vivência no dia-a-dia do luso-descendente em Portugal.....	102
Conclusões.....	110
Referências bibliográficas.....	115
Sites consultados	124
Anexos.....	125
Documento 1 – Guião de entrevista à Presidente do Observatório dos Luso- descendentes e à representante da Associação Cap Magellan	126
Documento 2 – Questionário aos luso-descendentes.....	127
Documento 3 - Listagem de alguns acordos políticos assinados por França e Portugal para regulação da emigração portuguesa	141

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Principais países de emigração portuguesa (Instituto Geográfico Português)	25
Gráfico 2 – Síntese da emigração portuguesa	26
Gráfico 3 – Remessas enviadas para Portugal pelos emigrantes (Instituto Geográfico Português)	30
Gráfico 4 – Caracterização da amostra por sexo	61
Gráfico 5 – Nacionalidade dos inquiridos em número	62
Gráfico 6 – Falava em Português com Franceses?	80
Gráfico 7 – Saber se o indivíduo viu alguma utilidade nas aulas de português	84
Gráfico 8 – Discriminação por ser luso-descendente	84
Gráfico 9 – Como se sentiu inserido o inquirido em França, numa escala de 1 a 5	85
Gráfico 10 – Idade dos inquiridos aquando da vinda para Portugal	87
Gráfico 11 – O desejo dos progenitores de voltarem para Portugal e a influência na decisão de migrar do inquirido	88
Gráfico 12 – Grau de satisfação por ter sido criado em França	89
Gráfico 13 – O inquirido encontrou um emprego a partir de França?	91
Gráfico 14 – Grau de satisfação na obtenção do primeiro emprego	92
Gráfico 15 – Saber se o inquirido voltou a estudar em Portugal	93
Gráfico 16 – Taxa de atividade para homens e mulheres (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego)	94
Gráfico 17 – Discriminação em Portugal	95
Gráfico 18 – A língua francesa como ferramenta útil	96
Gráfico 19 – Saudades de França	98
Gráfico 20 – Regresso dos progenitores	101
Gráfico 21 – Saber se a ideia que o inquirido tinha de Portugal se alterou	103
Gráfico 22 – Saber se o inquirido se vê como Francês ou Português	104

Gráfico 23 – Concretização dos objetivos.....	107
.....	
.....	
.....	
.....	
Gráfico 24 – Saber se o inquirido pretende voltar para França.....	108
Gráfico 25 – Migração para outro país (exceto França).....	109

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização da amostra por idade.....	62
Quadro 2 – Estado civil.....	63
Quadro 3 – Local atual de residência em Portugal.....	63
Quadro 4 – Ocupação profissional.....	64
Quadro 5 – Formação escolar.....	65
Quadro 6 – Habilitações escolares antes da migração para Portugal.....	65
Quadro 7 – Experiências de reprovação escolar.....	66
Quadro 8 – Ano(s) de reprovação.....	66
Quadro 9 – Ajuda nos trabalhos escolares.....	67
Quadro 10 – Local de residência em França.....	69
Quadro 11 – Habitação em meio rural ou urbano.....	69
Quadro 12 – Local para onde foi viver em Portugal.....	70
Quadro 13 – Outro local para onde foi viver em Portugal.....	70
Quadro 14 – Ajuda no alojamento.....	71
Quadro 15 – Pessoas que ajudaram na procura de alojamento.....	71
Quadro 16 – Com quem residia o inquirido antes do projeto migratório.....	72
Quadro 17 – Situação profissional antes do projeto migratório.....	72
Quadro 18 – Local de residência dos irmãos.....	73
Quadro 19 – Local de residência do pai antes da emigração.....	75
Quadro 20 – Local de residência da mãe antes da migração.....	75
Quadro 21 – Estado civil dos progenitores antes da emigração.....	76
Quadro 22 – Qual dos progenitores migrou primeiro.....	76
Quadro 23 – Ano de emigração dos progenitores.....	77
Quadro 24 – Habilitações literárias do pai antes da emigração.....	78
Quadro 25 – Habilitações literárias da mãe antes da emigração.....	78

Quadro 26 – Local de aprendizagem da língua portuguesa.....	82
Quadro 27 – Idade de aprendizagem da língua portuguesa.....	83
Quadro 28 – Ano de chegada a Portugal.....	87
Quadro 29 – Ajuda na chegada a Portugal.....	90
Quadro 30 – Constituição de família.....	97
Quadro 31 – Laços económicos com a França.....	99
Quadro 32 – Viajar para França.....	99
Quadro 33 – Palavras representativas dos Portugueses (cinco adjetivos).....	106

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer àqueles que, de uma maneira ou de outra, me incentivaram para realizar este projecto:

- Ao meu marido Carlos, cuja paciência é incomensurável;
- Aos meus filhos Rafael e Nádia, que tiveram de realizar algumas tarefas domésticas enquanto a mãe se encontrava à frente do computador;
- Aos meus pais, Palmira e João, bem como ao meus amigos e conhecidos luso-descendentes que, seguramente, se reverão nestas linhas e que me deram uma ajuda preciosa;
- Aos meus formandos que, por vezes, me deram boas ideias;
- À professora Rosana Albuquerque pela sua orientação.

Um abraço do tamanho do mundo...

Resumo

A partir dos anos cinquenta do século XX alguns países do norte da Europa, em franca expansão económica, optaram por abrir as suas fronteiras e deixar entrar mão de obra que iria, ao longo dos anos, contribuir para o desenvolvimento desses países.

Assim muitos portugueses decidiram migrar, em busca de uma vida melhor e de um trabalho cujo ordenado lhes permitisse realizar muitos dos seus sonhos e ambições.

Para muitos desses portugueses, o país de acolhimento foi a França. Lá, acabaram por nascer muitas crianças que serão designadas de filhos de imigrantes, segunda geração, franco-portugueses e mais recentemente luso-descendentes. O objectivo principal de voltar para Portugal acabou, para muitos, por ser um projeto adiado e, nalguns casos, posto de parte.

Este trabalho debruçou-se sobre os filhos destes migrantes portugueses residentes em França que, apesar de estarem plenamente inseridos na sociedade de acolhimento dos seus progenitores preferiu, a dada altura, vir para Portugal sem que todavia os seus pais seguissem as suas pisadas.

Assim, tentámos saber quem são e quais as razões que levaram alguns luso-descendentes de França a migrar para Portugal, sabendo que os seus progenitores não fizeram essa opção e preferiram ficar em França.

Muitos foram os trabalhos que analisaram as vivências dos luso-descendentes após o “regresso” a Portugal com os seus pais, mas poucos ainda são os estudos em que os luso-descendentes migram voluntariamente para Portugal sem as suas famílias.

Palavras-chave : (e)migração, França, língua francesa, língua portuguesa, luso-descendentes.

Abstract

From the fifties of the twentieth century some countries of Northern Europe, in frank expansion, chose to open their borders and let in some workforce that would, over the years, contribute to the development of those countries.

So, many Portuguese people decided to migrate, searching for a better lifestyle and a job that could allow them to perform many of their dreams and ambitions.

For many of those Portuguese,

For many of the Portuguese, the host country was France. There, many children were eventually born and would be called children of immigrants, second generation, French-Portuguese and more recently Luso-descendants. For many, the project of eventually returning to Portugal ended up delayed or, in some cases, discarded.

This work focused on the children of Portuguese emigrants living in France who, despite being fully adjusted into the host society of their parents chose, at some point, to come to Portugal, even if their parents remained in France.

So we tried to find out the reasons that led some of the Luso-descendants from France to migrate to Portugal, even if they were aware that their parents would prefer to stay in France.

There are many studies that have analysed the lives of Luso-descendants after their “return” to Portugal along with their parents, but there are still few studies about Luso-descendants who migrate voluntarily to Portugal without their families.

Key words : emigration, France, French language, immigration, luso-descendants, Portuguese language.

Résumé analytique

A partir des années cinquante du XX^{ème} siècle, certains pays du Nord de l'Europe qui connaissaient un essor économique, ont choisi d'ouvrir leurs frontières et de laisser entrer une main-d'oeuvre qui irait, au fil du temps, participer au développement de ces mêmes pays.

Ainsi beaucoup de Portugais décidèrent de migrer, visant une vie meilleure et un travail qui leur permettrait de réaliser certains de leur rêves et ambitions.

Pour beaucoup d'entre eux, le pays d'accueil fut la France. C'est dans ce pays que naîtront beaucoup d'enfants que l'on appellera enfants d'immigrés, deuxième génération, Franco-Portugais et, plus récemment, Lusodescendants. L'objectif principal de retour au pays fut, pour certains, un projet reporté ou, pour d'autres, un projet abandonné.

Ce travail s'est penché sur les enfants de ces migrants Portugais résidant en France qui, bien qu'étant plainement insérés dans la société d'accueil de leurs parents, ont préféré, à un moment donné de leur vie, venir au Portugal sans que leurs parents les suivent.

Ainsi, nous avons essayé de savoir pour quelles raisons certains Luso-descendants de France ont migré au Portugal, tout en sachant que leurs parents ne l'ont pas fait et ont préféré rester en France.

Nombreux sont les travaux qui ont analysé la vie des Lusodescendants après leur "retour" au Portugal avec leurs parents, mais il existe très peu de travaux sur les Lusodescendants qui choisissent de migrer au Portugal sans leur famille.

Mots-clé : (é)migration, France, langue française, langue portugaise, lusodescendants.

PREÂMBULO

Ce travail a été réalisé un peu par hasard ou par simple curiosité....

Au départ, l'objectif n'était pas de rédiger une dissertation de Master, mais d'assoupir ma curiosité à un plan strictement personnel.

En effet, je me suis toujours demandée combien de lusodescendants, comme moi, avaient migré vers le Portugal, au pays de leurs parents et dans quel but: par nécessité, par amour, pour changer d'horizons? Avaient-ils eu depuis toujours l'envie de savoir à quoi ressemblait REELLEMENT le Portugal ou si l'envie avait été brusque et récente? Avaient-ils toujours aimé le Portugal ?

Il me semblait que mon cas était particulier : mon père est parti en 1965, dégoûté de misère et plein d'espoir en une vie meilleure et ma mère s'est mariée avec mon père, en 1967, pour quitter son village qui ne lui avait apporté que misère et travail. Ainsi, mes parents me disaient et me faisaient sentir, jour après jour que le Portugal n'était pas un pays pour des gens comme nous, qui voulions vivre dans le confort, l'opulence, la culture et la bonne éducation. Pire: si mes parents ont quitté leur pays dans de telles conditions, c'était bien parce qu'il ne faisait pas bon vivre au Portugal!

Ainsi, je ne parlais avec mes parents qu'en Français et ils me répondaient en Français, bien que parlant entre eux en Portugais. Nous avions très peu d'amis portugais car nous vivions dans une ville sans presque d'immigrés. J'ai suivi des cours de portugais à l'école primaire, mais cela ne me plaisait pas, alors mes parents m'ont retirée des cours de Portugais.

Cela fut ainsi jusqu'à mon adolescence, époque à laquelle j'ai rencontré mon futur mari: j'ai alors tellement ressenti le besoin d'améliorer mes connaissances en langue portugaise, car tout le monde se moquait de mon accent, que je me suis inscrite en Portugais par correspondance (CNED), en terminale. J'ai pu passer mon bac avec "Portugais première langue" et une très bonne note. Comme je voulais continuer à apprendre le Portugais, je suis entrée à la Sorbonne Nouvelle Paris III où j'ai fait deux ans de Portugais. Puis, je suis partie au USA car j'étais lasse d'étudier et voulais perfectionner mon Anglais. A mon retour, mon fiancé a voulu se marier, ce que nous avons fait en 1991. Par malheur, il n'a pas voulu habiter à Paris, alors il a bien fallu

que je migre au Portugal. Bien que n'en aillant pas trop envie, je l'ai fait et ne regrette rien !

CAPÍTULO I

Concepção da pesquisa

I.1. Apresentação e justificação do tema

O estudo que se apresenta centra-se nos percursos de adultos filhos de emigrantes portugueses nascidos e criados em França (ou tendo ido para Portugal em tenra idade), isto é, de luso-descendentes, que optaram por viver em Portugal, e mais especificamente na área metropolitana de Lisboa, independentemente dos projetos migratórios dos seus progenitores (que se mantiveram em França).

Carmo e Ferreira (2008:47) apontam o “critério da familiaridade” como um dos primeiros critérios para definir o objeto de estudo, sendo que um investigador se sente mais motivado e mais seguro se tiver um conhecimento mais ou menos profundo do mesmo. Acrescentam ainda os autores que “um segundo critério é a afetividade”, que nasce de “uma forte motivação pessoal” (Carmo e Ferreira, 2008:48).

Ora, no caso deste projecto de investigação, podemos afirmar que a investigadora, também luso-descendente, começou, desde a sua chegada a Portugal, a refletir sobre as motivações que levam alguns luso-descendentes a fazerem idêntico percurso migratório. Desta forma, o resultado da pesquisa interessa, em primeiro lugar, à investigadora, pois traduz o culminar e a resposta às suas reflexões e à sua vivência pessoal.

Neste contexto, o objetivo do estudo consiste na procura de respostas para as razões que levam alguns luso-descendentes, filhos de emigrantes em França, a tomarem a decisão, a uma dada altura da sua vida, de se estabelecerem, por um período de tempo indeterminado, no país de origem dos seus progenitores.

De acordo com a pesquisa bibliográfica realizada de forma exploratória (Cordeiro, 1997; Neto, 1998; Raveau e Rocha-Trindade, 1998) a temática dos projectos migratórios dos descendentes de emigrantes portugueses para Portugal, de forma autónoma e sem estarem associados ao regresso dos progenitores, tem sido pouco estudada. Por esta razão, o estudo deste tema oferece hipóteses de investigação interessantes. O fenómeno mais frequente, e por essa razão mais abordado na literatura científica, tem sido o regresso dos emigrantes à terra natal acompanhados pelos filhos (Alarção, 1985; Gonçalves, 2003; Santos, 1992).

Assim, esta investigação fará parte de uma pesquisa exploratória que nos dará a conhecer uma segunda geração oriunda da emigração, com vontade de mudar as suas vidas num país onde não nasceram, mas que sentem ser seu porque é o país que viu

nascer os seus pais. Iremos focalizar-nos em residentes na área da Grande Lisboa, procurando compreender as razões da sua vinda para Portugal, articulando as suas vivências e expectativas em Portugal, no sentido de traçar os seus percursos na sociedade portuguesa.

O estudo que realizámos procura, assim, compreender as razões, as expectativas e os percursos dos descendentes de emigrantes portugueses nascidos em França, que optaram por vir viver para Portugal deixando no país de nascimento os seus pais ou encarregados de educação. A partir da identificação destas componentes – razões e expectativas – procuraremos traçar os percursos de inserção de luso-descendentes na sociedade portuguesa.

A pesquisa documental foi desenvolvida nas seguintes instituições e locais: Centro de Documentação da Universidade Aberta; Centro de Documentação do Instituto Franco-Português; Consulado Francês; Livrarias; Internet.

I.2. Metodologia

I.2.1. Abordagem quantitativa

Ao iniciar a redação do projecto de investigação que iria ser entregue à Universidade Aberta em Novembro de 2010, uma abordagem qualitativa parecia a mais adequada, já que esta temática “do retorno” dos luso-descendentes ainda estava pouco desenvolvida na investigação e literatura científica.

Assim sendo, os indivíduos da amostra a seleccionar seriam entrevistados individualmente com base um guião que combinaria respostas fechadas com respostas abertas, permitindo, desse modo, a liberdade de expressão e a abordagem de temas não previstos nem identificados *a priori*.

Quivy e Campenhoudt (1995:188) referem que os inquéritos por questionários justificam-se quando existe um grande número de pessoas a participarem no estudo. Contudo, visto a escassez de tempo, pôs-se a hipótese de se elaborar um questionário para entregar a cada um dos participantes.

Ao contactar cada uma das pessoas que iria ser entrevistada, verificou-se que seria difícil conciliar vários aspetos: alguns afirmavam não terem tempo para serem

entrevistados; outros não queriam ser entrevistados nas suas casas, preferindo um lugar público como um café, logo pouco intimista e ruidoso; outros ainda disseram que não conheciam muito bem a entrevistadora, logo que se iriam sentir muito pouco à vontade para falarem frente a frente da sua vida pessoal; finalmente, alguns só poderiam ser entrevistados aos fins-de-semana e outros unicamente durante a semana, obrigando a investigadora a muitas deslocações, nos mais variados horários.

Todas estas “exigências” acabaram por condicionar o tempo disponível para as deslocações e as entrevistas, colidindo com o prazo regulamentar de conclusão da dissertação, o que nos levou a reorientar a opção qualitativa para uma abordagem de natureza quantitativa. Assim, foi decidido que, pelas razões enunciadas acima, a opção mais eficiente para a recolha de dados seria a preparação de um questionário constituído maioritariamente por respostas fechadas, onde se incluíam algumas respostas abertas, no sentido de facilitar a recolha de dados e o preenchimento do questionário em alguns minutos.

I.2.2. Identificação e seleção da amostra

Uma das preocupações subjacentes à identificação e seleção da amostra foi evitar definir rigidamente uma faixa etária, dado o desconhecimento da realidade numérica e demográfica da população alvo, nomeadamente a distribuição etária dos luso-descendentes em Portugal¹. Porém, poderia supor-se que, se esta população alvo havia nascido em finais dos anos sessenta e na década de setenta, ela estaria na faixa etária compreendida entre os trinta e os quarenta e cinco anos de idade².

Podemos também afirmar que esta população-alvo se encontra inserida no mercado de trabalho ou em idade de poder exercer uma profissão e que alguns terão até constituído família³.

A amostra foi selecionada através dos seguintes métodos:

- Contactos com familiares, formandos e amigos da investigadora;
- Contactos através do Observatório dos Luso-Descendentes;

¹ Confirmado após contacto para obtenção de dados estatísticos junto do Consulado de França em Lisboa, do Observatório dos Luso-Descendentes e da Associação Cap Magellan.

² Os maiores fluxos migratórios para França aconteceram nos anos sessenta até 1973, pelo que a maioria dos luso-descendentes representados neste trabalho teria nascido nesse período.

³ Os maiores fluxos migratórios para França aconteceram nos anos sessenta até 1973, pelo que a maioria dos luso-descendentes representados neste trabalho teria nascido nesse período. Em consequência estariam todos em idade ativa.

- Contactos através de uma página pessoal criada pela investigadora para esse efeito no Facebook⁴.

Foram solicitados dados estatísticos sobre o número de luso-descendentes residentes na Área Metropolitana de Lisboa ao Consulado de França em Lisboa, à Presidente do Observatório dos Luso-Descendentes e à representante da Cap Magellan, mas nenhuma destas entidades conseguiu responder à nossa pergunta por não existirem dados estatísticos sobre essa matéria. Em resultado disso, o trabalho não poderia ter a pretensão de identificar uma amostra representativa do universo da população alvo, do ponto de vista quantitativo. Assim, a amostra foi construída de modo intencional, a partir de um perfil do luso-descendente balizado entre diferentes características (conforme referido acima) e que se pretendia que fosse o mais diversificado possível, permitindo, desta forma, colher experiências e percursos de vida diferenciados e qualitativamente representativos da população luso-descendente a residir na Área Metropolitana de Lisboa. De acrescentar que um critério essencial seria sobretudo a amostra pertencer à geração 1 ou à geração 1.5⁵ que tivesse ido para França antes da entrada no ensino básico francês. A geração 1 engloba os inquiridos que nasceram no estrangeiro e chegaram a Portugal com mais de 12 anos; a geração 1,5 engloba os inquiridos que nasceram em Portugal e chegaram a França até aos 7 anos).

A amostra é constituída por cinco indivíduos do sexo masculino e seis indivíduos do sexo feminino.

I.2.3. Procedimentos de recolha de dados

A par da pesquisa documental deu-se início a uma recolha de dados exploratória no sentido de preparar a elaboração do questionário. Assim, foram identificadas duas instituições com uma especial relação com a problemática dos luso-descendentes, que assumiram o papel de informadores privilegiados: o Observatório dos Luso-Descendentes e a Associação Cap Magellan em Portugal.

⁴ Mensagem colocada na página da investigadora pedindo aos luso-descendentes que correspondem aos critérios definidos no estudo que se apresentem se estiverem interessados em participar no estudo (efeito bola de neve).

⁵ Fonte: Observatório da Imigração (<http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=593>). A definição original é de PORTES, Alejandro; RUMBAUT, Rubén (1996) *Immigrant America: A Portrait*, Berkeley, University of California Press

Nesse sentido, elaborou-se um guião para entrevistar a Presidente do Observatório dos Luso-Descendentes e a representante da Associação Cap Magellan a fim de obter algumas informações relacionadas com um eventual número de luso-descendentes franceses a residir em Portugal e de tentar perceber quais as motivações para terem migrado para o país de origem dos pais. As perguntas, na sua grande maioria, eram de respostas abertas para o entrevistado poder responder livremente.

O passo seguinte foi a elaboração do questionário a aplicar aos luso-descendentes selecionados da amostra.

O questionário foi elaborado a partir das orientações e recomendações de Carmo e Ferreira (2008:153-165), com particular atenção às seguintes recomendações:

- Apresentação da investigadora e do tema;
- Instruções precisas para o preenchimento do questionário;
- Elaboração, na sua grande maioria, de perguntas fechadas, obrigando o inquirido a dar respostas curtas;
- Elaboração de algumas perguntas de respostas abertas a fim de deixar alguma liberdade para o inquirido exprimir a sua opinião;
- Elaboração de perguntas compreensíveis e que não deixam dúvidas em relação às respostas;
- Não colocação de perguntas cujas respostas seriam demasiado indiscretas e que não trariam informações pertinentes para o estudo ou a colocação de perguntas que nada têm a ver com o tema abordado;
- Elaboração de perguntas que deverão dar uma resposta a cada uma das perguntas inicialmente formuladas.

Foi então realizado um pré-teste a dois inquiridos a fim de verificar o seguinte (Bell, 1993:129):

- Clareza das perguntas, para evitar eventuais dificuldades no preenchimento do questionário;
- Qualidade gráfica e comprimento do questionário;
- Tempo que os inquiridos demoraram a preencher o inquérito;

➤ Se algum inquirido teria alguma sugestão pertinente: acrescentar algum tópico importante, retirar alguma pergunta, etc.

A opção por aplicar um questionário de resposta individual, em local a definir pelo próprio e respeitando a sua privacidade e disponibilidade de tempo, foi apresentada aos indivíduos selecionados, que se mostraram disponíveis para preencher o questionário com a maior brevidade possível.

Foi então redigido um e-mail a todos, apresentando-se a investigadora e o seu trabalho, juntamente com o questionário. Foi dado um prazo com cerca de quinze dias para o preenchimento do questionário, mas tendo sempre em vista alguns atrasos. Como era de prever, poucos questionários foram devolvidos por e-mail dentro do prazo previsto, sendo que o prazo de entrega teve de ser alargado até finais de Junho de 2011, senão correria o risco de redução da amostra e, conseqüentemente, de perda de diversidade de perfis e percursos. Apesar dos cuidados acima referidos, dos treze questionários enviados, dois não foram devolvidos no prazo estipulado.

No que respeita os procedimentos de aplicação do questionário, é ainda de referir que, dentro dos onze questionários preenchidos, um foi entregue em mão porque a participante do estudo não conseguiu preencher o questionário no computador, pelo que o preenchimento teve de ser manual. Aproveitou-se o momento de entrega do questionário em mão para conversar sobre a temática do projeto e das dificuldades pelas quais passavam alguns luso-descendentes nesta altura de grave crise económica. Esta participante do estudo, inclusivamente, encontrava-se recentemente desempregada e o seu marido iria, no mês seguinte, encerrar a sua empresa, por falta de clientes. O seu futuro era incerto, pelo que estavam a equacionar a hipótese de mudar de país, hipótese que nunca haviam ponderado até então.

I.2.4. Fiabilidade do estudo

Na recolha de dados, partiu-se do princípio de que todos os inquiridos responderam às perguntas com honestidade e seriedade.

As suas respostas foram analisadas à luz das informações recolhidas através de entrevistas e leituras sobre a temática da emigração e da situação dos luso-descendentes em geral, tentando confirmar ou refutar algumas das informações recolhidas.

No entanto, temos a consciência de que, em tempos de crise, a situação económica e profissional de alguns participantes pode alterar-se a qualquer momento, levando às mais diversas situações, entre outras:

- Uma eventual situação de desemprego pode levar aqueles que pretendiam continuar a residir em Portugal a optarem pela migração para França ou para outro país do mundo. Foi o caso de dois potenciais inquiridos que, dias antes do preenchimento do inquérito tiveram de voltar para França devido a uma situação de desemprego prolongado;
- Para aqueles que responderam sentir-se satisfeitos por terem migrado para o país dos seus pais, a sua situação financeira e profissional pode eventualmente levá-los, a breve prazo, a reconsiderar as suas afirmações: aspetos positivos podem vir a ser negativos quando um indivíduo não está realizado na vida profissional ou pela situação financeira;
- A desestabilização financeira pode levar alguns a mudarem de local de residência em Portugal, optando sobretudo por se deslocarem para a aldeia natal dos pais por aí terem familiares que os podem ajudar.

As ciências sociais investigam seres humanos que estão em constante evolução. Como tal, os resultados deste estudo são passíveis de refutação futura, consoante os percursos dos luso-descendentes participantes, que poderão vivenciar mudanças (benéficas ou não) a nível familiar, profissional, económico e social. Todavia, tal evolução não invalida os resultados agora obtidos, que correspondem às condições de vida e às expectativas actuais dos entrevistados.

O que é uma certeza hoje poderá não sê-lo amanhã: as opiniões e as atitudes alteram-se face a uma determinada situação. Por isso pensamos que seria benéfico voltar a abordar esta temática dos luso-descendentes dentro de alguns anos, no sentido de identificar continuidades e mudanças nos percursos dos luso-descendentes, face ao contexto económico do país.

CAPÍTULO II

Enquadramento teórico

Neste segundo capítulo iremos, numa primeira fase, abordar o tema das migrações no seu geral e, em particular, da migração de portugueses para a França, sobretudo nos anos sessenta e setenta do século XX.

Numa segunda fase, debruçar-nos-emos sobre a temática dos luso-descendentes: a busca da identidade, a sua relação com Portugal, o ensino da língua portuguesa e a sua eventual intenção de residir no país dos seus pais.

II.1. A emigração para França

II.1.1. Razões para emigrar e evolução dos fluxos migratórios

De acordo com Rocha-Trindade (1995:41) são cinco as principais razões que levam uma pessoa a emigrar: razões económicas, como a procura de melhor remuneração para o trabalho efetuado, razões políticas, em que um pessoa é obrigada a fugir do seu país para evitar por exemplo a prisão, razões étnico-culturais em que, por exemplo no Ruanda, em 1994, várias etnias (Tutu e Tutsi) tiveram de sair do seu país devido a um genocídio. Existem ainda razões de emergência, no caso de populações que têm de encontrar abrigo em países fronteiriços devido a conflitos entre nações, guerras civis ou catástrofes naturais. Finalmente, por razões profissionais, em que alguns profissionais especialistas nas suas áreas são “aliciados” por países que carecem de mão de obra altamente especializada, movimento este denominado de “brain drain”.

No caso de Portugal, as principais razões que levaram milhões de pessoas a emigrarem foram de ordem económica e política.

Muitos portugueses optaram por emigrar a partir dos anos cinquenta do século XX porque, apesar de grande parte se encontrar a trabalhar, os seus salários não lhes permitia ter um nível de vida satisfatório, sendo que a sua decisão consistiu em migrar para França, onde as fronteiras estavam ainda abertas, devido à necessidade de mão de obra pouco qualificada. Para Rocha-Trindade (1995:45)

“o regime restritivo com que em Portugal se tentava travar a partida para o estrangeiro contrastava com o interesse das autoridades francesas em recrutar quantidades muito consideráveis de mão de obra importada”.

Assim sendo, a sua legalização em solo francês não seria muito dificultada.

O maior fluxo migratório para a França aconteceu nos anos sessenta, até 1974. Após a revolução de 25 de Abril de 1974, ocorreu uma queda da emigração em geral por haver a esperança de que a democracia iria trazer consigo mais justiça social, modernidade e empregos melhor remunerados.

A emigração era protagonizada sobretudo por homens oriundos de zonas rurais, no norte do país. Esses emigrantes, com poucas ou nenhuma habilitações literárias, procuravam trabalho em troca de um salário, em empregos que requeriam poucas

qualificações. A migração era encarada como uma situação temporária. Muitos emigrantes eram clandestinos, sem autorização para viajar para fora de Portugal.

A grande maioria destes emigrantes só encontrava trabalho à chegada em solo francês. Como comenta Ruivo (2001:21), a emigração não foi totalmente planeada antes da partida :

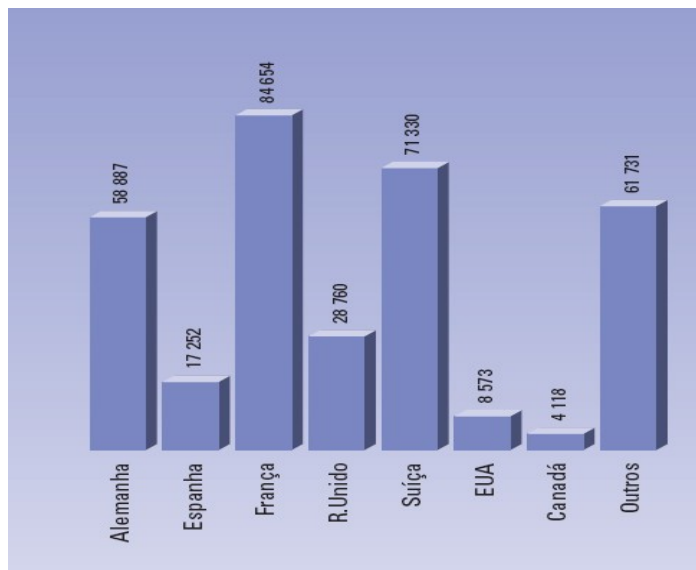
“une autre caractéristique de l’émigration vers la France est qu’elle a été principalement spontanée. Plus de deux tiers des émigrés n’ont trouvé du travail qu’une fois sur place. (...) Les emplois en France ont été, très souvent, obtenus grâce à l’aide de leur famille ou compatriotes déjà présents”.

Outros foram obrigados, por razões políticas, a fugir para o estrangeiro, obtendo assim o estatuto de exilados políticos. Pereira (2000, 2004) realça que nem todos os que migraram para França o fizeram de livre vontade e que eram emigrantes oriundos de classes sociais desfavorecidas. Muitos emigrantes eram exilados políticos provenientes das classes média e média alta, sobretudo comunistas e maoistas, que acabaram por trabalhar em fábricas.

Marques (1984:20) emprega o termo “émigration sauvage” e “exode anarchique” para definir o tipo de emigração portuguesa nos anos sessenta e setenta do século XX. Efetivamente, estima-se que “52,6% do fluxo migratório total para França era constituído por emigração clandestina” (Coelho, 2006:49) e que, de acordo com as estatísticas do Departamento Francês da Emigração, entre 1960 e 1974, 293 758 emigraram legalmente para França, sendo que 325 974 emigraram ilegalmente (Coelho, 2006:49).

Gráfico 1: Principais países de emigração portuguesa (1993-2003)⁶

⁶ Gráfico disponível em http://www.igeo.pt/atlas/Cap2/Cap2c_1.html. Data de consulta:



Fonte: Instituto Geográfico Português (IGEO)

No seu estudo sobre as comunidades portuguesas na Europa, Coelho (2006:51) conclui que são cada vez menos os portugueses da primeira geração em solo europeu e que, conseqüentemente, cresce o número de pessoas das segunda e terceira gerações.

Se, até 1973, existiu um crescimento do número de emigrantes, sobretudo ilegais, para países mais desenvolvidos, a crise petrolífera veio alterar este quadro: os países recetores começaram a controlar as entradas e saídas nas suas fronteiras por não necessitarem de mais mão de obra e foram criados incentivos para ajudar os emigrantes a regressar aos seus países de origem. Porém, muitos optaram por não deixar a França, por ser um país com mais futuro e criar melhores condições de vida para os filhos. Leandro (1999:66) afirma que, por estas razões, o regresso ao país de origem acaba por ser atrasado, optando o/a emigrante por, já na reforma, se deslocar com frequência para Portugal, passando, regra geral, o Inverno em França e o Verão em Portugal.

Em 1974 deu-se a Revolução dos Cravos e algumas pessoas que pensavam em emigrar até então não o fizeram por acharem que Portugal ia tomar um outro rumo e que as suas vidas iriam melhorar. Infelizmente, a instabilidade política e social, bem como as taxas de desemprego a subir de ano para ano acabaram por incentivar muitos a partir. Para aqueles que residiam em França, a situação vivida em Portugal não os incentivava para regressar.

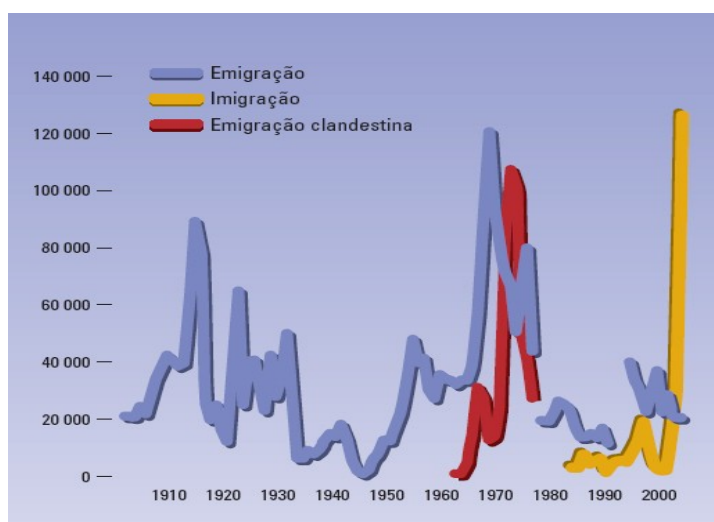
Coelho (2006:47) afirma que em 1973 o total de Portugueses que havia emigrado para a Europa estimava-se ser de 1.250.000. Acrescenta que, em 2005, 750.000 portugueses

residiam em solo francês (idem:46). Porém, para as autoridades francesas o número era de 550.000 indivíduos, porque 236.000 desses mesmos 750.000 haviam entretanto adquirido a nacionalidade francesa, optando pela dupla nacionalidade.

Por volta de 1973/1974 até meados dos anos oitenta, Coelho (2006:47) acrescenta que houve uma quebra na migração portuguesa devido ao controlo de fronteiras dos países recetores de migrantes. A partir de 1974 verifica-se um grande movimento de retorno para Portugal.

Uma breve síntese da emigração portuguesa é-nos dada pelo quadro seguinte:

Gráfico 2: Síntese da emigração portuguesa (1900-2003)⁷



Fonte: Instituto Geográfico Português (IGEO)

II.1.2. As políticas de emigração em Portugal até 1974

No início dos anos sessenta do século XX Portugal e França assinaram acordos de mão de obra. Só poderiam emigrar aqueles que possuíam um contrato de trabalho emitido pelo Governo Francês, sendo que esse contrato ficava registado na Junta de Emigração, para controlo do número de saídas do território.

Emigrar ilegalmente foi, a partir de 1961, considerada crime, pelo que os emigrantes podiam ter de cumprir uma pena até dois anos de prisão se fossem apanhados na fronteira. No entanto, salienta Pereira (2000) que poucos foram aqueles que foram

⁷ Gráfico disponível em http://igeo.pt/atlas/cap2/cap2c_1.html

encarcerados por emigrar ilegalmente. A 26 de Janeiro de 1959 houve uma primeira amnistia para os emigrantes clandestinos, devido ao receio de que muitos portugueses clandestinos acabem por se naturalizarem franceses.

Acrescenta Pereira (2000, 2004) que emigrar legalmente tinha custos financeiros elevados e a autorização de saída demorava muito tempo a ser dada ao requisitante. Existiam dois tipos de passaportes: um para emigrantes e outro dito “normal”. Para a obtenção de um passaporte de emigrante, de acordo com o Decreto-Lei nº 44 428 de 29 de Junho de 1962, “il faut avoir la santé et la robustesse physique nécessaire pour avoir droit au passeport”, “du travail ou le maintien assurés dans le pays “d’arrivée”, le maintien de la famille à charge assurée” (Pereira, 2004 :18) entre outras obrigações. Assim, pode-se verificar que a legislação da altura visava o controlo e a limitação de saídas da sua população e, sobretudo, das classes mais desfavorecidas.

Vários acordos com a França foram criados, visando proporcionar aos emigrantes portugueses iguais direitos aos dos autóctones. Assim em 1957 os trabalhadores portugueses passaram a ter direito ao acesso à Segurança Social (Pereira, 2004). No caso de um retorno para Portugal o ex-emigrante teria, a partir de então, direito à sua reforma. Em 1958 o Estado francês passou a dar subsídios aos trabalhadores portugueses que tinham família próxima em Portugal (mulher e filhos).

Estes acordos que davam direitos sociais aos portugueses residentes em França eram bons para Portugal porque evitavam naturalizações dos emigrantes como forma de acederem a direitos iguais aos dos franceses: os portugueses não perdiam a sua nacionalidade portuguesa e não necessitavam de levar para França os seus familiares. O “medo” de Portugal era que os familiares mais próximos dos emigrantes saíssem também do país e, por conseguinte, os emigrantes deixassem de enviar mais divisas para Portugal. Como sublinha Pereira (2004:23) “le “père” de famille et/ou “le mari” envoyant tous les mois les économies gagnées au prix de lourds sacrifices”. Por outro lado, o facto de a França dar subsídios para as famílias que ficaram em Portugal incentivava a emigração masculina, o que podia levar muitos a emigramem clandestinamente.

Outro acordo vantajoso para Portugal foi alcançado em 1966 (Pereira, 2004): o Estado francês comprometia-se a financiar a formação profissional dos emigrantes portugueses. Portugal acabou por criar centros de formação profissional em zonas rurais. Portugal passava a ter mão de obra mais qualificada a custos reduzidos. Muitos

desses formandos acabaram por emigrar, mas muitos também decidiram ficar em Portugal. Do lado da França, a formação profissional destas pessoas só trazia benefícios económicos porque, como expressa Pereira (2004:24) “la formation au Portugal se révélait beaucoup moins coûteuse qu’en France”.

Há que realçar que a entrada de Portugueses em solo francês veio preencher “um vazio demográfico anterior à guerra e que esta agravou, que só o recurso à população estrangeira permitiu compensar” (Almeida, 1004:88). Por sua vez, Portugal veio a perder parte da sua população jovem e ativa, provocando, uma vez mais, alterações a nível demográfico.

Pereira (2004) acrescenta que, para controlar a emigração legal, foram assinados acordos de mão de obra entre Portugal e a França a 31 de Dezembro de 1963: a França (l’Office National d’immigration – ONI) pedia um número aproximado de trabalhadores dispostos a emigrarem; por sua vez a Junta da Emigração em Portugal recrutava a mão de obra que iria para França. Mais ainda: o acordo possibilitava o reagrupamento familiar e a repressão da emigração clandestina, bem como qualquer tipo de discriminação e exploração de trabalhadores portugueses em França. Todavia estes acordos não foram cumpridos porque o recrutamento demorava meses a ser feito e os empregadores em França necessitavam dessa mão de obra o quanto antes, entre outras razões. Para demonstrar o insucesso dos acordos de 31 de Dezembro de 1963, Pereira (2004:27) afirma ainda que “en 1965 sur 51 000 travailleurs portugais fixes en France seuls 15 000 avaient été introduits para la mission de l’ONI à Lisbonne”, recaindo a culpa sobre o Governo português.

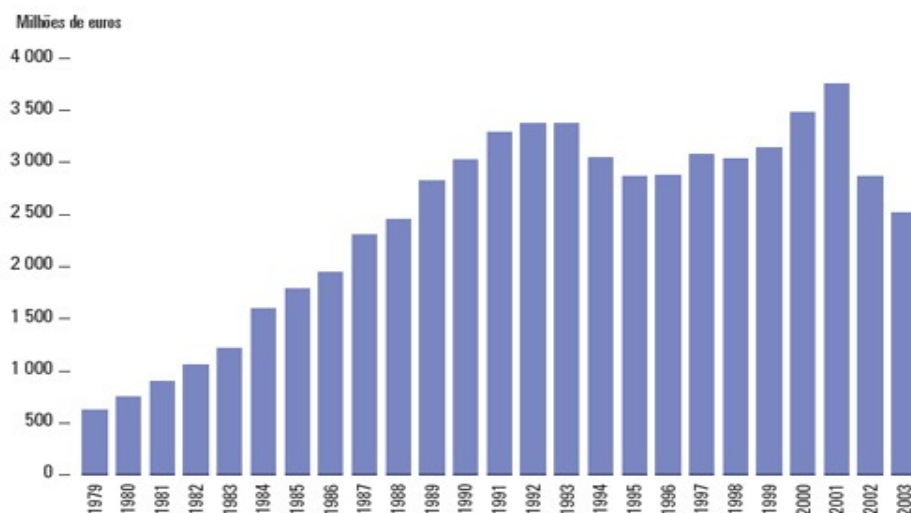
Finalmente, a partir de 1969, Marcelo Caetano liberalizou a emigração. Porém, os jovens menores de vinte-e-um anos não podiam emigrar, evitando desse modo a emigração familiar e garantindo que esses jovens iriam fazer parte do esforço de guerra. Para Leandro (1999:60) evitar que os jovens em idade de cumprir o serviço militar saíssem do país era uma prioridade, se bem que muitos emigraram clandestinamente:

“Dans les années soixante-dix et quatre-vingt-dix du siècle dernier, il fallait à tout prix éviter le départ des jeunes garçons dont on avait besoin pour faire le service militaire et, éventuellement, la guerre dans les colonies. D’où l’intervention du juridique au niveau des lois visant à créer un frein à l’émigration légale”.

Pereira (2000, 2004) tentou perceber quais as motivações de Portugal para deixar sair do país tanta mão de obra, sobretudo jovem, tendo em conta de que ela era necessária nos campos, nas fábricas e também para o contínuo povoamento das colónias em África. Além do mais, os jovens do sexo masculino seriam recrutados para o serviço militar e, eventualmente, para a guerra do ultramar.

A resposta a esta pergunta divide-se em duas partes: por um lado, a redução do número de trabalhadores na indústria obrigava os industriais e os patrões a modernizarem as suas fábricas, comprando máquinas que teriam de substituir o ser humano. Por outro lado, os emigrantes mandavam remessas de dinheiro para Portugal para a construção de uma casa na aldeia ou vila natal, para ajudar familiares e a comunidade local, o que trazia benefícios económicos para os cofres do Estado. É de salientar que, em 1973, de acordo com Pereira (2004:16), “15% du PNB portugais provient des transferts d’argent d’émigrants”.

Gráfico 3: Remessas enviadas para Portugal pelos emigrantes⁸



Fonte: Instituto Geográfico Português (IGEO)

Do lado do Estado francês, a emigração, tanto legal como clandestina, era bem-vinda, por ser mão de obra pouco qualificada, logo mal remunerada. Os emigrantes trabalhavam sobretudo nas fábricas, nas obras públicas e na construção civil. De acordo com dados recolhidos por Leandro (1999), no sector industrial, os emigrantes eram 395 200 em 1962 e em 1968 já eram 461 500. Por sua vez, a emigração feminina encontrava-se a trabalhar no sector terciário: limpezas e, de acordo com Leandro (1999:63) nos “travaux salissants”. Acrescenta Leandro (1999) que 25,85% dos emigrantes portugueses em França encontravam-se a trabalhar neste setor de atividade. O documento 3 que se apresenta nos anexos destaca alguns acordos políticos entre França e Portugal para regular a emigração portuguesa.

II.1.3. O papel das associações de portugueses em França nos anos sessenta, setenta e oitenta

As comunidades portuguesas criaram entre elas uma rede de entreajuda que Cordeiro (1984:13) denominou de “auto-organisation communautaire”. Esta rede era tão vasta que os portugueses, incluindo os recém-chegados, não sentiram a necessidade de pedir ajuda, na sua grande maioria, às autoridades francesas (segurança social, por exemplo).

⁸ Gráfico disponível em http://igeo.pt/atlas/cap2/cap2c_1.html

Por essa razão é que Cordeiro (1984:13) acrescenta que a comunidade portuguesa era invisível aos olhos dos franceses.

Convém realçar que “comunidade portuguesa”

“designa qualquer conjunto de portugueses ou luso-descendentes radicados em dado país estrangeiro e que se reclama dessa origem ancestral” (Rocha-Trindade, 2006:35).

O movimento associativo fez-se sentir sobretudo a partir de 1968, altura em que foram criadas catorze associações de portugueses, se bem que já em 1963 existissem algumas associações. Em 1984, eram cerca de 900, sendo que as datas de maior crescimento são: os anos 1974/1975, 1980/1981 e sobretudo 1982/1983.

Para Horta (2006:206) as associações são “um alargamento dos direitos de cidadania”. As associações são locais em que se reconhece que existe uma identidade cultural diferente da identidade cultural do país de acolhimento mas que tanto uma como a outra merecem igual respeito.

As associações de portugueses em França foram criadas principalmente no sentido de transmissão da cultura e da língua portuguesas. Efectivamente, os pais das crianças em idade escolar quiseram incentivar os seus filhos para o ensino da língua portuguesa e dos valores da nação portuguesa.

O ensino da língua portuguesa nas escolas primárias e secundárias era pouco difundido e não correspondia às expectativas nem dos pais nem dos filhos. No caso das aulas nas escolas primárias (dos 6 aos 11 anos) os alunos de origem portuguesa que desejavam ter aulas de língua portuguesa tinham de interromper as aulas com os professores franceses para terem as aulas de português, duas vezes por semana, cada aula tendo a duração de uma hora e trinta minutos. As crianças sentiam-se marginalizadas por terem de interromper as aulas para terem aulas de língua portuguesa; essas mesmas aulas não eram tidas em conta nem eram alvo de avaliação durante o percurso escolar das crianças, logo eram vistas como inúteis. Por fim, Carvalho (2006:25) afirma que não havia coordenação entre os professores de francês e os professores de português.

Dias (1984:15) acrescenta que

“Le mouvement associatif est un espace qui permet aux Portugais de France de résister à toute une politique de marginalisation ou d’assimilation. Les

associations jouent un rôle très positif dans les relations et le contact que ces populations s'efforcent de maintenir avec le Portugal”.

Manter o contacto com Portugal era fundamental, tendo em conta um provável (ou possível) retorno. De acordo com os emigrantes, os seus filhos deviam aprender a sua língua materna para se poderem integrar da melhor maneira possível na sociedade portuguesa e, sobretudo, no sistema escolar português. Mais ainda: ter aulas de português era dar à criança uma identidade cultura e ajudá-la a inserir-se melhor e mais rapidamente no sistema escolar francês (Carvalho 1984:24). Porém e ainda de acordo com Carvalho (1984:24),

“Une étude recente montre que les cours de Portugais, quelle que soit leur modalité, ne favorise pas l’insertion des enfants d’origine portugaise dans le système éducatif français”.

As associações são também um motor de sociabilização e de convívio entre portugueses: trocam-se ideias, memórias, saudades, vivências e veiculam-se informações sobre emprego, valores, estilos de vida, etc. Por outro lado, são também uma extensão da família onde se transmitem normas e valores tradicionais (Cunha 1984:39). Acrescenta Cunha (1984:39) que, para as raparigas, as associações são locais onde se podiam divertir, apesar do controlo dos pais, familiares e amigos.

A partir dos anos oitenta do século XX a população portuguesa começa a estabilizar e é também nessa altura que os portugueses começam a pôr em causa o seu projeto de retorno para Portugal. O reflexo dessa indecisão, diz-nos Dias (1984:15), é a criação de mais de 100 associações em França entre 1982 e 1983.

Desde 1982 têm vindo a desenvolver-se associações dirigidas por luso-descendentes e mulheres emigrantes, bem como rádios, veículos de informação e expressão. Dois dos exemplos desse movimento são a Rádio Alfa e a Associação Cap Magellan, criadas respetivamente em 1987 e 1991.

Além do ensino da língua e da cultura portuguesas essenciais para a preservação da biculturalidade, as associações também promoveram a prática do desporto, sobretudo do futebol, das festas populares ligadas à tradição portuguesa, do folclore e da informação (criação de boletins informativos). Outras atividades tais como a criação de pequenas bibliotecas e a projeção de filmes em língua portuguesa vieram dar um impulso à divulgação da cultura do país de origem.

Infelizmente a maioria das associações de Portugueses em França enfrenta graves dificuldades. Dias (1984:20) aponta para a falta de meios de subsistência e de apoios (devido à sua autonomia face aos circuitos oficiais de apoio), falta de locais, falta de equipamento desportivo e falta de formação por parte daqueles que dirigem e animam as associações. Ainda de acordo com Dias (1984:20) existe uma falta de coordenação entre as várias associações portuguesas, francesas e de outras etnias.

Apesar das dificuldades, Rocha-Trindade (2010:45) sublinha que em 2010 existiam 2.825 associações no mundo inteiro, para uma comunidade portuguesa composta por cinco milhões de pessoas. Acrescenta Rocha-Trindade (idem:45) que só em França existem 1.039 associações, de acordo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

II.1.4. As famílias portuguesas em França

Muitos foram os problemas e as dificuldades que sentiram as famílias portuguesas, tanto em Portugal como já em França.

Como mencionado anteriormente, muitos pais de família tiveram de deixar as suas famílias para migrar para França e outros países, deixando para trás mulher e filhos. Por sua vez, muitos casais optaram por deixar os seus filhos com familiares ou em colégios internos. De salientar que o projeto migratório para essas pessoas seria temporário.

Ora muitas dessas famílias em Portugal tiveram de aprender a organizar-se sem a presença do patriarca e a estabelecer uma rotina sem a figura paternal. Muitos filhos mal conheciam o seu pai e as esposas eram as responsáveis pela gerência da economia familiar. Por sua vez, muitas crianças, afastadas dos seus pais, não nutriam por eles sentimentos de proximidade.

Aquando do reagrupamento familiar, a partir dos anos setenta, as dificuldades acabaram por surgir: os filhos sentiam dificuldade em reconhecer a figura paternal e patriarcal e as mulheres tiveram de reaprender a conviver com um marido no país de acolhimento. Tamanhas mudanças obrigavam a todos a mudar de rotinas e a reaprender a dependerem de um marido ou um pai e uma mãe (Santos, 1984:41).

Bravo (1984:29) acrescenta que, no caso das mulheres, o “choque” ainda é acentuado pelo facto de elas exercerem profissões que as coloca em contacto direto com a sociedade de acolhimento. É o caso das mulheres a dias e empregadas de limpeza que, por um lado, têm uma vista privilegiada sobre os usos e costumes do país de acolhimento e que, por outro, aprendem com mais facilidade a língua do país receptor.

Ao inverso, os homens acabam por trabalhar na construção civil e nas obras públicas, o que dificulta a aprendizagem da língua do país de acolhimento, levando-os desse modo a sentirem-se inferiorizados em relação às mulheres e aos filhos. Bravo (1984:30) salienta que a família de estilo patriarcal que existia em Portugal deixa de o ser em França, porque o papel do marido e da mulher estão invertidos: como a mulher domina melhor a língua francesa e conhece melhor os hábitos da sociedade francesa, além de também participar nas finanças da casa devido ao seu trabalho, o marido sente-se incapaz de assumir o seu antigo papel de “chef de famille”, o que levou a muitos divórcios e conflitos no seio das famílias.

Muitos foram aqueles que passaram de um meio rural em Portugal para um meio urbano em França e de um meio maioritariamente monocultural para um meio multicultural (Nunes, 2006:85). Estes emigrantes tiveram de alterar o seu modo de vida se pretendiam adaptar-se e inserir-se na sociedade de acolhimento. Nunes (2006:84) fala em “conflito de valores” bem como em “aspectos identitários” a serem repensados e postos em causa. Os emigrantes sentiam necessidade de transmitir os seus valores aos filhos, tais como a língua portuguesa ou a sua religião, por exemplo, mas essa transmissão revelava-se difícil de ser cumprida pelas forças exercidas pela sociedade de acolhimento: outra língua, outros valores sociais, a bi-culturalidade, a modernização da sociedade francesa, etc.

Outro problema com que se depararam os emigrantes foi a ideia de que a migração seria temporária mas que veio a ser, para muitos, definitiva. Nos anos sessenta a ideia maioritariamente veiculada era de uma migração temporária. Muitos emigraram para ganhar dinheiro suficiente para construir uma casa nas suas aldeias. Outros pretendiam, através das remessas para Portugal, dar melhores condições de vida aos seus filhos. Porém, os anos setenta do século XX revelam-se como a década do reagrupamento familiar. Os filhos começaram a frequentar as escolas públicas francesas e a integrar-se na sociedade de acolhimento: aprendizagem da língua francesa que muitas vezes não era falada no seio familiar e transmissão de valores outros que não os valores da

família. Por sua vez os pais integraram-se na sociedade francesa através do seu trabalho e dos seus laços afectivos com franceses e outros emigrantes.

A família depara-se então com um dilema: ficar em França ou regressar para Portugal. Ficar em França significava pôr em causa a sua identidade portuguesa. Voltar para Portugal significaria, para a mulher, voltar a ser dependente do marido e perder a sua independência económica. São elas, que, na sua grande maioria, colocam entraves à partida afirmando, entre outras razões que os filhos têm uma educação melhor do que teriam em Portugal. Coelho (2006:53) acrescenta que muitos portugueses já reformados não regressam a Portugal por razões familiares, económicas e de protecção social, sendo que outros preferem fazer várias viagens por ano. Regra geral, o inverno é passado em França e o verão em Portugal. Coelho (2006:53) fala em “vaivém”.

Como os pais e familiares são, na sua grande maioria, pessoas oriundas de zonas rurais e com baixas ou nenhuma habilitações literárias, o Português falado no seio familiar será porventura rudimentar. Assim sendo, o Português que a criança vai aprendendo no seio familiar também será incorrecto ou deficiente⁹. A língua materna portuguesa só será a língua dominante no seio familiar até a criança entrar para o meio escolar. A partir desse momento, a aprendizagem da língua, da cultura e dos valores franceses vai começando a tomar o lugar da língua e da cultura portuguesas. É o que vai acontecendo com a grande maioria das crianças, filhos de emigrantes portugueses: a uma determinada altura o Francês vai sobrepor-se à língua francesa (os pais falam em Português e os filhos respondem em Francês) e a cultura francesa vai fazer-se sentir no dia-a-dia da família. Tal situação pode colocar em risco os valores da família portuguesa que se encontra em solo francês. É aliás o sentimento de muitos emigrantes que vêm os seus filhos sentirem-se mais próximos da cultura, dos valores e da língua francês e que se vão afastando dos próprios valores e cultura dos seus pais. Daí as aulas de aprendizagem da língua portuguesa serem tão importantes no sentido de ensinar uma língua mais académica.

Grosjean (2011) salienta o facto de que uma cultura dominante a uma determinada altura da vida de uma pessoa bicultural pode deixar de o ser noutra altura: “Cultures

⁹ Durante a entrevista com a Presidente do Observatório dos Luso-Descendentes no dia 14 de Janeiro de 2011, foi sublinhado que a língua falada pelos seus pais no seio familiar foi o Mirandês.

can wax and wane in one's lifetime, become dominant for a while before taking a secondary role later on, and vice-versa"¹⁰.

Grosjean (2011) acrescenta que as pessoas biculturais utilizam as suas duas culturas em graus diferentes e as suas atitudes são um resultado da combinação dessas duas mesmas culturas: "cultures have rarely exactly the same importance for bicultural people; one culture often plays a larger role leading to cultural dominance"¹¹. Alguns luso-descendentes afirmam ter como filosofia de vida a aplicação do melhor das duas culturas.

II.1.5. A globalização, as redes transnacionais e a aproximação a Portugal

Muitas têm sido as maneiras de matar saudades de Portugal e de transmitir os valores e a cultura portugueses aos mais jovens, muitos deles já nascidos em França.

As férias são uma maneira de lhes dar a conhecer as tradições de Portugal e da terra natal dos seus pais. Para os luso-descendentes, outra maneira de estar em contacto com a realidade portuguesa é ver televisão portuguesa através de televisão por cabo, de antenas parabólicas ou da Internet. As rádios também são um veículo de informação e cultura sobre Portugal. Para Horta (2006:205) "a globalização acelerou o fluxo de pessoas, bens, tecnologias, ideias, valores e estilos de vida, tornando o mundo étnica e culturalmente mais diversificado". Beja Horta acrescenta ainda que a liberdade cultural é um direito humano.

Através das tecnologias e das viagens os emigrantes e os seus familiares podem estar em contacto permanente com as suas famílias em Portugal e estar ao corrente da evolução no seu país de origem.

Malheiros (2006:75) realça a importância das comunidades transnacionais e das redes sociais que ajudam os emigrantes e as suas famílias no acolhimento, na adaptação, na inserção, na procura de trabalho e no apoio social de novos emigrantes. Além disso, elas desenvolvem economias nos dois países e ajudam a comunidade portuguesa em

¹⁰ Grosjean, François (2011) How cultures combine and blend in a person : bilinguals who are also bicultural, in Life as a bilingual – Psychology Today, May 9, 2011. Disponível em: <http://www.psychologytoday.com/blog/life-bilingual/201105/how-cultures-combine-and-blend-in-person> (site consultado em 14 de Julho de 2011)

¹¹ Grosjean, François (2011) *How cultures combine and blend in a person : bilinguals who are also bicultural*, in Life as a bilingual – Psychology Today, May 9, 2011. Disponível em: <http://www.psychologytoday.com/blog/life-bilingual/201105/how-cultures-combine-and-blend-in-person> (site consultado em 14 de Julho de 2011)

geral a inserir-se e a manter laços económicos e sociais, tanto em França como em Portugal.

Portes (2006:210) dá a seguintes definição para aquilo que são as atividades transnacionais:

“(...) designaríamos como transnacionais as atividades iniciadas e mantidas por actores não institucionais, sejam eles grupos organizados ou redes de indivíduos, através das fronteiras nacionais”

Portes (2004:87) sublinha o facto de que “os imigrantes com melhor inserção nas respectivas redes de relacionamento têm muito maior probabilidade de se tornarem activistas transnacionais”. Acrescenta ainda Portes (2004:88) que

“o transnacionalismo nas suas diferentes formas emerge da análise como sendo um projeto sobretudo de homens com firme inserção na estrutura familiar – homens com instrução, bons relacionamentos, e uma sólida implantação no país de acolhimento”

Desta forma, pode dizer-se que é uma hipótese plausível que quanto maior for o grau de inserção na sociedade de acolhimento (neste caso a França) e quanto maior forem as habilitações literárias do emigrante (ou das segunda e terceira gerações), maior probabilidade haverá de um emigrante passar a fazer parte de uma rede transnacional. Consequentemente, o facto de um emigrante português passar a ter acesso à nacionalidade do país de acolhimento não significa que este se afaste de Portugal. É o que também afirma Portes (2004:86) ao estudar emigrantes da América Central que se encontram a viver nos Estados Unidos da América:

“A aquisição da cidadania americana não reduz significativamente os níveis da participação transnacional, que aumentam com o passar dos anos de residência nos Estados Unidos”.

No caso dos emigrantes portugueses, sobretudo na dita primeira geração de migrantes, era costume enviar remessas de dinheiro para Portugal com regularidade, para poderem comprar ou construir uma casa, comprar terrenos, investir em bens imobiliários, ajudar familiares, etc. No país de acolhimento é muito frequente um emigrante abrir uma loja com produtos portugueses; muitas associações apostam na cultura, chegando a haver intercâmbio de artistas plásticos (por exemplo) ou de grupos de ranchos folclóricos.

Tais ações transnacionais regulares resultam, como afirma Portes (2004:77), “num processo de significativo impacto económico e social para as comunidades e para as próprias nações em causa”.

Efectivamente, quando um emigrante transnacional decide investir no seu país de origem e sobretudo na sua terra natal, o impacto económico e social para essa região e para o país em geral é positivo. Pode-se dar o exemplo de um emigrante que compra terrenos e cujos familiares e empregados têm de os cultivar: criaram-se postos de trabalho, gera-se riqueza a nível local (comércio, centros de saúde, escolas, etc.) e esta riqueza também é ressentida a nível nacional.

Por serem geradoras de riqueza económica e social, muitos países devem incentivar (e incentivam) as atividades transnacionais, facilitando a obtenção da dupla nacionalidade, garantindo assim o direito de voto para certos órgãos de soberania. Confirma Portes (2006:215) que

“os dados revelam que os empresários transnacionais possuem níveis mais elevados de instrução e alcançam melhores índices de sucesso económico do que os empresários que se limitam à esfera doméstica ou do que os trabalhadores assalariados”.

Em conclusão, podemos verificar que o acto de migrar não implica unicamente aquele que decide mudar de país a fim de conseguir ter uma vida melhor: as suas famílias, as comunidades e os locais para onde se estabelecem os migrantes vão sofrendo alterações económicas, sociais e culturais.

Mais ainda: os próprios migrantes têm de aprender a viver num outro país, com outra cultura, outra língua, com objetivos que, se à partida eram bem definidos, ao longo do tempo vieram a alterar-se. Essas mudanças acarretaram sofrimento, dor, medos, saudade mas também esperança num futuro mais promissor.

II.2 Os Luso-descendentes

II.2.1. Conceito de luso-descendente

Branco (2003:37) apresenta a seguinte definição de luso-descendente:

“jeunes issus des migrations portugaises résidant en dehors du Portugal, possédant souvent une autre nationalité, mais que l’on considère néanmoins comme faisant partie intégrante de la communauté portugaise, par analogie avec la notion de lusophonie, qui désigne l’ensemble de personnes dont la langue maternelle est le portugais, quelle que soit leur nationalité”.

Ainda de acordo com Branco (2003:37), existem luso-descendentes que não falam a língua portuguesa, pelo que esses jovens são “luso-descendentes passivos”, ao passo que aqueles que dominam minimamente a língua portuguesa são “luso-descendentes activos”, por se terem apropriado das suas raízes e da sua cultura lusa.

Por sua vez, Barre (2003), bem como Santos (2003) vêm afirmar que o termo “luso-descendente” veio substituir os termos até então utilizados, tais como os “franco-portugueses” ou “filhos de pais emigrados”, que tinham, e ainda possuem, uma conotação negativa e pejorativa.

Santos (2003) acrescenta ainda que o adjectivo “luso-descendentes” começou a aparecer em meados dos anos 1980 e que foi adoptado sobretudo pela socióloga Maria Engrácia Leandro. O objectivo desta socióloga portuguesa consistia em quebrar estereótipos e tabus relativos às migrações internacionais e analisar a realidade da emigração.

Segundo Leandro (2003:67-68), os termos “jeune émigré”, “jeune immigré”, “immigré”, “deuxième génération”, “jeune issu de l’immigration” e “jeune d’origine immigrée” eram adoptados para referenciar os jovens filhos de imigrantes portugueses em França e Alemanha mas que não se adaptavam à realidade, pois muitos desses jovens haviam nascido no país receptores dos seus pais, o que fazia deles “autochtones” (Leandro, 2003:68). Além do mais, todos esses termos, inclusivamente o termo “lusodescendant”, realça as origens dos jovens e coloca-os num patamar diferente dos jovens franceses e alemães nativos, mostrando, assim, que estes jovens

não são parte integrante do país de acolhimento dos pais. Leandro (2003:68) afirma que existe uma “continuité généalogique de l’origine”.

Se, e ainda de acordo com Santos (2003:172), o termo “lusu-descendentes” representa, de facto, todos os portugueses, no entanto ele só é utilizado para identificar os jovens descendentes de emigrados portugueses espalhados pelo mundo e que possuem “deux cultures de référence à partir de laquelle ils construisent leurs identités”.

Santos (2002 :173) acrescenta que “être lusod descendant c’est avoir une origine nationale et/ou culturelle, mais aussi sociale et est associé à la notion de choix, celui d’assumer ou non ses origines”. Por outras palavras ser um luso-descendente é poder escolher o que de melhor existe nas duas culturas, sem ter de optar por uma e rejeitar a outra. Ser luso-descendente é aceitar, em igual medida, o que nos rodeia e as nossas raízes. A autora sublinha que tal aceitação leva a criação de uma nova cultura, específica a cada luso-descendente.

Por sua vez, Barre (2003) acrescenta que o termo “lusu-descendente” tem uma conotação moderna e de novidade, que vem ao encontro das ideias da associação Cap Magellan, fundada em 1991, que usa o adjetivo “lusu-descendente”, para definir o seu público-alvo e para mostrar que estes jovens estão desejosos por mostrar e descobrir um Portugal moderno, culturalmente rico e em constante evolução, ao contrário de um Portugal visto ainda pelos seus pais como tendo parado no tempo.

Neste trabalho, a investigadora optou por utilizar o termo “lusu-descendente” por, tal como afirmam Barre (2003), Santos (2003) e a Associação Cap Magellan, veicular a ideia de que os filhos de pais portugueses emigrados nos quatro cantos do mundo possuem uma identidade própria e variada, que são autónomos face ao projeto migratório dos seus pais e que pretendem ter um papel ativo e moderno tanto no país de origem dos seus pais como no país de acolhimento (ou no qual nasceram).

De realçar que, de acordo com Ruivo (2001:118), os portugueses entraram em França em massa entre 1966-67 e 1974-75 e que em 1990, “la quasi totalité des jeunes portugais nés en France avait moins de 25 ans”. Só em 1971 nasceram 25.000 crianças de origem portuguesa em solo francês e a média anual até aos anos oitenta era de cerca de 20.000 nascimentos, pelo que, nos anos noventa, estes jovens já tinham 20 anos ou mais e, desse modo, fora da escolaridade obrigatória. O Estado francês não podia ignorar este grupo de jovens luso-descendentes, concedendo-lhes direitos visando à sua

inserção no país de acolhimento dos seus progenitores e ao respeito pela sua biculturalidade.

Neste trabalho, escolhemos o termo luso-descendente porque veicula as seguintes ideias:

- As origens lusas são assumidas;
- A obtenção de duas culturas distintas (biculturalidade) criam uma personalidade única, não prevalecendo uma cultura sobre a outra;
- Ruptura com o percurso migratório dos pais: os luso-descendentes, na sua maioria, não chegaram a migrar, pois já nasceram no país de acolhimento dos seus progenitores.

O termo luso-descendente é, assim, portador de modernismo e consegue definir a característica dos filhos dos emigrantes espalhados pelo mundo.

II.2.2. A busca e (re)definição da identidade

Reis (2005) demonstra que o termo “segunda geração” utilizado para nomear os luso-descendentes está errado, por considerar que não chegaram a passar por um processo migratório, ao contrário dos seus pais. Além disso, a migração vivida por este grupo não é a mesma que aquela que foi vivida pelos pais nos anos cinquenta, sessenta e setenta do século XX, pois as razões não são idênticas: enquanto que os pais migraram por razões económicas, os filhos migraram, de acordo com João Sardinha (2008, 2010a), sobretudo para procurar a sua identidade e o “seu lugar no mundo”. Sardinha (2010b) fala em “reconstrução da identidade”, porque o projecto migratório insere-se na vontade do luso-descendente de se identificar num lugar, que passará, desse modo, a ser o seu novo lar (“home”).

Para Afonso (2003), existe uma “dualidade vivencial”: ao contrário dos pais, o luso-descendente tem a total liberdade de escolher para onde pretende viver. Assim sendo, a escolha de Portugal como projecto migratório e projecto de vida, representa a reconstrução de uma identidade, baseada num desejo de mudança, bem como a (re)aproximação das suas raízes familiares. Sardinha (2010b:3) utiliza o termo “portugueseness” para definir essa mesma reconstrução de identidade e aproximação às suas raízes.

Com efeito, para Kaufmann (2001), a construção da identidade de um indivíduo constrói-se “au croisement d’appartenances multiples et changeantes” (Kaufmann, 2001:229), sendo que deve ter-se em consideração a origem social e demográfica da família (herança familiar) em que o jovem está inserido, a sua idade, os grupos em que se move (escola, associações, trabalho, etc.) e os seus projectos e desejos.

Leandro (2003) acrescenta que os jovens não rejeitam o seu passado e as suas origens portuguesas, mas pretendem construir a sua própria identidade a partir das suas vivências na sociedade que os rodeia. A autora (2003:64) fala em “identités multiples” e “identités mouvantes, toujours en redéfinition”. Ainda citando Leandro (2003), os jovens desejam afastar-se do passado dos seus pais que é muito distinto da sua realidade: como eles não viveram a emigração nem o choque e a adaptação a uma nova cultura e um estilo de vida diferente, eles sentem a necessidade de criar uma identidade distinta da dos seus pais.

Por vezes, os jovens sentem que são diferentes dos jovens franceses, apesar de terem nascido em solo francês ou de terem ido viver para França ainda pequenos, pelo que se sentem estigmatizados. Porém, para Leandro (2003:69), a estigmatização pode ser “un puissant facteur d’intégration sociale” porque leva o jovem a optar por ter comportamentos que demonstram a sua integração plena na sociedade, seja na escola, no trabalho ou nos locais que frequenta, apesar de ter origens portuguesas. Leandro (2003:69) acrescenta ainda que

“Le conflit a un rôle socialisateur parce qu’il permet à l’immigrant de découvrir qu’il a aussi une identité nationale qui devient pour lui l’objet de plusieurs représentations et enjeux, tant à l’égard de la société d’origine que de celle où il construit son milieu de vie”.

Por sua vez, Oliveira e Teixeira (2004) estudaram a identidade dos jovens lusodescendentes no Canadá e falam em “dilema da identificação étnica”, concluindo que deve haver equilíbrio entre as suas origens e a cultura do país de acolhimento, para os jovens não caírem nem na marginalidade nem na assimilação. Efectivamente, os jovens, sobretudo na fase da adolescência, sentem necessidade por, um lado, de se relacionar com os seus pais, familiares e grupos de origem portuguesa e, por outro lado, com os amigos e companheiros do dia-a-dia, ou seja aqueles que se encontram na escola e na sociedade que os rodeia, em geral.

É de realçar a falta de equidade entre as duas partes: se a criança nasce e cresce no seio familiar, ao começar a inserir-se na escola do país de acolhimento, no caso dos jovens luso-canadianos, a língua inglesa e os hábitos canadianos vão predominar e ser absorvidos e aceites rapidamente. Por outro lado, como o jovem tem tendência a ver Portugal como um país mais atrasado do que o Canadá, a aceitação e a assimilação da cultura do país de acolhimento serão ainda mais facilitadas. De lembrar que, vindo os pais sobretudo de zonas rurais de Portugal e com poucas ou nenhuma habilitações literárias, o jovem vem crescendo na ideia de que a realidade de Portugal é essa mesma: um país que não está tão avançado e que não oferece tantas oportunidades de felicidade como o Canadá. Podemos considerar que os resultados deste estudo sobre luso-descendentes no Canadá se podem adaptar à realidade dos luso-descendentes em França.

Ainda de acordo com Oliveira e Teixeira (2004), os luso-descendentes nascidos em Portugal (geração 1.5) tende a aproximar-se mais da identidade étnica dos pais do que aqueles que já nasceram no Canadá (geração 2). Esta geração 2.0 identifica-se plenamente tanto com a sociedade canadiana como com o país de origem dos pais.

Maria Alcinda Cabral (1997) aponta para o problema de identidade dos filhos dos emigrantes portugueses: os jovens sentem-se divididos entre dois países, neste caso, entre Portugal e a França, sendo que existe uma busca constante da sua própria identidade, sobretudo durante a adolescência. Através de várias entrevistas a jovens luso-descendentes residentes em Paris, Cabral (1997) afirma que, para a maioria do jovens entrevistados, Portugal era visto como um país idílico: habitantes amáveis e alegres, bom clima, sossego no campo e divertimento na praia. Além do mais, o facto de Portugal ter aderido à antiga Comunidade Económica Europeia (C.E.E.) ajudou a fortalecer a ideia de que Portugal era um país moderno. Ao invés, e ainda de acordo com os jovens entrevistados, a França era sinónimo de racismo, mau tempo e stress.

Mas por outro lado, se os luso-descendentes se sentem atraídos por Portugal por ser um país com que se identificam culturalmente, eles não deixam de reconhecer que a França é um país onde se podem realizar social e profissionalmente e que tem um lugar importante no mundo económico e social. Ainda para alguns entrevistados no trabalho de Cabral (1997), a França é o país dos direitos humanos e da liberdade e um país mais desenvolvido que Portugal, apesar de Portugal ter crescido muito desde os anos oitenta

do século XX. De acrescentar que os luso-descendentes que mantêm laços afectivos com Portugal poderão ter uma imagem distorcida ou idealizada.

Na verdade, para Sardinha (2008), antes do projecto migratório, os luso-descendentes tendem a ver Portugal como um país de diversão, pois é a única faceta que conseguem (ou querem) ver; como visto anteriormente por alguns entrevistados por Cabral (1997), Portugal é visitado em alturas festivas: Páscoa, verão ou/e Natal, em que os divertimentos são diários e as reuniões familiares muito agradáveis. Por essa razão, Sardinha (2008) fala em “país idealizado”: sol, diversão, família acolhedora, praia e mar. Além do mais, os pais desses jovens têm tendência para dizer bem do seu país e do seu desejo de regressar de vez logo que seja possível. Ainda no mesmo estudo deste autor, uma entrevistada fazia parte do rancho folclórico da associação de imigrantes portugueses no Canadá e estava empenhada, bem como os seus colegas do rancho, em divulgar a cultura portuguesa, considerada por todos típica e, por essa razão, valorizada. Após a sua chegada a Portugal a entrevistada ainda fez parte de um rancho folclórico na sua área de residência, mas desistiu muito rapidamente por ver que o folclore português não era valorizado pelos portugueses e que ela era vista como uma “saloia” por certos amigos e conhecidos, pelo facto de participar nessa atividade. É interessante constatar o desfasamento entre aquilo que é importante, a nível cultural, para os emigrantes e descendentes, daquilo que é importante para os portugueses residentes em Portugal.

Assim como vimos, a busca da identidade concretiza-se por várias vias, sendo que, tanto para Afonso (2003) como para Sardinha (2008, 2010a), existe, da parte dos luso-descendentes uma vontade de se afastarem dos pais e de se tornarem independentes. Ambos os autores falam em “emancipação”: os jovens pretendem ter a sua própria casa, ser independentes em relação aos seus pais e tomar as suas próprias decisões em relação ao seu projecto de vida. Sardinha (2010a) utiliza o termo “yearning for self-discovery”.

Uma outra via para a busca identitária passa pelas idas a Portugal, sendo, nalguns casos, a concretização de um objectivo laboral. Por exemplo, uma entrevistada por Sardinha (2008) afirmava que o seu projecto profissional incluía a abertura de uma escola de línguas na vila de origem dos seus pais, sendo que, neste caso, o domínio da língua francesa era um aspecto fundamental nessa decisão.

Poderemos, então, questionar-nos: por que razão ou razões decide um jovem luso-descendente migrar para Portugal, deixando o país que o viu nascer e crescer, enquanto que outros pretendem ficar em França e ter um projecto de vida afastado de Portugal e das suas origens?

II.2.3. Os laços com Portugal e o projeto de migrar rumo às origens

Desde muito cedo que os filhos dos migrantes portugueses em França ouvem falar de Portugal, sendo que os seus pais tendem sempre a valorizar o seu país de origem e a cultura, dando, como afirma Neto (1986:182) “segurança às crianças”. Esta valorização é acentuada pelas idas mais ou menos frequentes das famílias às suas terras de origem, viagens que ajudam a solidificar “l’attachement” às origens, levando muitos jovens a terem uma ideia muito idealizada de Portugal.

Como referido no primeiro capítulo deste trabalho sobre a primeira geração de migrantes portugueses em França, o objectivo final do projecto migratório era o regresso, após a concretização dos vários sonhos: a construção de uma casa na vila ou aldeia natal, a poupança de dinheiro para o futuro (velhice), etc.. Tal objectivo tem sido incutido nos seus filhos, sendo que muitos luso-descendentes tinham a certeza que, mais cedo ou mais tarde, iriam viver para o país dos seus pais, deixando assim o seu próprio país. Por conseguinte, de acordo com uma entrevistada por Sardinha (2008), tornou-se natural a antecipação da sua ida para Portugal, já que tal migração iria acontecer.

Neto (1998) inquiriu vários luso-descendentes da grande área de Paris e obteve os seguintes resultados: 26,6% desses jovens pensavam “voltar”¹² ou migrar para Portugal; 60,7% ainda não haviam tomado qualquer decisão e, finalmente, 1,7% não respondeu à pergunta. Ao analisar as entrevistas, Neto concluiu que quem pertencia a alguma associação portuguesa, a alguma igreja ou quem tinha muitos amigos de origem portuguesa sentia-se mais satisfeito com o seu projecto de vida e menos dividido entre duas origens ou dois países, pelo que poderiam, eventualmente, pensar num projecto migratório para Portugal, se bem que bem integrados na sociedade francesa. Ainda no mesmo estudo, Neto (1998) afirma que os luso-descendentes

¹² Tribalat (1991:6) afirma que não se pode usar o termo “retorno” para os filhos de imigrantes nascidos em França. Para eles, deve-se aplicar o termo “départ” ou “sortie” (abalada (partir) ou saída).

insatisfeitos tendem a sofrer mais de stress e isolamento, levando a uma saúde mais precária do que aqueles que se sentem inseridos na sociedade de acolhimento e que, ao mesmo tempo, não rejeitam a cultura da sociedade portuguesa.

Para alguns luso-descendentes, o facto de se estabelecerem em Portugal vai ajudar ao desenvolvimento do país. Com os seus conhecimentos culturais, as suas habilitações literárias e o domínio da língua francesa, eles vão “transformar” a sociedade portuguesa e dar um contributo para a sua modernização, pois, para muitos luso-descendentes, Portugal ainda é visto como atrasado e retrógrado em relação à França. Podemos falar, então, em Utopia, pois, no caso de Christelle, entrevistada por Santos (2005:32), achava que poderia ser mais útil em Portugal do que em França: “I thought I would be more useful there”, mas que, continuando ela, “I’m not sure about it (...). I think we can bring them something though: it’s complicated”.

Porém, Emmanuelle Afonso, Presidente do Observatório dos Luso-Descendentes (OLD)¹³, realçava o facto dos diplomas franceses dos luso-descendentes não terem qualquer peso face a um diploma universitário português para um dirigente de empresa em Portugal por falta de conhecimento das universidades e faculdades em França e da sua reputação. Além do mais, o conhecimento profundo da língua francesa não é nem aproveitado nem reconhecido nas empresas portuguesas, mas sim muito valorizado nas multinacionais. Mais ainda: a vantagem em ter duas culturas pode tornar-se num *handicap*, levando a situações laborais tão intoleráveis, que a única resolução do problema consiste em, mais cedo ou mais tarde, ao despedimento do luso-descendente e na criação da sua própria empresa.

A migração para Portugal pode também ser entendida como uma necessidade de o jovem luso-descendente descobrir qual a sua verdadeira identidade, pois, como afirma Santos (2005), os luso-descendentes são vistos como imigrantes em França e franceses em Portugal. Sentindo que eles não pertencem a França, têm a expectativa de se integrarem em Portugal e, finalmente, pertencerem a um lugar e uma sociedade que, de resto, lhes pertence através das raízes familiares.

Tanto para a Doutora Emmanuelle Afonso, Presidente do Observatório dos Luso-descendentes como para a Doutora Liliana Azevedo da Associação Cap Magellan¹⁴,

¹³ Entrevista realizada no dia 14 de Janeiro de 2011 como informador privilegiado.

¹⁴ Entrevista realizada no dia 22 de Dezembro de 2010 como informador privilegiado.

razões sentimentais podem também levar um jovem luso-descendente a pensar num projecto migratório para Portugal: muitos criam laços amorosos com parceiros portugueses em Portugal e não hesitam em deixar a França. Nestes casos, a integração talvez seja facilitada, pelo facto de haver apoio de um membro próximo do luso-descendente.

Por fim, para alguns luso-descendentes, o projecto migratório é a conquista de um sonho que só em Portugal se poderá tornar realidade. Uma entrevistada por Sardinha (2008) afirmava que queria ser fadista, pelo que Portugal lhe parecia ser o único país onde poderia concretizar o seu projecto profissional, pois ela teria de se inserir no meio artístico português.

Para Portes (2001), o transmigrante é aquele que está ligado ao país de acolhimento e ao mesmo tempo ao país de origem: ligações afectivas, económicas ou políticas. Para Castles (2005:81), “as actividades transnacionais têm como ponto de referência contínuo duas ou mais sociedades e são parte central da vida dos indivíduos”. Efectivamente, o objectivo principal dos migrantes portugueses nos anos cinquenta, sessenta e setenta do século XX era trabalhar para poder realizar o sonho de construir uma casa na aldeia ou na vila natal e conseguir algumas poupanças para viver confortavelmente aquando do regresso a Portugal. Podemos, pois, afirmar que a grande maioria dos emigrantes é transnacionalista: costumam movimentar remessas do país receptor para o país de origem e ter actividades económicas e culturais nos dois países. No entanto, a definição de Castles não se pode, em parte, aplicar aos luso-descendentes por os objectivos dos pais não corresponderem aos seus próprios objectivos de vida: alguns luso-descendentes poderão manter laços económicos e culturais nos dois países, mas, regra geral, o objetivo não é o retorno ou trabalhar para enviar as suas poupanças para o país dos seus pais.

Para Sardinha (2010b), bem como para Santos (2005), a biculturalidade, ou dupla herança leva, naturalmente, à transmigração: apesar de alguns luso-descendentes deixarem a França, eles continuam a manter relações familiares, sociais, económicas, afectivas, organizacionais, políticas e religiosas naquele país. Pode-se também falar, em certos casos, em transnacionalismo. As novas tecnologias, bem como as redes de auto-estradas cada vez mais desenvolvidas e os transportes aéreos cada vez mais acessíveis a todas as bolsas, levam a que muitos luso-descendentes se desloquem com muita facilidade e regularidade a França, mantendo, desse modo, laços com esse país.

Porém, Santos (2005) realça que, por vezes, a mobilidade dos jovens luso-descendentes pode revelar uma falta de integração na sociedade francesa e, assim, a idealização de Portugal. Ainda de acordo com Santos (2005), o resultado da completa inserção dos portugueses na sociedade francesa, ou assimilação, foi a sua “invisibilidade” e “discrção”, pelo que a França considera o caso da inserção da comunidade portuguesa na sociedade francesa como um franco sucesso.

Pessoa (2004) afirma que os jovens portugueses que viveram em Macau e que regressaram a Portugal sentiam a necessidade de se deslocar com regularidade para outros lugares, como, por exemplo, através do Programa Erasmus¹⁵. A autora fala em “deambulação espacial, cultural e sociabilística”, em que coabitam várias culturas e experiências num só indivíduo.

Refira-se, aliás, que o Programa Erasmus tem sido utilizado como uma forma do jovem estudante, por um curto espaço de tempo, ver se a ideia de se mudar para Portugal é viável ou não. Esta curta estadia em Portugal permite ter, assim, uma visão mais real de Portugal e ao mesmo tempo permite melhorar a língua portuguesa.

Neto (1998) retoma um trabalho apresentado por Berry¹⁶ em 1989, que tentava demonstrar qual o perfil de jovens que se sentiam próximos das origens portuguesas. Segundo Berry, existem quatro tipos de aculturação sendo que os jovens também são abrangidos por esta categorização: assimilação; integração; separação; e marginalização.

Nesta perspetiva, encontram-se no grupo dos “assimilados” aqueles que afirmam não ser importante preservar a sua identidade cultural e ser importante tentar estabelecer relações com os outros grupos da sociedade francesa. Assim, este grupo desiste da sua identidade cultural e das origens portuguesas, optando por assimilar unicamente a identidade cultural da cultura dominante. No grupo dos “integrados” encontram-se os que pretendem preservar a identidade cultural de origem e, ao mesmo tempo, ajustar-se ao funcionamento da sociedade francesa. O grupo dos “separatistas” é constituído por quem pretende preservar a identidade cultural de origem mas que rejeita o

¹⁵ Erasmus Mundus: programa de cooperação e mobilidade no âmbito do ensino superior que apoia projetos de cooperação e mobilidade entre a Europa e os países terceiros (<http://www.dges.mctes.pt/eramusmundus>)

¹⁶ Berry cit. In NETO, Félix Fernando Monteiro (1998) Projets Migratoires et acculturation chez des jeunes d’origine portugaise en France, in RAVEAU, ROCHA-TRINDADE, *Présence portugaise en France*, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 183-203.

funcionamento da sociedade dominante. Por fim, estão no grupo dos “marginalizados” os que perderam a sua identidade cultural, levando a problemas psicológicos e sociais.

Algumas das conclusões deste trabalho são as seguintes:

- Os jovens que lêem jornais portugueses com alguma regularidade em relação àqueles que poucos ou nenhuns jornais lêem são os que mais pensam em migrar para Portugal;
- Têm mais vontade de migrar para Portugal aqueles que têm mais amigos portugueses e luso-descendentes;
- Os praticantes de uma confissão religiosa sentem inclinação pela migração;
- Para os que pretendem migrar, a identidade étnica portuguesa é assinalada como fundamental e torna-se obrigatória a sua preservação e descoberta;
- Os indecisos tendem a aproximar-se das duas sociedades, a francesa e a portuguesa, sendo jovens que pertencem ao grupo dos “marginalizados”;
- Aqueles que pretendem residir em França são aqueles que se sentem mais próximos da sociedade em que nasceram e viveram. São estes jovens que pertencem ao grupo dos “assimilados”;
- Regra geral, os jovens preferem integrar-se na sociedade de origem, no sentido de poderem beneficiar de duas culturas dentro de uma sociedade pluralista em vez de ter de escolher entre uma cultura e “vivre le cul entre deux chaises”.

Numa outra perspetiva de análise, Santos (2005) afirma que existe “bipolarity” nos luso-descendentes, ou seja, um luso-descendente vive constantemente com a presença de duas culturas, duas sociedades, dois países e duas línguas. Por sua vez, Sardinha (2008) fala em “clash of realities”: como foi dito anteriormente, o Portugal idealizado não corresponde à realidade do país, pelo que o luso-descendente acaba por ter um “shock of return”. A realidade social aparece nua e crua. No caso de uma entrevistada por Sardinha (2008), o facto de a justiça ser muito lenta e pouco assertiva deixou-a bastante desanimada, pois no seu país de origem, a França, a justiça é mais célere e eficiente. Mas por outro lado, ainda de acordo com Elena, factores como o clima, a falta de stress e o facto de estar perto do seu pai fazem com que tudo o que seja positivo tenha mais força do que os aspectos negativos e que, dessa forma, permaneça

em Portugal. Para este autor, quando existem divergências culturais, há que mostrar abertura e flexibilidade, caso contrário o luso-descendente não se consegue integrar na sociedade. Ainda para Sardinha (idem), a sociedade portuguesa vê os que regressam como “os outros” ou “os que vêm de fora”, ou, por outras palavras, que são diferentes. É o caso de Isabel, uma sua entrevistada, que declara não conseguir integrar-se na comunidade por ter ideias totalmente diferentes das ideias dos portugueses em relação à educação dos filhos e do interesse dos pais pela vida académica dos filhos. Por essa razão, ela optou por ficar de fora da comunidade escolar (“outsider”) e a própria comunidade a deixou de fora devido à sua diferença por ser “estrangeira” (“foreignness”).

Em suma, a construção de uma família parece ser a via mais apropriada para um luso-descendente se sentir integrado na sociedade portuguesa e a aproximar-se das suas raízes.

De acordo com Sardinha (2008, 2010a), quantos mais laços se vão estabelecendo com Portugal, mais o luso-descendente vai desejar “voltar” para o país de origem dos seus pais. Esta ideia também é defendida por Afonso (2003). As férias, o contacto com a família em Portugal, a pertença a uma associação de imigrantes portugueses (rancho folclórico, por exemplo), as aulas de português, o facto de saber que os pais vão querer voltar para Portugal, vão fazendo com que alguns luso-descendentes acreditem que o “retorno” às origens seja uma alternativa às suas vidas actuais.

Em conclusão, como os luso-descendentes nascidos em França não são emigrantes como os seus pais, tem-lhes cabido a árdua tarefa de se distanciarem dos seus progenitores e das suas origens portuguesas.

Os jovens luso-descendentes sentem a necessidade de serem como os outros jovens sem no entanto abdicarem das suas origens portuguesas, criando assim uma identidade própria, fruto das misturas entre duas sociedades e duas culturas.

A construção dessa identidade é um processo individual e não coletivo, porque cada um deles está inserido num meio social diferente. A apreensão daquilo que os rodeia é determinante para a criação da sua própria identidade, tentando reter aquilo que de melhor existe entre as duas culturas, sem que uma se sobreponha à outra. Esta construção da identidade vai-se desenvolvendo ao mesmo tempo que o luso-descendente vai crescendo, é contínua e, como vimos anteriormente, vai-se moldando

aquando da sua vivência em solo português. Podemos desse modo afirmar que a construção da identidade é um processo constante e sem fim.

II.2.4. Língua portuguesa, escolaridade e habilitações literárias

A língua é fundamental para a inserção de um emigrante em qualquer sociedade de acolhimento, pois veicula informação, ideias, desejos, cultura e identidade. Nos anos sessenta e setenta, era frequente um emigrante português exprimir-se num francês rudimentar, apreendido sobretudo com os colegas de trabalho, que a maioria das vezes também se exprimia mal em francês por serem migrantes.

No caso dos filhos dos emigrantes, a aprendizagem da língua francesa não se processa da mesma maneira. É muito comum a ideia que os luso-descendentes são bilingues, porque se exprimem em duas línguas: a língua materna e a do país de acolhimento. Porém, Neto e Gonçalves (1985) fazem a distinção entre o bilinguismo e o biglotismo. O bilinguismo é, efectivamente, a aprendizagem de duas línguas em simultâneo; enquanto que o biglotismo se define como a aprendizagem de uma língua depois da aquisição da língua materna. Podemos então verificar que, no caso dos luso-descendentes em França, o biglotismo é o termo que se adapta melhor a eles: os jovens aprendem, anteriormente à sua escolarização (que acontece por volta dos 3 anos de idade) a sua língua materna no seio familiar e, na entrada na “*école maternelle*”¹⁷, começa então a aprendizagem da língua francesa.

Além do mais, ao crescerem, as crianças acabam por dominar melhor a língua francesa por ela ser falada na escola e socialmente com os amigos e conhecidos, em detrimento da língua portuguesa que só é falada e ouvida em casa ou com familiares. Neto e Gonçalves (1985) usam, assim, o termo semilinguismo por os luso-descendentes não possuírem um bom nível na língua portuguesa. De acrescentar que, por possuírem poucas ou nenhuma habilitações literárias, os pais e familiares destes jovens tendem a ensinar um português muito rudimentar às crianças e jovens.

Como referido anteriormente, aquando dos fluxos migratórios desde os anos sessenta até aos anos 1974/1975 do século XX, muitos portugueses, sobretudo do sexo masculino, optaram por se instalar em França, deixando para trás mulher e filhos, sendo que, mais tarde far-se-ia o reagrupamento familiar, quando as condições

¹⁷ Escola onde são inseridas as crianças dos 3 aos 6 anos.

económicas fossem reunidas. Outros migrantes, levaram com eles as suas famílias, pelo que os filhos teriam de ir para a escola o mais cedo possível. Outros, ainda, constituíram família em solo francês, sendo que essas crianças já nasceram em França.

Por conseguinte, o Estado francês viu-se confrontada com uma população estudantil que chegava a França sem conhecimentos da língua francesa e que era necessário incluir na escola pública. As crianças nascidas ou criadas desde muito pequenas em França eram integradas desde os 3 anos na escola (*école maternelle*), pelo que, ao chegar à escola primária, já dominavam a língua francesa. De acordo com Rocha-Trindade (1995), integrar estas crianças era necessário, pois tal medida visava a preservação da paz e da coesão sociais. Além do mais, as crianças de origem portuguesa eram colocadas em pé de igualdade em relação às crianças francesas, bem como àquelas vindas das antigas colónias francesas (Marrocos, Tunísia, Algéria, Senegal, etc.).

Rocha Trindade¹⁸ realça que o Estado francês sentiu necessidade de integrar estas crianças migrantes, pelo que um dos passos para a sua inclusão na sociedade francesa passaria pelo ensino da língua portuguesa no seu local de estudo, ou seja nas “*écoles primaires*” e “*collèges*” (primeiro e segundo ciclos do ensino). Tal medida visou, nos primeiros tempos, o ensino da língua portuguesa para que as crianças não sentissem dificuldades de integração na escola e na sociedade portuguesas, aquando do regresso a Portugal. Neto e Gonçalves (1985:12) também realçam esta ideia do ensino da língua portuguesa para “evitar um segundo choque cultural (...) aquando de um eventual regresso”. Porém, a partir dos anos oitenta, vendo que a comunidade portuguesa, na sua grande maioria, tardava em regressar ou desejava ficar permanentemente em solo francês, o objectivo passou a ser outro: se estes jovens não regressavam para Portugal, era necessário ensinar-lhes a língua portuguesa no sentido de eles não perderem as suas raízes. Foi por essa razão que, a partir dos anos oitenta, o Estado francês começou a dar ênfase à multiculturalidade e aos valores das outras culturas, como sendo benéficas para a diversidade cultural em França. Rocha-Trindade (1995) fala em “pluralismo cultural” como preservação das origens. Este pluralismo cultural passa, também, pela criação de associações e instituições, tais como igrejas.

¹⁸ Conferência sobre o tema dos descendentes da Emigração / Imigração portuguesa, realizada no dia 24 de Fevereiro de 2011 no Instituto Franco-Português.

Na sua tese, Cabral (1997) realça o papel do Estado português na colocação de professores de português nas escolas francesas. No princípio dos anos setenta, as crianças que entravam no sistema escolar com uma idade entre os 12 e os 16 anos tinham aulas de francês com vista à sua rápida integração na sociedade através da compreensão da língua. Estes jovens eram preparados para o dia-a-dia, bem como para serem orientadas para uma profissão. A partir de 1973 até 1978, foram criadas turmas de E.L.C.O. (Ensino de língua e cultura de origem), com um total de três horas semanais. Ao mesmo tempo, em 1977, foi assinado um acordo entre os Estados francês e português, incentivando as crianças a frequentar as aulas de E.L.C.O. no ensino primário, bem como no ensino secundário (collège), a pedido dos pais. Nos “collèges”, o Português seria ministrado com primeira língua estrangeira, no máximo de estabelecimentos de ensino secundário.

A partir dos anos oitenta, mais propriamente em 1986, o objectivo foi inserir os filhos de migrantes portugueses e, desde aí, tem-se dado um especial relevo ao ensino da cultura portuguesa, considerando que a interculturalidade e a diversidade cultural são uma vantagem para a França. Ser bilingue é, ainda para Cabral (1997:212), citando um item da circular datada de 06/03/89 “saber falar uma língua estrangeira e comunicar e exprimir-se por outros meios é abrir o espírito às realidades dum mundo estrangeiro que a criança aprende a amar e conhecer melhor”.

A autora acrescenta que a partir de 1985, os pais de nacionalidade estrangeira podem fazer parte do Conselho da escola dos filhos e, assim, podem ser eleitos e votar para esse Conselho, demonstrando a igualdade de direitos entre os pais de nacionalidade estrangeira e os pais franceses.

Em 1989, a autora sublinha ainda a criação um Alto Conselho para a Integração: os seus membros dão opiniões e sugerem ao Estado francês medidas visando à integração dos residentes estrangeiros ou de origem estrangeira.

A partir dos anos noventa verificou-se um abrandamento das medidas legislativas visando o ensino da língua portuguesa em França, tal facto devendo-se a um menor fluxo de emigrantes portugueses, a partir de 1974 e, portanto, de jovens em idade escolar. Como refere Cabral (1997), a língua materna portuguesa era cada vez mais vista como uma língua estrangeira e já não como uma primeira língua estrangeira.

Cabral (1997) reuniu informação sobre os locais de aprendizagem da língua portuguesa e os resultados obtidos foram os seguintes: a nível elementar existem cursos de LCO (“Langue et Culture d’Origine”), ministrados por professores pagos pelo Estado português e de LV (“Langue Vivante”), ministrados por professores pagos pelo Estado francês. A nível secundário, as aulas de LV só se realizam se os pais fizerem pressão para o governo francês abrir turmas. Existe ainda a possibilidade de o jovem ter aulas de Português por correspondência no C.N.E.D. (Centre National d’Enseignement à Distance), no caso da sua escola não oferecer aulas de língua portuguesa. A nível superior, o ensino da língua portuguesa é acessível nalgumas universidades (por exemplo na Sorbonne em Paris). O ensino particular também oferece a possibilidade dos jovens melhorarem a aprendizagem da língua materna: as associações, as escolas privadas e os centros socioculturais recrutam professores portugueses ou luso-franceses que tiraram um curso superior em língua portuguesa. Para validar os conhecimentos adquiridos nessas aulas, é necessário a inscrição no exame “ad hoc” para requerer a equivalência e o reconhecimento das competências adquiridas.

Infelizmente, sobretudo nos anos oitenta e noventa do século XX, as aulas dadas no primeiro ciclo (école primaire) sobrepunham-se ao horário da escola, pelo que a criança tinha de interromper a aula para se apresentar à aula de português. Tal situação levava a sentimentos de exclusão, pois a criança sentia-se diferente e excluída, nem que fosse só por uma hora, da turma. No entanto sabe-se que os pais, mesmo nestas condições, inscreviam os seus filhos nas aulas de português para dominarem melhor a sua língua materna, sendo que o filho nada podia fazer. Porém, numa fase mais avançada, no “collège”, os jovens já tinham idade suficiente para confrontar os seus pais e não querer ir às aulas por acharem que eram inúteis, difíceis e enfadonhas.

Ao estudar os números das estatísticas do recenseamento em França em 1990, Ruivo (2001) aponta para uma realidade escolar pouco animadora no que diz respeito às habilitações literárias dos jovens luso-descendentes. Efetivamente, apesar da comunidade portuguesa estar muito bem integrada na sociedade francesa e por ela ser aceite, os jovens têm dificuldades em aceder ao ensino superior, preferindo optar por estudos menos prolongados, tais como cursos profissionais e tecnológicos (CAP, BEP) e, desse modo, entrar na vida activa mais rapidamente e serem independentes dos pais o quanto antes. Mais ainda, a taxa de reprovação é bastante elevada nas crianças portuguesas.

Neto e Gonçalves (1985:15-17) concluem que se as crianças e jovens portuguesas têm dificuldades na aprendizagem na escola, tal se deve a vários fatores:

- As crianças vivem num meio social e cultural mais desfavorecido, o que não motiva a aprendizagem;
- Os pais destes jovens, por não terem habilitações literárias nem dominarem suficientemente bem a língua francesa e por trabalharem muitas horas, não são capazes de ajudar os seus filhos nos trabalhos para casa e de acompanhar o seu desempenho escolar; Acrescenta o facto dos pais não poderem pagar aulas particulares. Neto e Gonçalves (1985) traduzem a atitude “passiva” dos pais como “o “efeito próprio” ligado à condição de criança migrante”.
- O racismo pode levar à baixa auto-estima e à revolta e, por conseguinte, a problemas ligados à aprendizagem;
- Sobretudo para os jovens que migraram na adolescência (logo numa idade muito avançada), a língua francesa pode ser um obstáculo na aprendizagem. Sabe-se que os mais novos são aqueles que costumam ter melhores resultados escolares;
- Muitos jovens chegam a meio de um ciclo lectivo, pelo que não se conseguem adaptar ao ritmo de ensino.
- Aos 23 anos de idade, somente 6% dos homens ainda se encontravam a estudar enquanto que a média nacional era de 14% em 1990.

Cabral (1997) acrescenta que a escola em França é mais exigente do que a escola em Portugal, pelo que a adaptação e a respectiva aprendizagem são dificultadas.

Ainda de acordo com Ruivo (2001), quanto mais qualificações tiverem os pais, mais os filhos atingirão habilitações mais elevadas. No respeitante a pais com qualificações mais baixas, a tendência será para os filhos não atingirem habilitações literárias muito mais elevadas do que os pais.

Todavia, o facto dos jovens acabarem mais cedo os seus estudos, sem atingirem o 12º ano (baccalauréat), não significa o fracasso escolar. Com efeito, muitos optam por áreas profissionalizantes, pelo que acabam por ter uma formação sólida e, conseqüentemente, têm facilidade em encontrar um emprego ou abrir o seu próprio negócio.

Se, por um lado, a língua portuguesa pode ser um obstáculo para um bom rendimento escolar, por outro lado, o bilinguismo deve existir, pois é importante haver uma mistura de culturas. Efectivamente, é fundamental continuar a falar a sua língua de origem, neste caso o francês. A língua francesa é, para muitos luso-descendentes, a língua que permite desenvolver uma atividade laboral, como ser professor de francês, tradutor, intérprete ou proprietário de uma escola de línguas. A língua francesa também faz parte da identidade do luso-descendente, pelo que deixar de falar o francês é como perder parte da sua identidade. Por fim, a língua francesa é o laço que ainda liga o luso-descendente a França e a parte das suas origens. Porém, em certas ocasiões, nem sempre esta mistura linguística é bem entendida pelos portugueses, existindo pessoas que acham que o “retornado” se está a exhibir.

Ainda de acordo com Cabral (1997), o português é visto pelos luso-descendentes como uma língua ligada à família e às férias em Portugal, sendo, por isso, uma língua de afeto. Utilizar a língua portuguesa pode igualmente servir para reivindicar as suas origens portuguesas, bem como “para se esconder”: os jovens falam entre si em português para os outros não perceberem a conversa. Noutra sentença, o trabalho efetuado por Santos (2005) sobre casamentos de luso-descendentes, sublinha que a assimilação dos jovens e os casamentos mistos levam à perda da língua portuguesa.

II.2.5. O processo de integração em Portugal

O desejo de “voltar” para Portugal começou a fazer-se sentir com mais intensidade a partir de 1986, aquando a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE). Efectivamente, muitos jovens luso-descendentes acreditam que encontrarão um trabalho mais compatível com as suas habilitações literárias e que o país, agora membro da União Europeia, começará a desenvolver-se e a criar condições económicas, sociais e culturais mais favoráveis do que até então. É de realçar que, de acordo com os dados estatísticos fornecidos por Leandro (1999:65), “entre 1974 et 1985, le chômage n’a pas cessé d’augmenter au Portugal”, sendo que, em 1974, 86 000 pessoas encontravam-se inscritas nos Centros de Emprego. Em 1975 o número de inscritos havia subido para os 222 000. Em 1980 já eram 340 000 desempregados e em 1983 eles eram 446 000.

Como referido anteriormente, a maioria dos luso-descendentes sai do sistema de ensino francês mais cedo do que os autóctones, sem acabarem o ensino secundário e tendo, nalguns casos, cursos profissionalizantes curtos. Assim sendo, o jovem só terá acesso a empregos que exijam pouca ou nenhuma qualificação e mal remunerados ou, de acordo com Neto (1986) tentar encontrar um melhor emprego do que aquele que têm os seus pais mas, no final de contas, acabam por fazer o mesmo tipo de trabalho. Acrescenta o autor que isso leva os jovens a seguirem os passos profissionais dos seus pais, ou seja a reproduzir o trajeto social e profissional dos seus pais. O estudo da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico) datado de 1981 vem acrescentar esta realidade, ao afirmar que, tal como os pais, os filhos encontram-se a laborar no setor secundário, sobretudo nos ramos das obras públicas, construção civil, indústria têxtil e metalúrgica. Ruivo (2001 :124) conclui da seguinte maneira:

“si, globalement, le niveau social est reproduit d’une génération à l’autre, les taux d’activité restent élevés et, en conséquence, le taux de chômage demeure, lui aussi, plutôt bas”.

Ainda segundo Ruivo (2001:121), se os luso-descendentes encontram facilmente um emprego é porque “le réseau portugais” ou rede de conhecimentos funciona também para os luso-descendentes, tal como tem funcionado com os emigrantes.

O facto dos jovens luso-descendentes iniciarem mais cedo a sua vida activa leva-os a adquirirem a sua independência mais cedo do que aqueles que seguem estudos mais longos e, por conseguinte, acabam por formar mais cedo uma família. O autor salienta ainda que os jovens entre os vinte e os vinte e nove anos, nascidos em França, saem mais tarde de casa dos pais do que aqueles que nasceram em Portugal. Oliveira e Teixeira (2004) chegam à mesma conclusão em relação aos luso-descendentes no Canadá: os jovens saem mais cedo do sistema de ensino para trabalhar e vão ocupar os lugares ocupados por migrantes da primeira geração. Porém, estes jovens sentem que esses postos de trabalhos são, socialmente, muito pouco gratificantes por serem trabalhos sujos. No entanto, quando os autores perguntam se estes jovens estão satisfeitos com o seu trabalho, 72,7% dos inquiridos respondem afirmativamente, sendo que somente 5,5% se sentem insatisfeitos ou muito insatisfeitos profissionalmente, o que resulta do facto dos jovens trabalhadores luso-canadianos se conformarem com o seu estatuto na sociedade. Oliveira e Teixeira apontam para o facto dos jovens sentirem pouca confiança nas suas capacidades profissionais e técnicas.

Para se integrarem o mais rapidamente possível na sociedade portuguesa, os luso-descendentes terão necessariamente de cumprir três etapas: a primeira etapa é a obtenção de uma habitação. Uns vão viver para a casa de férias dos seus pais que se encontra vazia ou vão viver para a casa de familiares; outros não pretendem ficar na aldeia ou vila dos seus pais ou familiares, pelo que preferem optar pela cidade. Para esses, torna-se mais difícil a instalação, pois precisam de capital para um arrendamento ou compra de uma habitação.

Em segundo lugar, é necessário obter um emprego: para Sardinha (2008), é difícil um luso-descendente entrar no mercado de trabalho, pois são precisos bons contactos. Ora se os pais e o próprio luso-descendente não viveram em Portugal, não possuem uma rede de contactos como aqueles que viveram sempre em Portugal.

Finalmente, o luso-descendente terá de formar a sua própria rede social, no sentido de poder adaptar-se ao lugar para onde vai passar a residir, trabalhar e viver. Será necessário mergulhar na sociedade. Para alguns, os contactos com os portugueses são mínimos, pois trabalham com franceses e as suas redes de amigos são estrangeiros, como no caso de uma senhora entrevistada por Sardinha (idem), que é professora de francês, pelo que só lida com pessoas que falam a mesma língua do que ela. Além do mais, a língua utilizada no seio familiar raramente é a língua portuguesa, até mesmo quando a família se reúne na sua casa. Existe, pois, dificuldades em penetrar redes sociais já estabelecidas.

CAPÍTULO III

Análise dos resultados

Este terceiro capítulo corresponde à análise do inquérito por questionário e à apresentação dos resultados obtidos através da análise de conteúdo (Carmo, Malheiro, 2008:276), respondendo deste modo às perguntas iniciais.

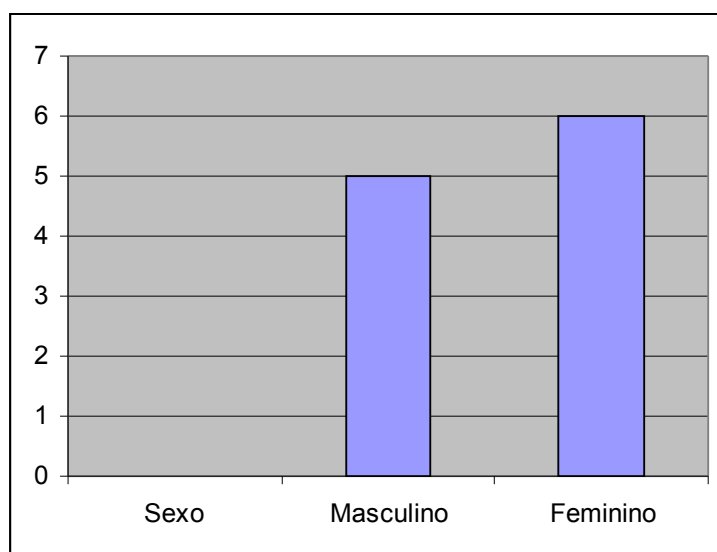
A análise dos dados recolhidos foi iniciada após a recolha de todos os questionários, de acordo com as indicações de Bell (1993:132).

O tratamento estatístico dos dados do questionário foi feito com recurso ao programa SPSS.

III.1. Caracterização da amostra

Neste subcapítulo iremos apresentar a informação resultante das seguintes questões: caracterização da amostra por sexo, idade, nacionalidade, estado civil, local de residência em Portugal atualmente, ocupação profissional, formação escolar, habilitações escolares antes da migração e experiências na vida escolar.

Gráfico 4: Caracterização da amostra por sexo



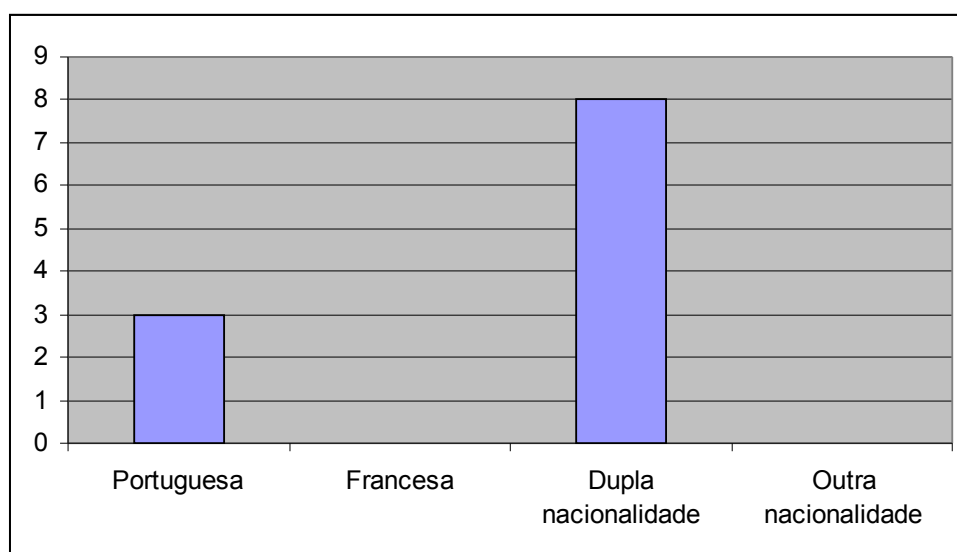
Em primeiro lugar, podemos verificar que existe um equilíbrio entre homens e mulheres, pelo que podemos afirmar que a vontade de migrar e a concretização do projeto migratório não são condicionadas pelo género. É a conclusão a que também chega Reis (2005:94): “nos indivíduos que responderam ao questionário existe quase uma similitude entre os homens e as mulheres”. Porém, Neto (1998), após um estudo em 519 jovens portugueses residentes em Paris e nascidos em França, constata que a maioria dos inquiridos que pretendiam vir um dia para Portugal era do sexo feminino.

Quadro 1: Caracterização da amostra por idade

Idade	Mulheres		Homens	
	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.
	33	44	37	42

A idade varia entre os 33 e os 44 anos de idade, sendo que a idade média dos inquiridos é de 39,21 anos (a idade média para as mulheres é de 39,83 anos e para os homens de 38,6 anos). Podemos afirmar, pois, que a maioria dos inquiridos nasceu durante o período ascendente do fluxo migratório para França (finais dos anos sessenta até 1974).

Gráfico 5: Nacionalidade dos inquiridos em número



Em relação à nacionalidade dos inquiridos, três só possuem a nacionalidade Portuguesa e oito têm dupla nacionalidade francesa e portuguesa. Para o inquirido cuja mãe é de origem francesa, a obtenção da nacionalidade francesa ocorreu de imediato. Sete obtiveram a nacionalidade francesa porque nasceram em França; três, apesar de terem nascido em Portugal, obtiveram a nacionalidade francesa porque viveram tempo

suficiente em França para ter o direito a ela¹⁹. Em todos os casos, nenhum deles perdeu a nacionalidade portuguesa.

Quadro 2: Estado civil

Estado civil	Frequência	Percentagem
Casado	7	63,6
Solteiro	3	27,3
União de Facto	1	9,1
Total	11	100,0

Sete inquiridos são casados, três encontram-se solteiros e um vive em união de facto. Tendo em conta de que a média de idade é de 39 anos, seria natural pensar que a maioria dos inquiridos estaria casada ou viveria em união de facto, tendo constituído família em Portugal. Este resultado contrasta com o estudo de Reis (2005:94), no qual a maioria dos inquiridos eram solteiros.

Quadro 3: Local atual de residência em Portugal

	Frequência	Percentagem
Amadora	1	9,1
Cova da Piedade	1	9,1
Estoril	1	9,1
Lisboa	5	45,5
Loures	1	9,1
Oeiras	1	9,1
São Marcos/ Cacém/Portugal	1	9,1
Total	11	100,0

Considerando que este estudo tinha como população alvo os luso-descendentes de França que se encontram a residir na Área Metropolitana de Lisboa, os dados do

¹⁹ “Le Jus Soli” ou o direito do solo: quando se nasce em território francês, é possível, dentro de algumas condições, aceder à cidadania francesa, mas deve ser requerido em tribunal.

Desde a lei datada de 1886 até à lei de 22/0//1993 (Artigo 44 do Código da Nacionalidade Francesa), a criança nascida em França de dois progenitores estrangeiros acede à nacionalidade francesa a partir do momento em que completa 18 anos e se provar que tem tido residência habitual e permanente em França durante os 5 anos que precederam a sua maioria de idade. Os inquiridos neste estudo enquadram-se neste artigo 44.

quadro 3 são expectáveis. Podemos verificar que todos os inquiridos residem na cidade de Lisboa (cinco) ou nos seus arredores (seis).

Quadro 4: Ocupação profissional

Ocupação profissional	Frequência	Percentagem
Consultor	1	9,1
Consultora	1	9,1
Desempregada	1	9,1
Desempregado	1	9,1
Empresário	1	9,1
Formadora de Língua Francesa e Help Desk	1	9,1
Intérprete de conferência	1	9,1
Músico	2	18,2
Professora/Formadora de Francês	1	9,1
Licença de parto	1	9,1
Total	11	100,0

Neste momento, dos onze inquiridos, oito encontram-se a trabalhar; dois afirmaram estar no desemprego e uma inquirida afirmou não trabalhar de momento por se encontrar de licença de parto, devido ao nascimento da sua filha. De sublinhar que esta inquirida afirmou, numa entrevista aquando da recolha do questionário, que não iria regressar ao seu local de trabalho por insolvência da empresa. O facto de Portugal atravessar uma grave crise económica tem levado muitos trabalhadores para o desemprego, pelo que alguns destes inquiridos não estão a salvo de mudanças profissionais. É o caso do marido desta inquirida que iria fechar a sua empresa no mês a seguir ao preenchimento do questionário.

Quadro 5: Formação escolar

	Frequência	Percentagem
Secundária	2	18,2
Curso Superior	8	72,7
Total	10	90,9
Sem resposta	1	9,1
Total	11	100,0

Dos onze inquiridos, oito concluíram cursos superiores e dois concluíram o ensino secundário. Um inquirido não respondeu à pergunta, presumindo-se que seja o inquirido que tenha respondido à pergunta do quadro 6 afirmando ter um curso profissional, logo não se enquadrando em nenhuma das escolhas do quadro 5.

Podemos, pois, afirmar, tal como Reis (2005:128) que existe uma tendência para os jovens luso-descendentes em França optarem cada vez mais por cursos superiores ou cursos profissionais que aumentam a duração dos seus estudos. Tal facto, ainda de acordo com a autora, “permitiu a estas pessoas abrir os seus horizontes e ter um olhar diferente para com Portugal e os Portugueses”, tendo esta opção desempenhado “um papel significativo numa melhor integração na sociedade portuguesa” (Reis, 2005:idem).

Quadro 6: Habilitações escolares antes da migração para Portugal

	Frequência	Percentagem
9ºAno	1	9,1
Bacharelato	1	9,1
Electromecânico	1	9,1
Estudos universitários	1	9,1
Licenciatura	3	27,3
Licenciatura em Línguas Estrangeiras aplicadas ao comércio internacional	1	9,1
Mestrado em Ciências da Educação e Licenciatura em Línguas Modernas	1	9,1
Prépa HEC, grande école de commerce (bac + 5)	1	9,1
Secundário	1	9,1
Total	11	100,0

Analisando os quadros 5 e 6, podemos concluir que nove indivíduos tinham cursos superiores aquando da sua chegada a Portugal. Podemos então afirmar que, possivelmente, quanto maiores forem as habilitações literárias de um luso-descendente, mais interesse ele terá em vir trabalhar para Portugal. As razões terão a ver sobretudo com os seguintes factores:

- Pensar que as suas habilitações literárias poderão ser um valor acrescentado para a sociedade portuguesa;
- Pensar que o facto de ter estudado em França e de ser (pelo menos) bilingue lhes vai facilitar a entrada no mercado de trabalho;
- Pensar que o facto de serem luso-descendentes vai facilitar a integração na sociedade portuguesa.

Quadro 7: Experiências de reprovação escolar

	Frequência	Percentagem
	6	54,5
1	3	27,3
2	2	18,2
Total	11	100,0

Quadro 8: Ano(s) de reprovação

	Frequência	Percentagem
	6	54,5
4ºano e 6º ano	1	9,1
5ºano	1	9,1
9ºano	1	9,1
CE1 ²⁰	1	9,1
CM2 ²¹ e 3 ^{ème} ²²	1	9,1
Total	11	100,0

²⁰ CE1 (Cours Élémentaire 1) : equivalente ao segundo ano do ensino básico

²¹ CM2 (Cours Moyen 2) : equivalente ao quinto ano do ensino básico

²² 3^{ème} : equivalente ao 9º ano

Através da análise dos quadros 7 e 8, podemos concluir que se bem que a quase totalidade dos inquiridos tenha habilitações superiores, o seu percurso escolar, para metade deles, apresentou algumas dificuldades.

Efectivamente, se seis inquiridos indicaram que nunca chumbaram, cinco chumbaram nos primeiro e segundo ciclos escolares: dois inquiridos reprovaram uma vez no primeiro ciclo e uma vez no segundo ciclo; três inquiridos reprovaram uma vez ou no primeiro ciclo ou no segundo ciclo.

Podemos assim chegar às seguintes conclusões:

- Não há reprovações entre aqueles que seguiram para o ensino secundário, ou seja do 10º ao 12º anos;
- Metade dos luso-descendentes que se encontram neste momento a residir em Portugal sentiram algumas dificuldades em algum momento do seu percurso escolar.

Quadro 9: Ajuda nos trabalhos escolares

Ajuda TPC	Frequência	Percentagem
Pais	2	18,2
Colegas da Escola	1	9,1
Explicador	2	18,2
Outro	1	9,1
Total	6	54,5
Sem resposta	5	45,5
Total	11	100,0

Quisemos, pois, saber quais os esforços feitos pelos inquiridos e pelas suas famílias para melhorar o empenho dos jovens durante o percurso escolar (quadro 9) e verificamos que dos onze inquiridos, dois tinham a ajuda dos pais, dois tinham a ajuda de um explicador, um pedia ajuda aos colegas de turma e um inquirido pedia ajuda à sua irmã, pelo que cinco indivíduos não tinham qualquer ajuda.

III.2. Percurso académico após a chegada a Portugal

Verificamos que dos onze inquiridos, apenas três continuaram a estudar em Portugal, sendo que em todos estes casos em cursos superiores, designadamente: cursos de tradução Francês-Português na Faculdade de Letras de Lisboa; Mestrado em Gestão; Pós-Graduação em Interpretação de conferências.

A nível profissional, o facto de os estudos superiores não apresentarem valor acrescentado aos olhos do patronato português pode ter levado à opção de aprofundar os seus conhecimentos, tanto a nível da língua portuguesa como da obtenção de um diploma emitido pelo Ministério do Ensino Superior.

No entanto, cinco inquiridos que já possuíam um curso superior antes da vinda para Portugal não tiraram nenhum curso em Portugal (até à data do preenchimento do inquérito).

III.3. Local de residência em França (antes do projeto migratório) e local de residência em Portugal (após a migração)

Analisando os quadros 10 e 11, podemos verificar que dois dos inquiridos residiam em Paris, sendo que cinco residiam nos arredores de Paris (zonas citadinas) e quatro residiam fora da “Grande Couronne” (a mais de 100 km de Paris), em zonas rurais. Os inquiridos no trabalho de Reis (2005:111) também residiam na região “Ile de France” antes do projeto migratório, ou seja em zonas citadinas.

Quadro 10: Local de residência em França

	Frequência	Percentagem
Argenteuil, 95	1	9,1
Besançon (Doubs)	1	9,1
Colombes	1	9,1
Colombes 92	1	9,1
Ménestreau-en-Villette (Loiret 45)	1	9,1
Paris	2	18,2
Reims (Marne, 51)	1	9,1
Rennes - Ile et Vilaine	1	9,1
Ste Geneviève des Bois, 91700 - ESSONE	1	9,1
Sucy en Brie 94	1	9,1
Total	11	100,0

Quadro 11: Habitação em meio rural ou urbano

	Frequência	Percentagem
Meio rural	2	18,2
Meio citadino	9	81,8
Total	11	100,0

O quadro 11 revela que nove em doze inquiridos escolheram viver em Lisboa ou nos arredores, em vez da terra dos seus pais. Tal escolhe deve-se sobretudo a dois fatores: o choque cultural teria sido mais importante e porque as oportunidades de trabalho são maiores em zonas urbanas. Tal é a opinião de Reis (2005:108):

“Todavia, o facto de não ter escolhido aldeias ou vilas mais pequenas, prende-se com o facto que existiam demasiadas diferenças entre as realidades de ambos os países acentuadas pela diferença que pode existir entre uma aldeia no campo e uma cidade de tamanho parecido com as cidades francesas sem falar do ambiente vivido em ambas as situações que diferem de aldeia para aldeia”.

Os quadros 12 e 13 mostram que três inquiridos foram viver para as habitações dos seus pais. Cinco inquiridos optaram por alugar uma casa, um preferiu comprar a sua habitação e uma inquirida foi viver para a casa do seu namorado.

Quadro 12: Local para onde foi viver em Portugal

	Frequência	Percentagem
Casa de férias dos pais	3	27,3
Apartamento alugado	5	45,5
Outro local	3	27,3
Total	11	100,0

Quadro 13: Outro local para onde foi viver em Portugal

	Frequência	Percentagem
Apartamento comprado	1	9,1
Apartamento dos pais	1	9,1
Casa comprada pelos sogros para o namorado	1	9,1
Total	11	100,0

Aqueles que optaram por ir viver para a casa que pertencem aos pais, bem como a inquirida que foi viver para casa do namorado fizeram-no por razões económicas: no caso de não terem trabalho à chegada a Portugal, isso permite-lhes alguma autonomia financeira até ao primeiro ordenado. No caso daqueles que tiveram de alugar uma casa, a escolha terá sido sobretudo feita pelo facto de terem algum dinheiro disponível até encontrarem um emprego ou de já terem conseguido um posto de trabalho quando ainda se encontravam em França ou a estudar em Portugal. O facto de terem alugado um casa permite-lhes não criar raízes em Portugal e de poderem, a qualquer momento das suas vidas, mudar de casa, seja noutros locais em Portugal, seja no estrangeiro.

Em relação aos inquiridos que residem em casa de familiares, não temos informação ainda suficiente para saber se o facto de viverem em casa dos pais é provisório e se pretendem um dia comprar uma casa e fixar-se em Portugal.

Analisando os quadros 14 e 15, encontramos um desfasamento nas respostas: nove inquiridos afirmam não terem tido qualquer ajuda na procura de uma habitação. Porém, três inquiridos acrescentaram que obtiveram ajuda de amigos e familiares.

Quadro 14: Ajuda no alojamento

	Frequência	Porcentagem
1,00 Sim	1	9,1
2,00 Não	9	81,8
Total	10	90,9
Sem resposta	1	9,1
Total	11	100,0

Quadro 15: Pessoas que ajudaram na procura de alojamento

	Frequência	Porcentagem
	8	72,7
Amigos	1	9,1
Familiares	1	9,1
Um amigo da faculdade	1	9,1
Total	11	100,0

Podemos então supor que, apesar dos nove inquiridos não terem tido uma ajuda direta e ativa na procura de habitação, tê-la-ão tido através de um acordo verbal: os pais comprometeram-se a ajudar os filhos emprestando as suas casas e isto é visto pelos inquiridos como uma ajuda na procura de habitação.

III.4. O seio familiar antes do projeto migratório

Quadro 16: Com quem residia o inquirido antes do projeto migratório

Residia com...	Frequência	Percentagem
Os pais	5	45,5
Vivia sozinha	1	9,1
Vivia maritalmente	1	9,1
Estava Casado	2	18,2
Sozinha com ajuda financeira dos pais	1	9,1
Total	10	90,9
Sem resposta	1	9,1
Total	11	100,0

Quadro 17: Situação profissional antes do projeto migratório

	Frequência	Percentagem
Estudante	3	27,3
Encontrava-se desempregado	1	9,1
Tinha emprego fixo	1	9,1
Tinha emprego temporário	5	45,5
Estudante e Emprego fixo	1	9,1
Total	11	100,0

Analisando os quadros 16 e 17, ficamos a saber qual a situação de agregado familiar e profissional dos luso-descendentes antes da tomada de decisão de migrar para Portugal. Cinco inquiridos viviam na altura com os pais por serem estudantes, estarem desempregados ou terem um trabalho precário, logo dependentes financeiramente deles.

Cinco inquiridos, por sua vez, já eram independentes dos pais por serem casados (2 inquiridos), viverem maritalmente (1 inquirido) ou viverem sozinhos (2 inquirido), se bem que um inquirido que declarou viver só recebia ajuda financeira por parte dos pais.

Após o contacto telefónico com os inquiridos que afirmaram terem um emprego fixo em França, foi-nos dito que, apesar de terem trabalhos fixos, não se sentiam realizados profissionalmente, levando-os a preferir demitir-se e mudar de país do que continuar a residir em França.

Respeitante àqueles que não tinham emprego fixo, não existia qualquer vínculo profissional que os “prendesse” a França, pelo que a vinda para Portugal pode ter sido vista como uma oportunidade para a obtenção de um emprego fixo.

Quadro 18: Local de residência dos irmãos

	Frequência	Percentagem
Filho único	2	18,2
Alemanha, França, Portugal	1	9,1
Besançon	1	9,1
Bourgogne, Côte d'Or, Suíça	1	9,1
França	1	9,1
França e Guimarães	1	9,1
França, Vincennes 94	1	9,1
La Garasnes Colombes	1	9,1
Nantes e Paris	1	9,1
Queijas, Portugal	1	9,1
Total	11	100,0

Se, por um lado, alguns luso-descendentes desejam migrar para Portugal e dão o passo, não acontece o mesmo para os irmãos desses jovens.

Efetivamente, analisando o quadro 18, podemos verificar que são muito poucos os irmãos que também migraram para Portugal, tendo preferido outros países da Europa. Em nove inquiridos que afirmaram ter irmãos, um tem irmãos que residem em França, na Alemanha e em Portugal; um inquirido tem irmãos na Suíça e em França; outro tem irmãos em Portugal e em França. Finalmente, cinco inquiridos afirmam que os todos os seus irmãos vivem em França.

Verificamos, pois, que apesar de jovens da mesma família terem o mesmo “background” social, cultural, económico e familiar, nem todos pensam em trocar a França por Portugal. Porém, é de realçar que existe uma predisposição para a emigração, já que alguns irmãos se encontram noutros países da Comunidade Europeia.

III.5. Os progenitores antes do projeto migratório dos filhos

Outro tópicos que não pudemos deixar de estudar foi o percurso migratório dos progenitores dos luso-descendentes que estão actualmente a residir na região da Grande Lisboa. Observa-se que todos os progenitores possuem unicamente a nacionalidade portuguesa. Isso quer dizer que nenhum deles requereu a nacionalidade francesa ou que se a pediu ela não foi aceite. Reis (2005:105) afirma que o facto da esmagadora maioria dos progenitores dos inquiridos no seu estudo possuírem unicamente a nacionalidade portuguesa é um “elemento facilitador de integração na sociedade portuguesa”. Pensamos que no nosso estudo não podemos confirmar tal facto, pois fazendo Portugal e França parte da União Europeia, a estadia mais ou menos prolongada nesses países não requer qualquer autorização ou documentação legal para um luso-descendente se integrar num ou noutro país. Além do mais, não achamos que o facto de os pais não terem a dupla nacionalidade seja um fator de peso na realização do projeto migratório. Podemos avançar a hipótese que os progenitores dos inquiridos não terão sentido a necessidade de adquirir a dupla nacionalidade para se sentirem inseridos na sociedade francesa e trabalhar sem qualquer tipo de entraves.

No entanto, sabemos de casos anteriores a 1981 em que quem pedisse a nacionalidade francesa perdia automaticamente a nacionalidade portuguesa, tendo que pedi-la dois anos mais tarde, sendo que, com certeza, muitos emigrantes não o tenham pretendido fazer por razões económicas e/ou patrióticas.

Quadro 19: Local de residência do pai antes da emigração

	Frequência
Amadora	1
Benfica	1
Cova da Piedade	1
França	1
Lisboa	1
Malhadas, Miranda do Douro	1
Minho (Caminha)	1
Peso da Régua (Vila Real)	1
Queiriga (Viseu)	1
Santa Cruz da Trapa (S. Pedro do Sul)	1
Silvares (Fundão)	1
Total	11

Quadro 20: Local de residência da mãe antes da emigração

	Frequência
	1
Benfica	1
Amadora	2
Especiosa, Miranda do Douro	1
França	1
Lisboa	1
Minho (Caminha)	1
Peso da Régua (Vila Real)	1
Silvares (Fundão)	1
Santa Cruz da Trapa (S. Pedro do Sul)	1
Total	11

Os quadros 19 e 20 mostram-nos que os progenitores dos inquiridos residiam sobretudo em zonas rurais, se bem que alguns residissem na zona de Lisboa. Reis

(2005:105) relembra que as migrações internas em Portugal se faziam “sobretudo do interior para o litoral, cidades, espaços, lugares onde se encontra trabalho já que no interior, por vezes, é difícil arranjar emprego”.

Quadro 21: Estado civil dos progenitores antes da emigração

	Frequência
Solteiros	5
Casados	4
União de facto	1
Total	10
Sem resposta	1
Total	11

Quadro 22: Qual dos progenitores migrou primeiro

	Frequência
Pai	8
Mãe	1
Migraram juntos	1
Total	10
Sem resposta	1
Total	11

As informações recolhidas através dos quadros 21 e 22 confirmam o perfil da emigração nos anos sessenta e setenta do século XX: eram maioritariamente jovens solteiros do sexo masculino. No caso do inquirido em que a mãe emigrou primeiro, deu-se ao facto desta ser mãe solteira e nunca ter vivido com o pai do seu filho.

O quadro 23 também vem mostrar que os progenitores dos inquiridos emigraram a partir dos meados dos anos sessenta (1964) até meados dos anos setenta (1975). Tal afirmação vem ao encontro da literatura no respeitante aos anos de maior intensidade de migração e ao decréscimo da migração a partir de 1973/1974.

Quadro 23: Ano de emigração dos progenitores

Ano	Pai	Mãe
1964	1	
1965	1	
1966	1	1
1967		2
1968	1	2
1969	2	
1970	2	1
1971	1	3
1972	1	1
1974	1	
1975		1
Total	11	11

Na altura da emigração para França, a atividade profissional dos pais era a seguinte:

- Três trabalhavam no setor da agricultura;
- Um era militar;
- Um era operário fabril;
- Um era pescador e pintor;
- Um era estofador de móveis;
- Dois encontravam-se desempregados;
- Um era dono de uma loja de móveis;
- Um disse não saber qual a atividade profissional do seu pai.

Em relação às mães, as atividades profissionais eram as seguintes:

- Duas trabalhavam no setor da agricultura;
- Uma era peixeira;
- Duas eram domésticas;
- Uma era empregada doméstica;
- Duas eram costureiras;
- Uma era operadora fabril.

Pelo que podemos verificar, na maior parte dos casos, os progenitores dos luso-descendentes inquiridos possuíam empregos que não necessitavam de muitas

habilitações literárias. Os quadros 24 e 25 mostram que, efetivamente, os progenitores dos inquiridos têm poucas habilitações literárias.

Quadro 24: Habilitações literárias do pai antes da emigração

	Frequência	Percentagem
Não sabe	1	9,1
4ºano	7	63,6
6ºano	1	9,1
Escola Comercial	1	9,1
Primária	1	9,1
Total	11	100,0

Quadro 25: Habilitações literárias da mãe antes da emigração

	Frequência	Percentagem
Não sabe	1	9,1
4ºano	9	81,8
Segundo Grau Elementar	1	9,1
Total	11	100,0

Os quadros 24 e 25 ainda confirmam dados reconhecidos por Ruivo (2001): as baixas habilitações literárias dos emigrantes. De acordo com as respostas dadas pelos inquiridos, a maioria dos pais e mães dos luso-descendentes só tinham a quarta classe aquando do projeto migratório e pertenciam às classes sociais mais baixas (agricultores, operários, etc.). Tal facto vem confirmar a afirmação feita pela investigadora aquando da análise do quadro 9: os progenitores dos luso-descendentes em França, por terem baixas habilitações literárias não conseguem ajudar os filhos nos estudos e nos trabalhos para casa.

III.6. Atividades de cariz social e educativo antes do projeto migratório

Pretendemos saber se os inquiridos desenvolviam atividades de carácter social e lúdico, tais como relacionar-se com portugueses, ler livros em língua portuguesa, estar a par das informações de Portugal, etc.

Quatro inquiridos afirmaram pertencerem a uma associação de emigrantes portugueses, sendo que um inquirido participava nos grupos coral e folclórico, outro dava aulas de português e o terceiro era o responsável pelo departamento de eventos.

Como referido anteriormente, as associações são lugares de convívio que foram criados pelos imigrantes de 1ª geração para que os portugueses e os seus descendentes pudessem contactar com outros membros da comunidade portuguesa e, assim, trocar ideias e informações, bem como para poderem ter aulas de aprendizagem da língua portuguesa. Além disso, foram criadas atividades relacionadas com o desporto (sobretudo equipas de futebol) e com o folclore português.

Como se pode verificar, os luso-descendentes não se mostram interessados em participar nas atividades das associações de portugueses em França, sendo que só pontualmente se deslocam às associações para acompanhar os pais a um baile ou uma festa tradicional.

Para os quatro indivíduos que frequentavam algumas associações de portugueses em França, as atividades desenvolvidas eram de carácter social: ensinar a língua portuguesa a jovens luso-descendentes como ele, pertencer a grupos corais e folclóricos. De notar que um só inquirido tinha um cargo numa associação: responsável pelos eventos realizados.

O mesmo acontece com as instituições religiosas: a maioria dos inquiridos (nove) não frequentava nenhuma instituição religiosa.

No seu estudo a 519 jovens portugueses residentes em Paris e nascidos em França, Neto (1998) conclui que o facto de pertencer a uma associação não interfere no projeto migratório.

No entanto, se por um lado os jovens luso-descendentes não se sentiam atraídos em participar na vida associativa, por outro lado não deixavam de mostrar interesse pela sua língua materna.

Assim, sete dos inquiridos responderam que costumavam ler livros e revistas em língua portuguesa, mas que não costumavam ver televisão portuguesa. O facto de dez dos indivíduos não verem televisão portuguesa talvez se deva ao facto de, até à altura da migração para Portugal, não possuírem nem antena parabólica nem televisão por cabo.

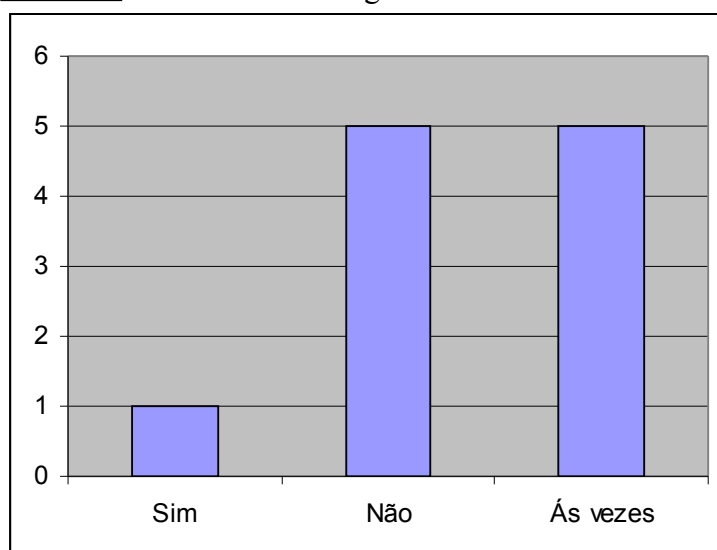
No respeitante à socialização com outros jovens, nove inquiridos responderam que tinham amigos portugueses no seu círculo de amigos e todos os indivíduos responderam que também tinham amigos de outras nacionalidades.

Temos que ter em conta o facto de que a sociedade francesa é multicultural pelo que os jovens acabam por ter uma rede de amigos oriundos de vários países. Esta rede desenvolve-se sobretudo na escola, mas também em locais onde se move o luso-descendente (discotecas, cafés, bibliotecas e livrarias, associações, igrejas, etc.) como também no seio familiar (filhos dos amigos dos pais).

As respostas à pergunta “costumava falar em Francês com Portugueses?” (gráfico 6) são muito interessantes porque dão a ideia de que os inquiridos sempre fizeram um esforço para falar em Português com pessoas da mesma nacionalidade. Cinco dos onze inquiridos não falavam de todo Francês quando comunicavam com Portugueses. Um inquirido assumiu que sempre comunicou em Francês, apesar de saber que o seu interlocutor era de origem portuguesa.

No entanto, a resposta “às vezes” não nos esclarece sobre um maior uso de uma língua em relação à outra. Porém, em conversa com alguns dos inquiridos, a língua francesa é utilizada mais vezes do que o Português por ser uma língua que os luso-descendentes dominam melhor.

Gráfico 6: Falava com Portugueses em Francês?



Tentámos saber se os luso-descendentes já haviam viajado alguma vez para Portugal, sós ou acompanhados pelos progenitores e a resposta foi afirmativa para todos os inquiridos.

Também quisemos saber como os inquiridos viam Portugal aquando das estadias nesse país. As respostas a esta questão foram as seguintes:

- Portugal é um local de divertimento e de reencontro com os familiares;
- Portugal tem um melhor clima em comparação com a França;
- É um país onde se vive melhor porque é mais calmo, há mar;
- Portugal está mais atrasado em relação a França, sendo que o nível de vida é inferior em Portugal;
- Existem mais oportunidades em Portugal.

Regra geral, são mais os aspetos positivos do que os aspetos negativos que são realçados, se bem que um inquirido não se identificava na altura com Portugal por ter as suas raízes e os seus amigos em França. Tanto Neto (1986:182) como Cabral (1997), Santos (2005) e Sardinha (2008) falam na imagem idealizada e distorcida que muitos luso-descendentes têm do país de origem dos seus pais porque Portugal só é visitado em épocas festivas, tais como o Verão, o Natal e a Páscoa.

Verificamos, pois, que os inquiridos neste estudo, de diferentes modos e graus, estavam ligados a Portugal e à cultura portuguesa: liam jornais e revistas portuguesas, ouviam rádio portuguesa, conviviam com portugueses e iam passar férias a Portugal com alguma regularidade. É a conclusão a que chega Neto (1998): aqueles que têm um grupo de amigos de origem portuguesa e os que lêem com alguma regularidade revistas e jornais portugueses sentem-se mais próximos do país de origem dos seus pais, logo sentem mais vontade de partir para Portugal do que aqueles que pouco contacto mantêm com o país e a sociedade portuguesa.

III.7. A língua portuguesa como língua materna e de aprendizagem

Dos onze indivíduos inquiridos, nove responderam afirmativamente à pergunta “tiveram aulas de Português?” e dois responderam negativamente.

A aprendizagem da língua portuguesa era um dos objetivos fundamentais dos pais dos luso-descendentes, pois era uma maneira dos jovens não perderem a sua identidade. Com efeito, verificava-se que os jovens passavam a utilizar mais frequentemente a

língua francesa a partir do momento em que entravam no sistema escolar francês (Cabral, 1997; Ruivo, 2001).

Se por um lado os luso-descendentes respeitavam a língua materna e comunicavam com os seus familiares em Português (quatro inquiridos), para os restantes jovens tornou-se claro que a língua francesa foi sendo utilizada no seio familiar, ao ponto de quatro inquiridos afirmarem não falarem em Português com a sua família e de três comunicarem tanto em francês como em português. É de resto muito comum em famílias portuguesas os pais comunicarem em Português e os filhos responderem na língua do país de acolhimento.

Para aqueles que responderam utilizar tanto a língua portuguesa como a língua francesa, também não sabemos se uma língua acabou por dominar a outra. Os estudos nesta temática apontam para um domínio maior da língua francesa porque, uma vez mais, existe um conhecimento melhor.

No entanto, para os pais dos luso-descendentes era fundamental as crianças aprenderem a dominar a sua língua materna para, em caso de regresso da família a Portugal, eles virem a ter menos dificuldades em inserir-se na sociedade e sobretudo no sistema escolar português. Daí as terem inscrito em locais onde se ensinava o Português, sobretudo nas escolas e nas associações (quadro 26).

Quadro 26: Local de aprendizagem da língua portuguesa

	Frequência	Percentagem
Associação	3	27,3
No ensino básico	3	27,3
Por correspondência	1	9,1
Outro	1	9,1
Total	8	72,7
Sem resposta	3	27,3
Total	11	100,0

Foram sobretudo nas associações e nas escolas básicas (écoles primaires) que os luso-descendentes deste estudo aprenderam a língua portuguesa. Através do quadro 27 podemos confirmar que a aprendizagem da língua portuguesa só começou no primeiro

ciclo (école primaire) por não haver aulas de Português no ensino pré-primário (école maternelle – dos 3 aos 6 anos de idade). Seis inquiridos tiveram aulas quando se encontravam a estudar no primeiro ciclo. Só três inquiridos tiveram aulas entre os 12 e os 18 anos de idade, altura em que se encontravam nos segundo e terceiro ciclos de ensino (collège e lycée).

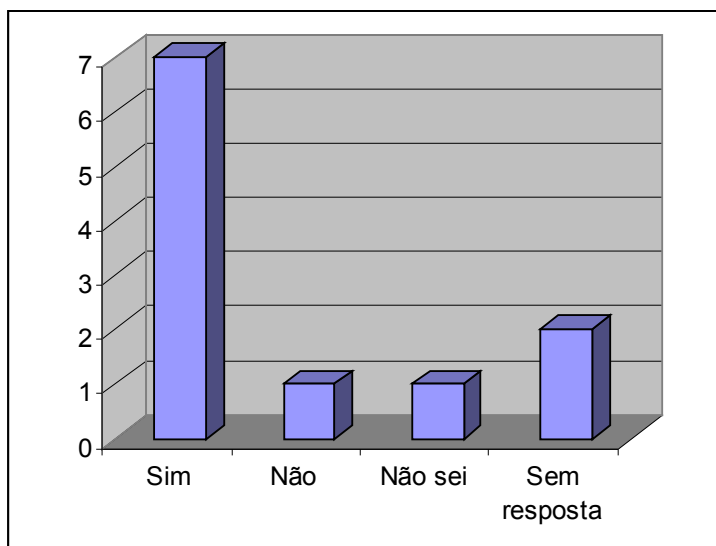
O reduzido número de alunos a frequentar aulas de Português entre a escola primária e o segundo ciclo vem ao encontro dos estudos de Ruivo (2001), Cabral (1997), Neto e Gonçalves (1985) entre outros. Por um lado, é menor a oferta de aulas de Português nos Collèges e Lycées; por outro lado, as crianças luso-descendentes vão tomando a iniciativa de não se inscreverem nas aulas por acharem que nada acrescentam ao seu percurso escolar e que, por conseguinte, é uma perda de tempo, pois o seu nível de conhecimento é suficiente para poderem comunicar.

O gráfico 7 revela que a maioria dos inquiridos pensa que o ensino da língua portuguesa foi uma mais-valia. Porém, verificamos que três inquiridos acabaram por desistir das aulas. Para aqueles que se recordam dos motivos da cessação do ensino da língua portuguesa, a decisão não foi tomada pelos pais dos jovens, mas sim pelos próprios. Um indivíduo reprovou e não quis repetir o ano de Português, apesar de ter tido boas notas (sabemos que as notas não contavam para o percurso escolar); outros dois faltaram uma vez e, a partir daí, nunca mais voltaram. Estas razões mostram que alguns jovens não sentiam qualquer motivação para ir às aulas de Português.

Quadro 27: Idade de aprendizagem da língua portuguesa

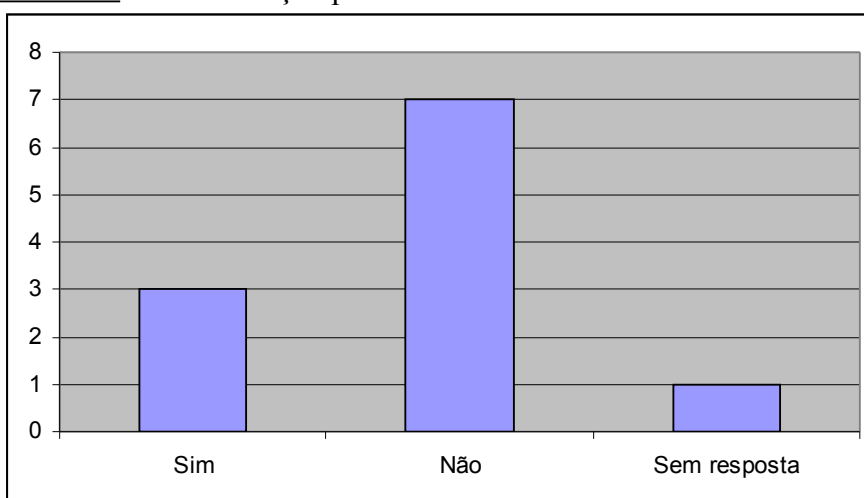
	Frequência
A partir dos 6 anos	3
Entre os 7 e os 11 anos	3
Entre os 12 e os 18 anos	3
Total	9
Sem resposta	2
Total	11

Gráfico 7: Saber se o inquirido viu alguma utilidade nas aulas de Português



Também quisemos saber se, na opinião dos inquiridos, a língua materna portuguesa havia sido um obstáculo para a sua aprendizagem no ensino escolar francês e verificámos que todos os inquiridos afirmaram não ter sentido dificuldades .

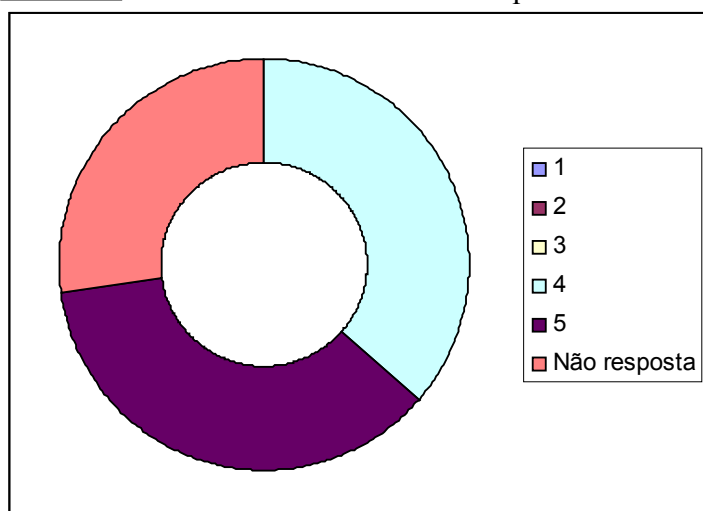
Gráfico 8: Discriminação por ser luso-descendente



O gráfico 8 indica que a maioria dos inquiridos não se sentiu discriminado por ser luso-descendente. Não obstante este facto, as três pessoas que responderam pela afirmativa, dizem que se sentiram discriminadas dentro do sistema escolar: no final do 9º ano estes inquiridos foram orientados para vias profissionalizantes, apesar das suas notas lhes permitirem aceder ao ensino regular (3º ciclo). Um inquirido realça o papel de uma orientadora escolar que aconselhava os jovens de origem estrangeira a seguirem cursos profissionais.

No seu estudo, Ruivo (2001) apercebe-se que os jovens tendem a seguir cursos profissionais por serem de duração mais curta e que levam, assim, mais cedo ao mercado de trabalho. Porém, no nosso estudo verificámos que, no caso de um inquirido, a escolha do percurso escolar nem sempre aconteceu de acordo com a sua vontade, mas sim pelo aconselhamento dos orientadores escolares e alguns professores que, na altura, sugeriam a todos os alunos estrangeiros do agrupamento escolar a que pertencia o inquirido que se orientassem para cursos profissionais.

Gráfico 9: Como se sentiu inserido o inquirido em França, numa escala de 1 a 5



É interessante verificar que, dos oito inquiridos que responderam à pergunta “como se sentiu inserido em França?”, todos eles se sentiram plenamente inseridos na sociedade de acolhimento (gráfico 9): “Sou Francês desde o nascimento e nunca tive dúvidas”; “Fui para França com dois ou três anos, por isso não sei o que é a integração”. Nestes dois casos, o facto dos inquiridos terem migrado com os pais para França sem eles terem a noção disso não os levou a iniciar um processo de integração tal como os adultos ou os adolescentes.

Os luso-descendentes deste estudo sempre se sentiram franceses, se bem que, nalguns casos houvesse quem se sentisse “diferente”. É o caso de um inquirido que se sentia um francês de segunda, sem que no entanto isso viesse a prejudicá-lo:

“Sempre me senti inserido e aceite na sociedade. Senti no entanto uma ligeira discriminação como se de certa forma fosse um francês de segunda classe, mesmo que seja apreciado”.

Uma outra inquirida sublinhou o facto de que se sentia

“perfeitamente inserida à exceção da cultura geral porque frequentava a elite no bairro onde residia e sentia que tinha lacunas sobre a cultura francesa. A educação conservadora dos meus pais criou um choque com a dos meus colegas”.

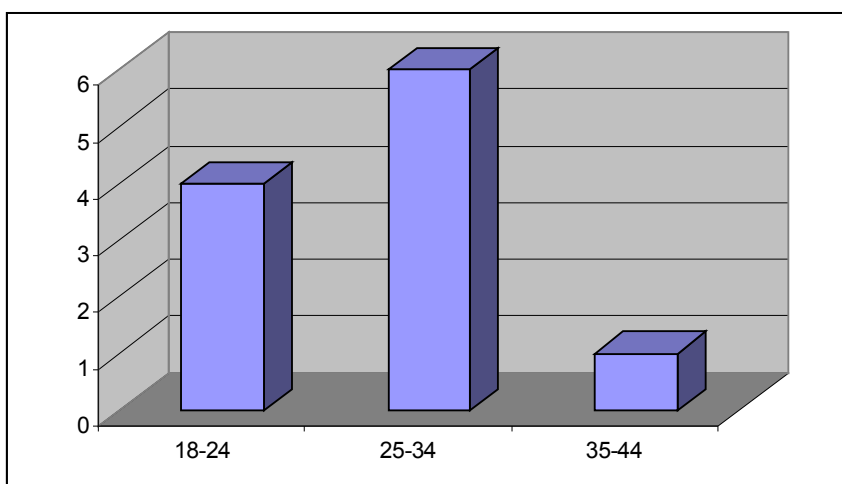
Regra geral, os luso-descendentes inquiridos neste estudo reconhecem ter uma identidade própria, fruto da convivência entre duas culturas e que se têm adaptado e moldado de maneira a serem aceites na sociedade francesa. Um inquirido acrescenta que o facto de se ser bom aluno também o ajudou na inserção social e cultural: “O sucesso escolar permite essa boa integração”.

III.8. A decisão de migrar e a migração para Portugal

Neste subcapítulo pretendemos entender as razões pelas quais alguns luso-descendentes decidiram migrar para Portugal.

De acordo com o gráfico 10, podemos verificar que seis o fizeram numa faixa etária compreendida entre os 25 e os 34 anos, confirmando assim que, na sua maioria, a migração ocorreu após a conclusão do percurso académico. Mas também verificamos que quatro inquiridos migraram entre os 18 e os 24 anos, pelo que a migração também ocorre quando os luso-descendentes estão a entrar na fase laboral. Além disso, sabemos que é mais fácil encontrar um emprego quando se é de uma faixa etária mais baixa. Acrescenta-se que um inquirido migrou entre os 35 e os 44 anos de idade.

Gráfico 10: Idade dos inquiridos aquando da vinda para Portugal



No que respeita o momento da decisão de migrar, verificamos que oito havia migrado nos anos noventa do século XX (ver quadro 28).

Quadro 28: Ano de chegada a Portugal

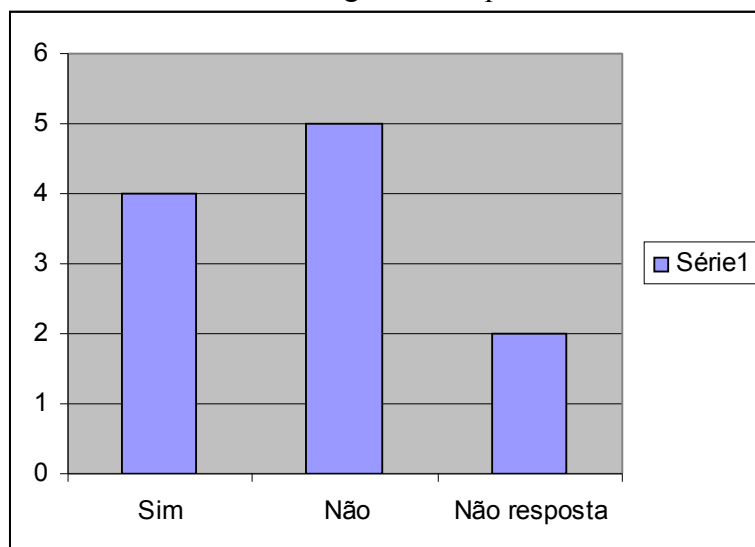
	Frequência
1992	1
1993	1
1996	3
1997	1
1998	1
1999	1
2000	1
2002	1
2010	1
Total	11

Os inquiridos apresentam várias as razões para a mudança para Portugal:

- Razões amorosas: dois inquiridos migraram para ficarem juntos dos seus companheiros (“para seguir a minha mulher, estudante na Universidade de Lisboa”; “Para ir ter com o meu namorado luso-descendente que tinha um projeto empresarial a desenvolver em Lisboa”);
- Razões profissionais: procura de emprego (três inquiridos);

- Razões familiares: um inquirido queria emancipar-se e não depender dos pais (“Vontade e necessidade de mudança, emancipação”);
- Razões culturais: houve quem dissesse que migrou porque queria conhecer o país de origem dos seus pais tal como ele é e não como é visto durante as férias; um inquirido admitiu gostar tanto de Lisboa que desejava lá viver; ainda outro afirmou simplesmente migrar pelo gosto pela aventura e pela experiência;
- Razões académicas: uma inquirida veio para Portugal porque lhe foi concedida uma bolsa Erasmus para concluir o mestrado.

Gráfico 11: O desejo dos progenitores de voltarem para Portugal e a influência na decisão de migrar do inquirido



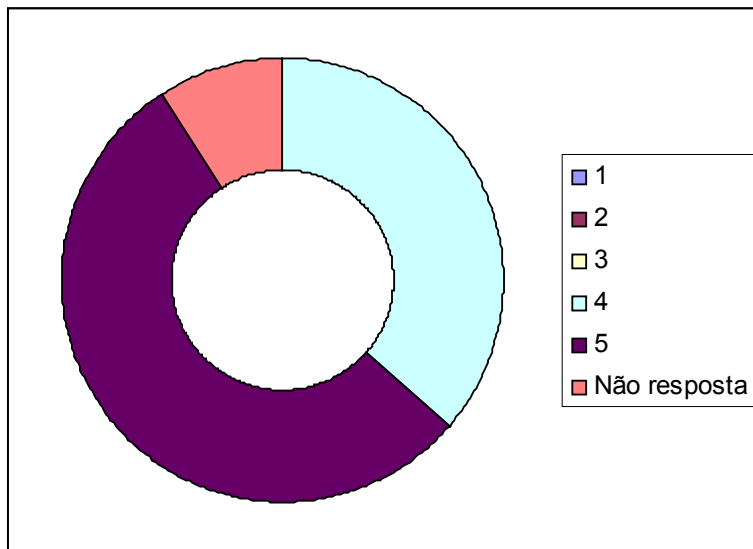
Através do gráfico 11 podemos observar a relação entre a vontade dos progenitores de regressarem para Portugal e a tomada de decisão dos luso-descendentes.

Cinco dos onze inquiridos afirmam não terem sido influenciados pela vontade dos pais em regressar para Portugal, mas quatro salientaram que é possível que essa vontade tenha tido algum peso na sua decisão de migrar:

- Um inquirido fala em “desejo inconsciente” de realizar o sonho dos pais;
- Um inquirido migrou porque era o desejo não realizado do seu pai, visto ele ter falecido antes de poder concretizar o seu sonho;
- Um outro inquirido sentiu a pressão familiar para migrar;

- Um inquirido salienta que o que realmente o motivou para migrar foi a cultura dos seus pais e do seu país de origem, por isso pensa que as origens familiares também o levaram a migrar;
- Finalmente um inquirido pensa que os pais em nada influenciaram o seu projeto migratório porque continuam a viver em França. Relembramos que três inquiridos haviam respondido que os seus pais não pretendiam regressar a Portugal, mas verificamos que essa vontade não impediu alguns inquiridos de migrar.

Gráfico 12: Grau de satisfação por ter sido criado em França



O facto de se sentirem inseridos na sociedade francesa leva naturalmente os inquiridos a sentirem um elevado grau de satisfação por terem sido criados em França (gráfico 12).

As razões apontadas para este alto nível de satisfação são as seguintes:

- A qualidade do ensino em França;
- Os valores veiculados: pontualidade, rigor, liberdade, igualdade e fraternidade, etc.
- A cultura francesa e sobretudo o multiculturalismo, levando a uma maior abertura de espírito e tolerância;
- O ensino da língua francesa entendida como uma mais-valia;

- O saber que, se os pais não tivessem emigrado, nunca teriam tido a oportunidade de serem o que são atualmente e de terem uma cultura tão diversificada.

Estas afirmações vêm demonstrar o respeito e a admiração que os luso-descendentes sentem pelo país que os acolheu.

III.9. A chegada a Portugal e a adaptação inicial

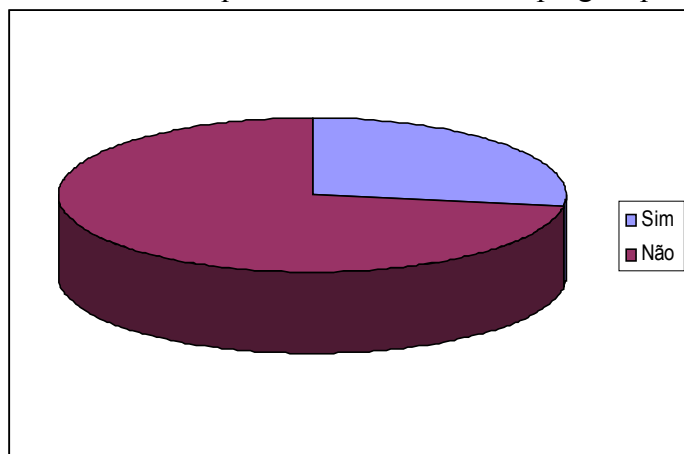
Quadro 29: Ajuda na chegada a Portugal

	Frequência	Percentagem
Familiares	2	18,2
Amigos	3	27,3
Não teve ajuda	4	36,4
Total	9	81,8
Sem resposta	2	18,2
Total	11	100,0

No que toca às eventuais ajudas logo a seguir à vinda para Portugal, podemos afirmar pelo quadro 29 que cinco inquiridos tiveram a ajuda de amigos e familiares face a quatro indivíduos que não obtiveram qualquer ajuda. Dois inquiridos não responderam a esta pergunta.

O facto de alguns luso-descendentes receberem a ajuda de amigos ou familiares pode acelerar a sua inserção na sociedade portuguesa, ao permitir criar novas redes de amizades. Para aqueles que não tinham emprego à chegada a Portugal poderá contribuir para, graças à rede de amigos, a obtenção de um trabalho. O gráfico 13 mostra que oito inquiridos não tinham trabalho à sua chegada a Portugal, pelo que a rede de amigos e familiares pode ser uma maneira de sobreviver enquanto se procura um trabalho.

Gráfico 13: O inquirido encontrou um emprego a partir de França?



Observa-se que os inquiridos que não tinham emprego à sua chegada a Portugal não procuraram ajuda no seio familiar ou na rede de amigos, à exceção de um inquirido, que recorreu a uma amiga da faculdade para encontrar um trabalho.

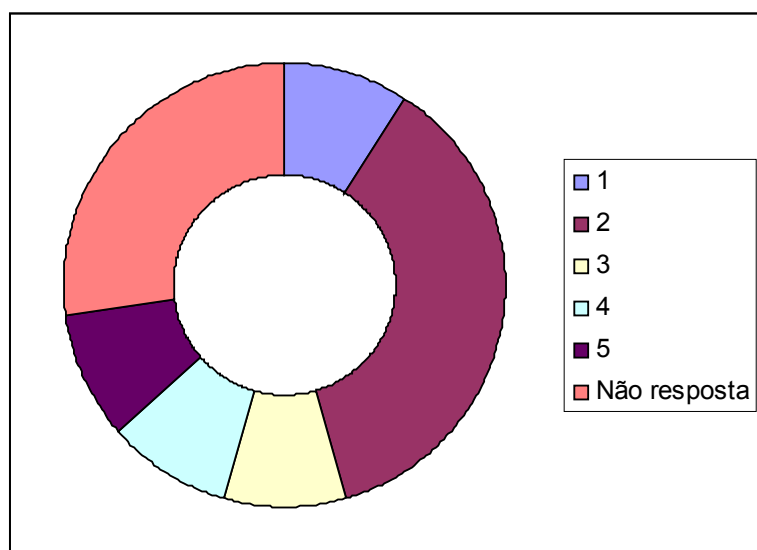
Os inquiridos optaram por procurar emprego através de:

- Classificados nos jornais;
- Centro de emprego;
- Câmara de Comércio Luso-Francesa;
- Empresas de trabalho temporário.

Como se pode notar através do gráfico 14, os primeiros empregos não foram satisfatórios: a esmagadora maioria esperava encontrar logo um emprego que satisfizesse as suas expectativas, o que não veio a verificar-se. Com efeito, esta insatisfação face ao primeiro emprego leva dez inquiridos a mudarem de emprego, evocando as seguintes razões:

- Condições salariais abaixo do esperado;
- Busca de melhores oportunidades profissionais;
- O empregador não teve em conta a experiência profissional de um inquirido.

Gráfico 14: Grau de satisfação na obtenção do primeiro emprego

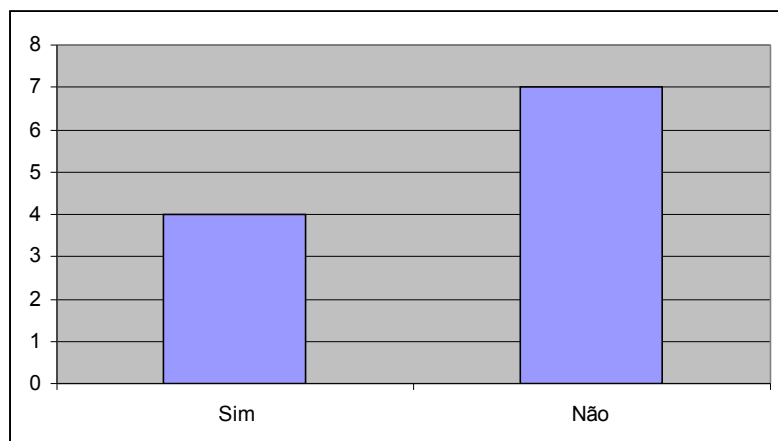


Assim, podemos concluir que os luso-descendentes têm a noção de que as suas habilitações literárias e profissionais são uma mais-valia para qualquer empregador. Porém, em conversas com os inquiridos, verifica-se que existe a noção de que o facto de terem estudado no estrangeiro e de possuírem uma dupla cultura (ou biculturalidade) os colocaria num patamar superior àqueles que só estudaram em Portugal. Por isso, segundo eles, existe a expectativa de uma melhor remuneração. Porém, de acordo com a presidente do Observatório dos Luso-Descendentes Emmanuelle Afonso²³, os diplomas estrangeiros são pouco ou nada valorizados em Portugal por desconhecimento dos empregadores, logo a remuneração é igual a qualquer Português aquando do seu primeiro emprego. A maioria dos luso-descendentes sente que a bagagem profissional, social e cultural adquirida de nada serve em contexto profissional em Portugal, sendo que, ainda de acordo com Emmanuelle Afonso, muitos luso-descendentes optam por profissões liberais, gerindo assim o seu próprio negócio e começando uma nova etapa das suas vidas.

²³ Entrevista realizada no dia 14 de Janeiro de 2011 como informador privilegiado.

III.10 – Integração na sociedade portuguesa e ligação com a França

Gráfico 15: Saber se o inquirido voltou a estudar em Portugal



Apesar de a maioria dos inquiridos já possuir habilitações literárias a nível do ensino superior, quatro inquiridos sentiram a necessidade de aprofundar os seus conhecimentos, tendo voltado, já em Portugal, para a faculdade.

No caso do inquirido músico, existiu a necessidade de aperfeiçoar a sua técnica; um inquirido tirou um curso de tradução em Francês e Português; outro concluiu um mestrado em gestão e ainda outro optou por uma pós-graduação em interpretação de conferência.

A decisão de continuar a estudar ocorreu pouco tempo após a chegada a Portugal, o que nos leva a pensar que tal se deve à necessidade de se inserirem no mercado de trabalho e que isso passa pela obtenção de um diploma ou de um certificado português, já que, como dissemos anteriormente, os diplomas estrangeiros costumam ser pouco valorizados pelos empregadores.

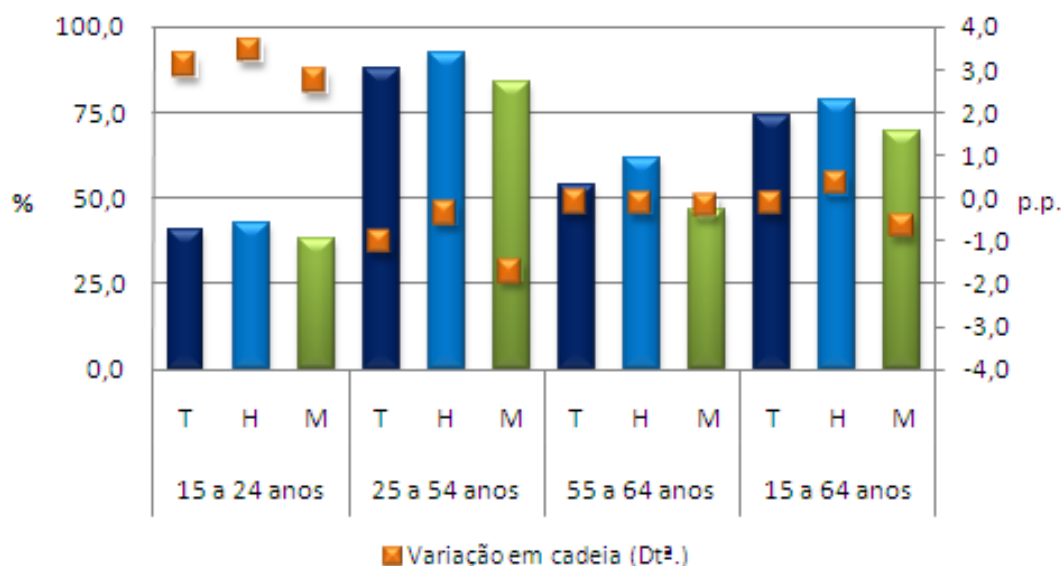
Na medida em que uma das formas de adaptação e de inserção em Portugal passa pela obtenção de um emprego, por isso quisemos saber se os inquiridos se sentiam realizados profissionalmente. As respostas foram as seguintes:

- Cinco inquiridos sentem-se satisfeitos / muito satisfeitos por terem uma atividade profissional estimulante: “Estou satisfeita com o receber e dar formação na minha língua materna” (Helpdesk no centro de formação); “Inteiramente realizado. Faço o que gosto” (Músico).

- Seis inquiridos sentem-se insatisfeitos: uma inquirida está desempregada; outra gostaria de receber um ordenado mais elevado; ainda outra não se sente estimulada porque não consegue subir na carreira; outra tem um trabalho precário e instável; um inquirido está a sentir-se insatisfeito por ter de fechar a sua empresa devido à situação financeira do país; um inquirido sublinhou que a crise veio afetar o seu grau de satisfação por ter criado problemas no seio da empresa onde trabalha.

É curioso ver que, entre as seis pessoas insatisfeitas com a sua carreira profissional, quatro são do sexo feminino e que só duas mulheres em cinco responderam sentir-se satisfeitas com a sua ocupação profissional. Poderemos então afirmar que as mulheres têm mais dificuldades em realizar-se a nível profissional, sendo que essa realização se torna mais fácil para os homens? De salientar que, em Portugal, os empregos precários e menos remunerados são ocupados maioritariamente pelas mulheres (e a taxa de desemprego é mais elevada no sexo feminino) (gráfico 16), pelo que podemos supor que esta tendência também se adapta às luso-descendentes.

Gráfico 16: Taxa de atividade para homens e mulheres (2011)²⁴



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

²⁴ http://www.gep.msss.gov.pt/edicoes/relatorios/conjuntura_126.pdf (site consultado a 6 de Maio de 2012)

Um dos entraves à inserção na sociedade portuguesa dos luso-descendentes poderá ser a discriminação. Com efeito, sabemos que, regra geral, os luso-descendentes não dominam a língua portuguesa e têm um sotaque, mais ou menos pronunciado. Entre eles, domina a língua francesa como forma de comunicação e reparámos que comunicam igualmente com os seus filhos em francês. Sabemos também que a maior parte deles importaram valores, usos e rituais da sociedade francesa, como, por exemplo, a gastronomia.

Neste sentido, procurámos entender se estas diferenças de comportamento em relação aos portugueses nativos poderão levar a algum tipo de discriminação. Através do gráfico 17 podemos observar que seis inquiridos não se têm sentido discriminados, sendo que cinco responderam ter de enfrentar algum tipo de discriminação, tal como:

- Comentários desagradáveis devido ao sotaque, sendo que o inquirido se sentiu mais ignorado do que discriminado;
- Desconfiança face ao luso-descendente que vem de um meio que os portugueses pouco ou nada conhecem;
- Diferenças culturais, que impedem a interação social ou aproximação;
- Processos demorados e por vezes infrutíferos nas equivalências de cursos, apesar de Portugal e França pertencerem à União Europeia.

Gráfico 17: Discriminação em Portugal

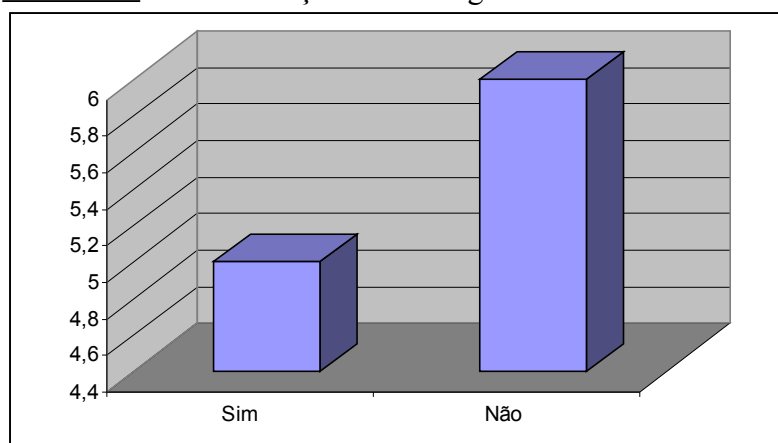
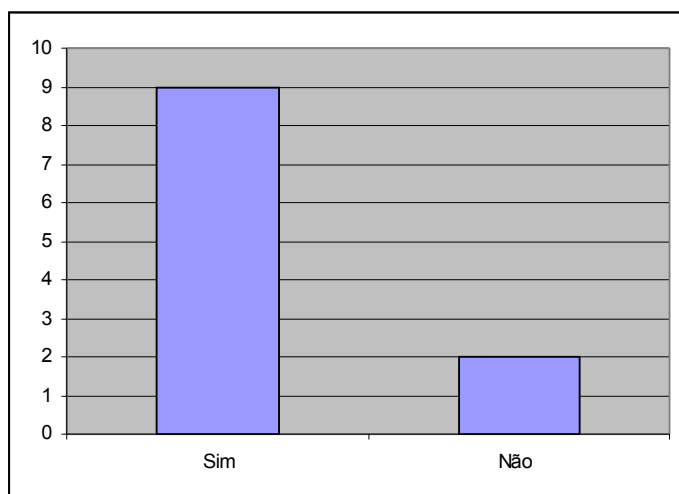


Gráfico 18: A língua francesa como ferramenta útil



Tentámos saber se a língua francesa era uma ferramenta no trabalho, tendo a resposta sido positiva em nove dos inquiridos (gráfico 18): a língua francesa é utilizada a nível profissional. Um inquirido utiliza a língua francesa no seu local de trabalho (“Comunicação com fornecedores franceses”) e outro fez da língua francesa o centro da sua atividade profissional (“É a língua que ensino na formação”).

Um elemento facilitador de integração na sociedade portuguesa poderá também ser a religião católica. Efetivamente, tanto a França como Portugal são países maioritariamente católicos, como também realça Reis (2005:96), pelo que não existe “choque” religioso.

A nosso ver, uma outra via para a adaptação em Portugal é através do casamento ou da constituição de uma família. O quadro 30 mostra que seis inquiridos constituíram família: três casaram com luso-descendentes, dois casaram ou vivem maritalmente com um Francês e um inquirido não mencionou a nacionalidade do seu parceiro (mas sabemos que casou com uma portuguesa). Destes seis inquiridos, três tiveram filhos.

É interessante notar que, dos seis inquiridos que constituíram família, cinco tenham contraído matrimónio ou estejam a viver maritalmente com Franceses ou luso-descendentes de França. Notamos que só uma pessoa inquirida se uniu a uma portuguesa. Será que os luso-descendentes de França se sentem mais atraídos por

peças que tenham passado pelo mesmo que eles, ou seja que tenham traços culturais e sociais semelhantes e que partilham a dupla pertença?

Quadro 30: Constituição de família

	Frequência	Porcentagem
Não constituiu família	5	45,5
Luso-descendente com uma filha	1	9,1
Casada com marido de origem luso-descendente	1	9,1
Casada com um francês	1	9,1
Casado e com dois filhos	1	9,1
Casada com um luso-descendente e com uma filha	1	9,1
Vive maritalmente com um francês e tem um filho	1	9,1
Total	11	100,0

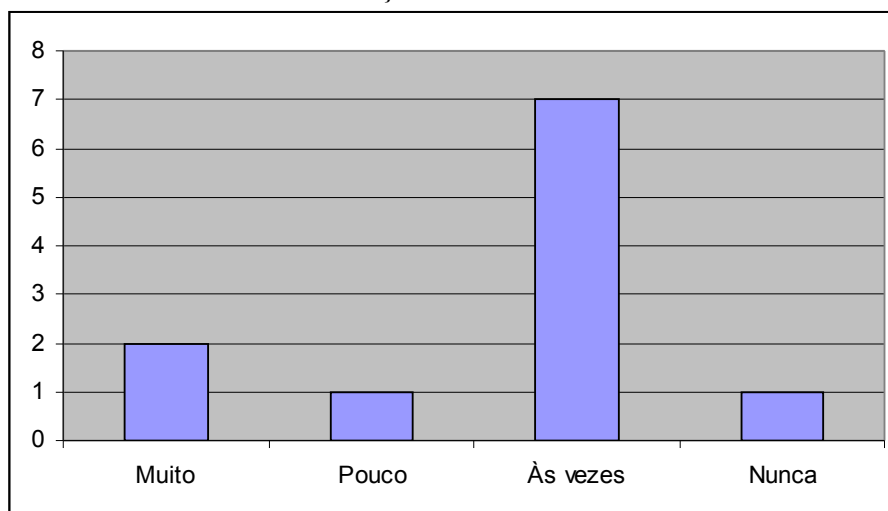
Apesar das dificuldades enumeradas previamente, a maioria dos inquiridos acha que a sua adaptação à sociedade portuguesa foi fácil e bem sucedida. Notámos que os inquiridos que haviam afirmado sentirem-se totalmente inseridos na sociedade francesa e, sobretudo aqueles que mencionaram o facto de terem nascido em França ou terem lá ido enquanto eram muito pequenos foram os que mais sentiram dificuldades em adaptar-se à sociedade portuguesa. Alguns inquiridos que não se sentiam plenamente franceses conseguiram encontrar o seu lugar em Portugal e serem totalmente felizes, sobretudo através dos seus empregos. Tal facto nota-se sobretudo no inquirido que fez da música o seu objetivo profissional.

Os luso-descendentes inquiridos neste trabalho escolheram várias maneiras para tentarem inserir-se na sociedade portuguesa: uma pessoa faz parte de um grupo religioso e outro participa na vida política portuguesa; dez em onze inquiridos têm um grupo de amigos portugueses; quatro optam por incluir pratos portugueses na sua cozinha; sete pessoas costumam ler revistas e jornais portugueses e, finalmente, cinco inquiridos afirmaram ter os seus filhos em escolas portuguesas.

Reis (2005:139) constata igualmente que “a maioria das pessoas não teve grande dificuldade em adaptar-se a Portugal já que era para muitos um país conhecido e pouco estranho aos seus olhos”. Talvez o facto de terem criados raízes através da construção das suas próprias famílias tenha ajudado à sua plena integração.

Podemos verificar que existe um esforço no sentido da inserção plena dos luso-descendentes através do conhecimento da sociedade portuguesa, da sua cultura e da vida política e económica. De realçar que os inquiridos com filhos em idade escolar optaram por matricular os seus filhos em escolas portuguesas em vez da escola francesa (Lycée Charles Lepierre em Lisboa). Aquando da análise dos dados recolhidos através dos questionários, tivemos de contactar os inquiridos com filhos a fim de saber quais as razões que os levaram a optar por escolas portuguesas. A resposta dada foi que as crianças seriam, desse modo, melhor integradas na sociedade portuguesa, já que a vontade dos pais não era o regresso para França.

Gráfico 19: Saudades de França



À pergunta “sentem saudades de França?” (gráfico 19), sete inquiridos afirmaram sentir saudades em certas ocasiões do dia-a-dia; para dois inquiridos as saudades são muitas; para duas pessoas as saudades são poucas ou nulas, o que demonstra um alto grau de inserção na sociedade portuguesa, sendo que um eventual retorno a França não está nos planos desses dois luso-descendentes, a não ser por razões profissionais irrecusáveis.

As saudades fazem-se sobretudo sentir a nível familiar, pois sabemos que os pais e irmão de muitos inquiridos ainda se encontram a residir em solo francês. Os luso-descendentes também sentem saudades da cultura francesa: saudades de ouvir a língua francesa, saudades da organização social e do nível de vida, saudades dos amigos que ficaram em França e saudades de comer alimentos tipicamente franceses, se bem que em Portugal existam cada vez mais estabelecimentos que vendem produtos franceses.

Os laços familiares e económicos são mantidos graças às viagens que fazem a França para visitar os amigos (os seus melhores amigos encontram-se sobretudo a residir em França), familiares e clientes (quadros 31 e 32). Três inquiridos afirmaram deslocarem-se uma vez por ano a França; dois o fazem duas a três vezes; três inquiridos viajam mais de três vezes por ano; outros três inquiridos reconheceram que viajam para França de vez em quando.

Quadro 31: Laços económicos com a França

	Frequência	Percentagem
	5	45,5
2 clientes franceses	1	9,1
Concertos	1	9,1
Conta bancária	1	9,1
Contas bancárias	1	9,1
Dou formação em França em língua inglesa e francesa	1	9,1
Situação financeira	1	9,1
Total	11	100,0

Quadro 32: Viajar para França

Razões para a deslocação	Frequência	Percentagem
Razões Profissionais	4	36,4
Razões Pessoais	6	54,5
Férias	1	9,1
Total	11	100,0

Apesar de sentirem, na sua maioria, saudades de França, isso não faz com que os inquiridos não tentem integrar-se na sociedade portuguesa e criem uma rede de amizade com Portugueses. A bi-culturalidade, dupla herança ou “bipolarity” (Santos, 2005) que sentem os luso-descendentes em França passou a fazer-se sentir em Portugal, da mesma maneira que quando se encontravam a residir em França.

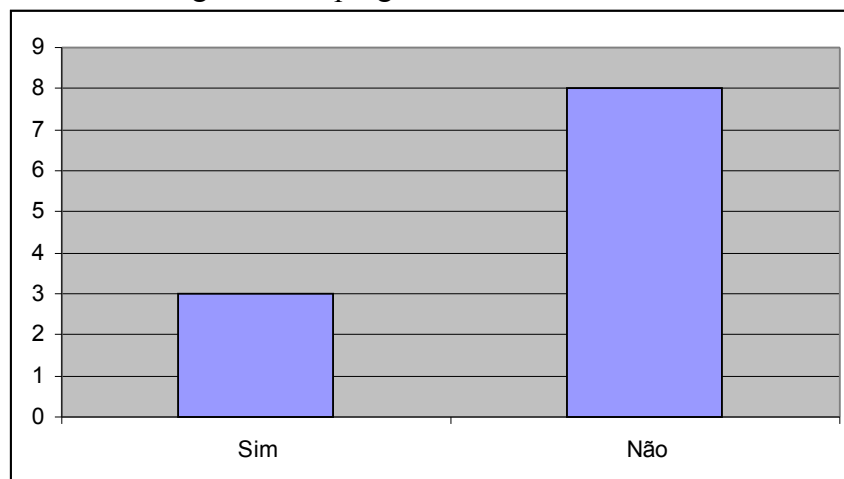
III.11 – Situação dos progenitores após o projeto migratório dos filhos

Vimos anteriormente que alguns dos inquiridos se deslocavam com mais ou menos regularidade para França a fim de se encontrarem com as suas famílias, pelas quais sentiam saudades. Quisemos, pois, tentar perceber se o projeto migratório dos filhos teve alguma influência na decisão (ou não) dos progenitores em querer regressar para Portugal.

Rocha-Trindade (1983:89) constata que “o Retorno constitui uma ideia e um objectivo, geralmente presente desde o momento da primeira partida”. Todavia, os emigrantes não sabem quando irão retornar ao seu país de origem, o que os leva a adiar esse desejo. Acrescenta a autora (idem:89) que “a decisão de retorno definitivo não é premente tornando-se, por conseguinte, facilmente adiável”, pelo que “o emigrante arranja auto-justificações para adiar o regresso” (idem:93). Estas auto-justificações tendem a ser do forro económico e familiar: “O emigrante procurará vitoriar a sua promoção económica, considerada primeiro degrau de ascensão social a que aspira para si e para os seus” (Rocha-Trindade 1983:92). Acrescenta a autora que “os filhos adiam o projecto de regresso”. Uma das provas da sua vontade de regressar ao país natal é a realização de se tornar proprietário de uma habitação em Portugal, sobretudo no local onde viviam antes do projeto migratório. Ainda para Rocha-Trindade (1983:95), o Regresso torna-se, assim, num conceito imaginado, “como fim das penas”.

Através do gráfico 28 podemos verificar que os pais de três dos onze inquiridos já voltaram para Portugal, sendo que o regresso aconteceu entre 1999 e 2001 após a entrada na idade da reforma, sobretudo para os emigrantes do sexo masculino.

Gráfico 20: Regresso dos progenitores



Como podemos verificar, foram poucos os progenitores de luso-descendentes franceses residentes na Área metropolitana de Lisboa a regressar para Portugal. Coelho (2006:53) afirma que muitos emigrantes reformados não pretendem voltar definitivamente para Portugal por razões familiares, económicas e de proteção social, pelo que optam pelo “vaivém”.

Efetivamente existe a ideia de que os cuidados de saúde prestados em Portugal ainda não estão ao nível do sistema de proteção social em França e tal ideia assusta quem está na terceira idade e, logo, a precisar de mais cuidados.

Porém, os resultados obtidos neste estudo demonstram que um dos objetivos a curto ou médio prazo seria o regresso definitivo a Portugal. No caso dos pais dos inquiridos (e lembrando que todos eles migraram entre 1964 e 1975), oito tinham como objetivo voltar, mais cedo ou mais tarde para Portugal. Como podemos ver através deste estudo, tal não aconteceu, pelo menos até 1999, data em que regressaram os pais de um inquirido. Talvez fosse uma das razões pelas quais, como dissemos anteriormente, não houvesse o desejo de adquirir a dupla nacionalidade.

Os pais dos inquiridos vieram a adiar a decisão de voltar para Portugal, sendo que muitos ainda se encontram a residir em França, se bem que já devem estar reformados ou perto de o serem. Reis (2005:108) também verificou que os pais dos inquiridos no seu trabalho não haviam voltado para Portugal.

Após o contacto com alguns inquiridos para responder a algumas dúvidas em relação à escolha dos seus progenitores, conseguimos apurar que a escolha de muitos

progenitores em não regressar definitivamente para Portugal deve-se aos seguintes factores:

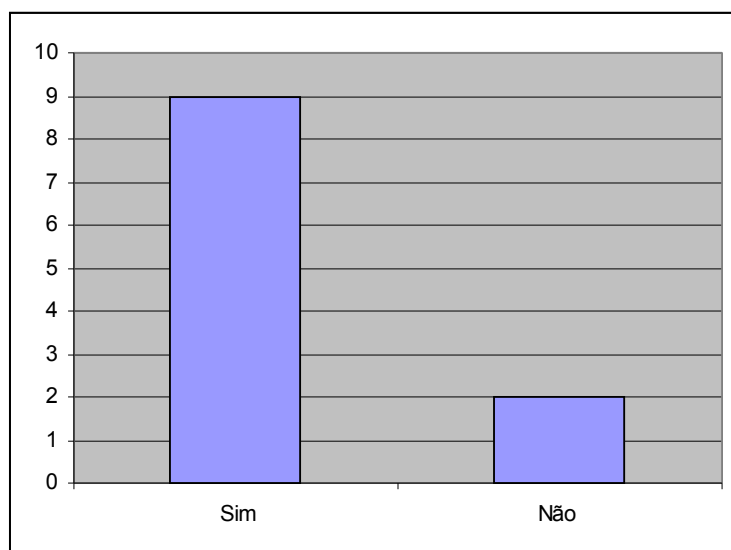
- Ainda terem filhos (e netos) em França;
- Ainda se encontrarem activos, logo devendo esperar pela idade da reforma para se instalarem em Portugal e não perderem parte da sua reforma por se reformarem antecipadamente;
- Pensarem que estão melhor em França por razões de proteção social e de saúde;
- Preferirem que os filhos que residem no estrangeiro se desloquem a França, já que os transportes são rápidos e, hoje em dia mais baratos devido às tarifas low-cost.

Assim sendo, os progenitores dos luso-descendentes preferem passar temporadas em Portugal para matar saudades dos filhos (e dos netos) que se encontram a residir na área da Grande Lisboa, mantendo laços afetivos tanto em Portugal como em França, ficando assim adiado ou anulado o regresso no seu país de origem.

III.12 – A vivência no dia-a-dia do luso-descendente em Portugal

Podemos observar que nove inquiridos, algum tempo após a sua chegada a Portugal, alteraram a sua opinião relativamente ao país, tanto pela positiva como pela negativa.

Gráfico 21: Saber se a ideia que o inquirido tinha de Portugal se alterou



As opiniões positivas são as seguintes:

- A eficiência de alguns serviços, tais como a Via Verde e a Loja do Cidadão;
- Portugal está melhor do que se poderia pensar antes do projeto migratório.

As opiniões negativas são as seguintes:

- A mentalidade do povo português é ainda um pouco atrasada e as elites nada fazem para abrir as mentalidades;
- O povo português é pouco lutador e deprimido, acomodando-se a todas as situações;
- O mercado de trabalho não valoriza as pessoas vindas de fora; a novidade e o que é diferente assustam;
- Os ordenados são demasiado baixos;
- A ascensão profissional não se faz através do mérito, mas pela condição social (“cunhas”);
- A religião continua a ter um peso enorme sobre a sociedade portuguesa;
- Os horários são raramente cumpridos, o que demonstra uma falta de respeito pelo outro mas que acabou por se tornar num costume;
- Existe falta de civismo;

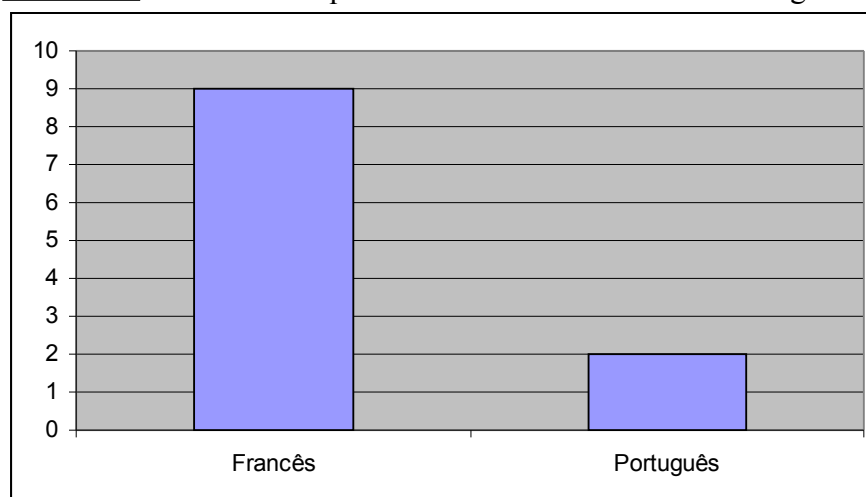
- Existem desigualdades entre classes sociais;
- A Segurança Social precisa de melhorar;
- Degradação urbana;
- Excesso de burocracia;
- Transportes públicos escassos.

Assim, regra geral, a opinião que os luso-descendentes têm de Portugal tende a alterar-se após a sua vinda. Ao entrevistar luso-descendentes, Cabral (1997) constatou que muitos idealizavam Portugal: um país amável, em desenvolvimento e onde reina a liberdade. Sardinha (2010b) utiliza o termo “idyllic space” para a imagem distorcida que os luso-canadianos tendem a ter de Portugal.

Foi também o resultado a que chegou Reis (2005:146) que salienta a dureza das opiniões dos inquiridos no seu trabalho. Isso talvez se deva ao facto de os luso-descendentes terem tido, até à migração, uma imagem idealizada de Portugal durante os períodos de férias.

Para aqueles que têm opiniões negativas sobre Portugal, torna-se mais fácil sentirem-se mais franceses do que portugueses (gráfico 22).

Gráfico 22: Saber se o inquirido se vê como Francês ou Português



Para justificar as suas respostas, os nove inquiridos que responderam sentirem-se mais franceses do que portugueses apontaram para três argumentos principais e repetidos pela maioria:

- Tiveram uma educação diferente dos portugueses que sempre residiram em Portugal, pelo que a sua maneira de pensar e de trabalhar, na opinião de um inquirido pode “surpreender e talvez chocar os Portugueses”;
- As diferenças de comportamentos, tanto pessoais como profissionais, aliados a um sotaque e a um nome estrangeiro podem levar alguns portugueses a “rotular” os luso-descendentes de imigrantes e não de cidadãos portugueses;
- Estas diferenças, de acordo com uma luso-descendente, levam-na a pensar que ela é “como um camaleão” porque “a minha cultura foi portuguesa pelo alimento. Tenho uma alma francesa e um físico de Portuguesa”.

Ainda de acordo com um inquirido, as diferenças entre luso-descendentes e Portugueses que podem “surpreender” os nativos não são motivo de curiosidade no sentido de os Portugueses tentarem “lidar com as pessoas diferentes”. “Para eles, nem somos Portugueses nem somos Franceses”. Daí alguns nativos rotularem os luso-descendentes de “imigrantes”.

Quisemos, pois, saber como os luso-descendentes viam os Portugueses e as respostas foram as seguintes (quadro 33):

Quadro 33: Palavras representativas dos Portugueses (cinco adjetivos)

Qualidades	Defeitos	Não especificado se é defeito ou qualidade
Simpáticos	Abnegação / Submissos	Faladores
Generosos (2 inquiridos)	Adulterados	Vaidosos
Acolhedores (2 inquiridos)	Individualistas (2 inquiridos)	
Aventureiros / Corajosos	Conformistas / Acomodados (2 inquiridos) / Laxistas	
Desenrascados (2 inquiridos) / Lutadores / Versáteis	Consumistas	
Trabalhadores	Desconfiados / Fechados	
Amigo do seu amigo / Solidário (2 inquiridos)	Limitados	
Bon vivant / Festivo	Fatalistas / Pessimistas	
Universalistas	Desmotivados (2 inquiridos)	
Pacíficos	Saudosistas (2 inquiridos)	
	Insatisfeitos / Resmungões / Queixosos	
	Desorganizados	
	Sujos	
Total: 10 qualidades (4 delas repetidas)	Total: 13 qualidades (4 delas repetidas)	Total: 2

O quadro 33 revela uma panóplia variada de adjetivos para definir os Portugueses: se por um lado alguns luso-descendentes acham que os Portugueses são fatalistas, desmotivados, insatisfeitos, saudosos e individualistas, também são vistos como corajosos, alegres e virados para o exterior (universalistas). A individualidade reconhecida por alguns não é confirmada para outros, que sublinham a generosidade e a solidariedade do povo português.

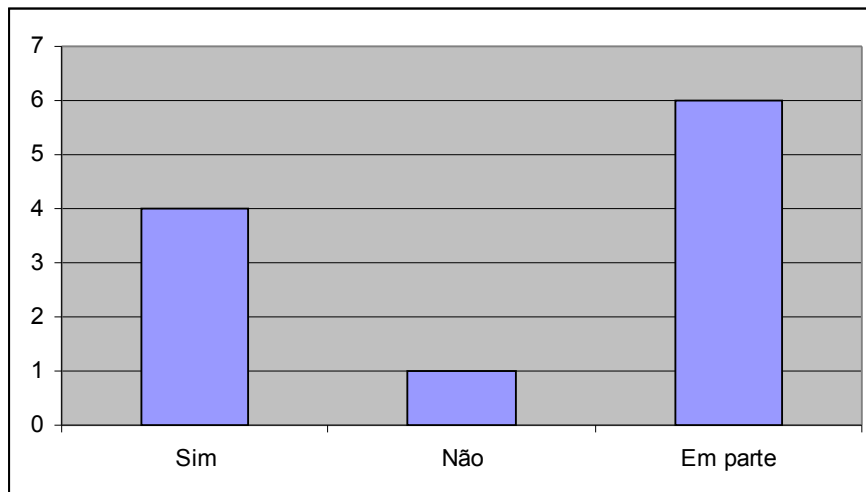
Ao analisar estes adjetivos podemos concluir que a sua escolha poderá ser subjetiva, devido ao estado de alma dos inquiridos: aqueles que se encontram plenamente

satisfeitos com a sua vinda para Portugal terão uma opinião mais positiva sobre os Portugueses do que aqueles que se encontram, neste momento das suas vidas, menos satisfeitos. Devemos ter sempre em atenção de que a grave crise que se abateu sobre Portugal está a afetar todos os Portugueses e os estrangeiros que aqui se encontram a residir, bem como os luso-descendentes. Como já referimos, a situação profissional de alguns inquiridos é bastante instável, pelo que o negativismo poderá influenciar a sua visão sobre Portugal e os Portugueses.

Seis dos inquiridos afirmaram não terem conseguido concretizar a totalidade dos objetivos a que se propuseram aquando da migração para Portugal e um luso-descendente confessou não ter alcançado nenhum dos objetivos (gráfico 23), e referindo as seguintes razões:

- Não concretização profissional;
- Instabilidade financeira.

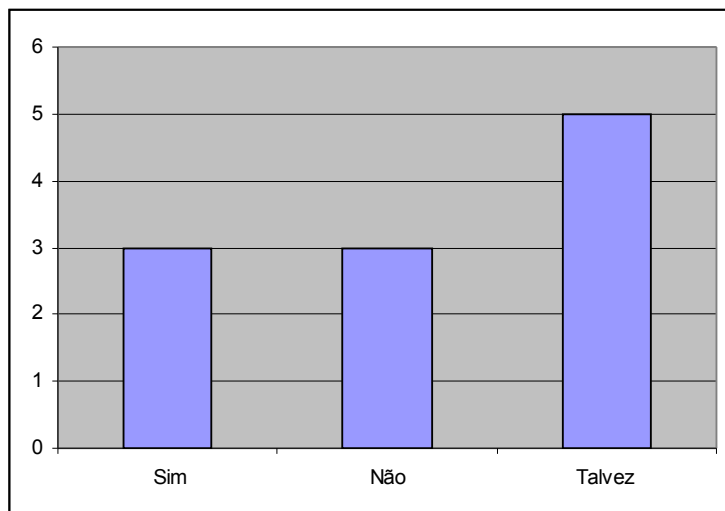
Gráfico 23: Concretização dos objetivos



Poucos dos inquiridos que optaram pela resposta “em parte” quiseram justificar as suas respostas. Obtivemos mais respostas daqueles que se encontram satisfeitos: alguns sentem-se plenamente realizados por terem constituído família e por viverem da sua arte (a música); um inquirido cumpriu o seu sonho que era conseguir residir em Lisboa; uma pessoa afirmou ter conseguido atingir a qualidade de vida que não conseguia alcançar em França.

Neste momento, uma questão impõe-se: se, para a maioria, os objetivos profissionais e/ou pessoais não foram atingidos na sua totalidade, existirá, então, alguma hipótese de regresso a França ou de emigrar para outro país?

Gráfico 24: Saber se o inquirido pretende voltar para França



Neste momento, para oito inquiridos existe a possibilidade de um eventual retorno a França, pelas seguintes razões:

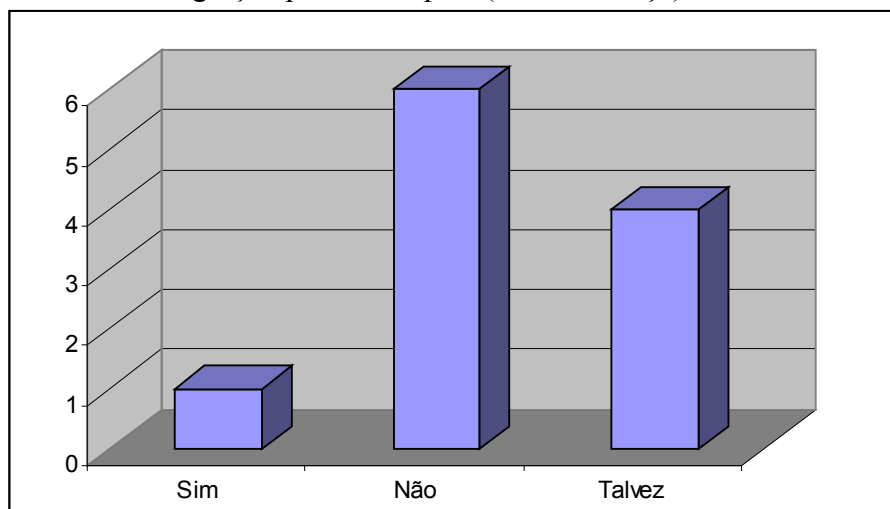
- Três dos inquiridos afirmaram que regressariam para França se surgisse uma oportunidade de trabalho irrecusável;
- Um inquirido acrescentou que em Portugal lhe “cortaram as asas”;
- Uma inquirida que vive maritalmente com um Francês afirmou voltar para França se o seu marido assim o decidir;
- Outro inquirido só tenciona voltar quando a sua mulher acabar de se formar em Portugal;
- Um inquirido está de tal maneira insatisfeito com o clima social que se vive em Portugal que pondera regressar brevemente para França;
- Uma pessoa afirmou querer voltar para o seu país de nascimento por ser lá que se vive melhor.

Para uns, a insatisfação a nível profissional e social pode, assim, deixar em aberto um eventual regresso a França; para outros, são os cônjuges que irão decidir sobre o futuro dos luso-descendentes em Portugal.

Em relação à emigração para outro país, o gráfico 25 mostra que a maioria não coloca esta hipótese. Apenas quatro inquiridos estão abertos a novos desafios num país estrangeiro, mas só a nível profissional, se surgirem boas oportunidades de trabalho.

De realçar que o gráfico 24 indica que três inquiridos não pretendiam migrar para França, mas o gráfico 25 vem revelar que só uma pessoa não está disposta a migrar para outro país, o que quer dizer que dois inquiridos estão dispostos a migrar para outro país mas não a França.

Gráfico 25: Migração para outro país (exceto França)



Os luso-descendentes não estão predispostos a migrar, mas fá-lo-ão se as condições de trabalho forem aliciantes.

Conclusões

Este trabalho centrou-se nos percursos de adultos filhos de emigrantes portugueses nascidos e criados em França (ou tendo ido para Portugal em tenra idade), isto é, de luso-descendentes, que optaram por viver em Portugal, e mais especificamente na Área Metropolitana de Lisboa, independentemente dos projetos migratórios dos seus progenitores (que se mantiveram em França). O objetivo do estudo consistiu na procura de respostas para as razões que levam alguns luso-descendentes, filhos de emigrantes em França, a tomarem a decisão, a uma dada altura da sua vida, de se estabelecerem, por um período de tempo indeterminado, no país de origem dos seus progenitores.

Na primeira parte, procedeu-se à contextualização do tema da emigração portuguesa para França nos anos sessenta e setenta do século XX, dado ser este o período de maior intensidade de fluxos.

Na segunda parte, identificámos a população-alvo, ou seja os luso-descendentes em França, debruçando-nos sobre os temas da busca de identidade, os laços afetivos com Portugal, o ensino da língua portuguesa, as habilitações literárias e o processo de integração em Portugal. Também tentámos enquadrar as razões que levaram certos luso-descendentes a optar pela migração para o país de origem dos seus pais.

Na terceira parte, apresentámos os resultados obtidos mediante a aplicação do questionário.

Com este estudo, pretendemos saber, pois, quais as motivações para a realização do projeto migratório, quais os objetivos a que se propunham e, uma vez em Portugal, se haviam alcançado os seus objetivos, se eles se sentiam realizados tanto a nível familiar como a nível profissional e se pretendiam permanecer em Portugal, regressar para França ou migrar para outro país.

Este tema, como se confirma pela ainda escassa literatura científica sobre luso-descendentes, tem sido pouco estudado. Tal se deve, em parte, ao facto de tanto os emigrantes portugueses em França como os seus descendentes (filhos e netos) serem vistos como uma população discreta e bem integrada na sociedade de acolhimento (Santos, 2005). Reis (2005:156) acrescenta que “a comunidade portuguesa sempre transmitiu uma imagem bastante positiva”.

Efetivamente, o nosso estudo revelou que os luso-descendentes inquiridos se sentiam inseridos na sociedade portuguesa, em maior ou menor grau de satisfação. Isso deve-

se, em parte, ao facto dos inquiridos já conhecerem Portugal através das visitas mais ou menos frequentes com os seus progenitores. Reis (2005:148) também verificou que “o facto de já conhecer um país é um elemento facilitador de integração”. A autora acrescenta que “quanto mais pareenças se encontrem entre o país de acolhimento e o de origem, mais fácil será a sua integração na sociedade de recepção”. Por França e Portugal pertencerem à União Europeia e serem ambos países católicos existem muitos pontos em comum em ambas as sociedades, fator que poderá facilitar a integração por parte dos migrantes.

Um outro fator importante de inserção em Portugal por parte dos luso-descendentes deve-se, a nosso ver, ao domínio mais ou menos profundo da língua portuguesa. Neste trabalho, verificámos que a grande maioria já havia tido aulas de português em França. Para Reis (2005:149), o conhecimento profundo de Portugal, da sua língua e da sua cultura leva muitos luso-descendentes a sentirem vontade de conhecerem melhor o país dos seus progenitores, bem como

“de um descobrimento de identidade que se encontrava camuflado no seu íntimo e que agora querem pôr ao mesmo nível que a sua identidade francesa, sem ter de escolher uma ou outra, pois tanto uma como a outra têm um valor idêntico” (Reis, 2005:151).

Se Reis (2005) fala em busca ou ajustamento de identidade, as respostas obtidas no nosso estudo levam-nos a acrescentar que a escolha de Portugal como país de migração também se deve à facilidade de integração pelo facto de o luso-descendente já dominar a língua e a cultura portuguesas. As probabilidades de se encontrar um trabalho que satisfaça as suas ambições são mais elevadas do que se fosse para um país onde não dominasse a língua, pelo que um luso-descendente que fala mais ou menos fluentemente a língua portuguesa terá mais oportunidades de emprego e de se integrar (ou misturar) na comunidade portuguesa.

Ainda falando em busca de identidade, notámos que os inquiridos, apesar de se sentirem integrados na sociedade portuguesa não deixavam de parte a sua outra cultura: a francesa. Certas atitudes, ideias e ideologias têm traços da sociedade de origem; a comida, os programas televisivos, as viagens para França ajudam a cimentar o gosto pela cultura francesa. São muitos aqueles que gostam de comprar produtos franceses, que lêem revistas, jornais e livros em língua francesa e que optam por se deslocarem para França com mais ou menos frequência para “tomar um banho de

cultura francesa”. A globalização ajudou os luso-descendentes a matarem saudades: as viagens são cada vez mais baratas e os produtos importados de França e países francófonos são cada vez em maior número. A televisão por cabo veio trazer os canais franceses nos lares dos luso-descendentes ao ponto de eles não notarem, enquanto estão frente ao ecrã, que ainda se encontram em França. As associações de Franceses em Portugal e de luso-descendentes também vieram estreitar os laços entre França e Portugal.

Em conclusão do seu estudo, Reis (2005:159) afirma que os luso-descendentes colhem “o melhor de ambas as realidades” e que as suas personalidades são o reflexo da mistura de ambas as culturas e vivências. De acordo com estas palavras, e , tal como mencionaram alguns dos inquiridos, podemos concluir que os luso-descendentes conseguem diferenciar-se da população portuguesa no sentido em que assimilaram uma outra cultura, o que pode ser benéfico mas que pode estigmatizar.

Tal como no estudo de Reis (2005:150), a nossa pesquisa confirmou que a maioria dos inquiridos não pretende regressar para França, mas ficou bem claro que se um dia as suas condições de vida em Portugal piorarem, a migração para França ou para outro país não está posta de parte. Infelizmente, em conversas informais com os inquiridos, notámos que muitos começaram a sentir-se insatisfeitos e com algumas dificuldades a nível profissional devido à crise económica pela qual Portugal se está a debater. Alguns luso-descendentes viram o seu poder de compra baixar devido a despedimentos e falências das suas empresas e muitos sentem que os seus empregos não são estáveis e que a qualquer momento poderão encontrar-se numa situação em que deverão, uma vez mais, fazer opções: esperar em Portugal que a situação económica melhore ou buscar melhores condições de vida noutra país. Relembramos que a grande maioria dos inquiridos constituiu família após a sua chegada a Portugal, pelo que a decisão de migrar é, certamente, mais difícil de tomar do que quando eram solteiros.

Reis (2005:150) afirma que o bem estar e a felicidade dos luso-descendentes “estão intimamente relacionados com o psicológico”. Acrescenta ainda que cada um dos luso-descendentes define metas antes do projeto migratório que pretende atingir a curto, médio ou longo prazo; por isso, ainda de acordo com Reis (idem), quanto maior for o número de metas atingidas, mais o luso-descendente se sentirá satisfeito, logo terá uma visão mais positiva sobre Portugal e os portugueses.

Não obstante, verificámos no nosso estudo que a visão que os inquiridos têm sobre os portugueses é, neste momento bastante desfavorável, o que vem ao encontro da tese de Reis (2005:150): se os luso-descendentes encontram dificuldades em Portugal, então é natural que a sua opinião não seja muito favorável. O nosso estudo veio revelar que, apesar de se sentirem integrados na sociedade portuguesa, não deixam de ser realistas quanto à sociedade que os rodeia e, neste momento de graves dificuldades económicas, os aspetos negativos são enfatizados. O resultado é a insatisfação de cinco dos onze inquiridos a nível profissional, o que se refletirá sobre o psicológico. Além do mais, o facto da grande maioria ter afirmado sentir-se mais Francês do que Português vem provavelmente da ideia negativa que têm, neste momento, de Portugal e, sobretudo, da economia portuguesa.

Podemos afirmar que o reencontro dos luso-descendentes com as suas raízes portuguesas é feito de muitas expectativas e muitos sonhos mas que, ao longo do tempo, se vão apercebendo de que, apesar de terem uma dupla pertença, existe um longo trabalho de inserção na sociedade portuguesa que deve ser empreendido por todos: nativos portugueses e luso-descendentes. Sem uma ajuda mútua, não poderá existir harmonia, entendimento e felicidade. Retomando a afirmação de uma inquirida, “Sou como um camaleão porque a minha cultura foi portuguesa pelo alimento; tenho uma alma francesa e um físico de portuguesa”, verifica-se a dualidade existente na sua biculturalidade, que tem de gerir a fim de se integrar tanto na sociedade francesa como na sociedade portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Sofia (2005) “A segunda geração e o regresso: motivações e vivências” in Marujo, M.; Batista, A. and Barbosa, R. (eds.) *Proceedings of 1st International Conference. The Voice and choice of Portuguese immigrant women*. Toronto: University of Toronto, Department of Spanish and Portuguese, 117-127.

ALARÇÃO, Alberto (1985) *Do tradicional êxodo demográfico ao contemporâneo retorno de populações na região do Centro ou Beira(s) de Portugal*, s. l.: Centro de Estudos de Economia Agrária.

ALMEIDA, João Ferreira de (1994) *Introdução à sociologia*, Lisboa: Universidade Aberta.

AZEVEDO, Carlos A. Moreira; AZEVEDO, Ana Gonçalves de (2008) *Metodologia científica: contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos*, Lisboa: Universidade Católica Editora.

BARRE, Jean de la (2003) “Lusodescendant : le terme en question”, in AA.VV., “Lusodescendance : représentations, pratiques et enjeux”, in revue Recherches en Anthropologie au Portugal, revue annuelle du Groupe Anthropologie du Portugal, nº 9, Fundação Calouste Gulbenkian, délégation en France, 13-22.

BELL, Judith (1993) *Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*, 5ª edição, Gradiva.

BRANCO, Jean de Portugal (2003) “Une ou des lusodescendances ? Les rencontres européennes de lusodescendances” in AA.VV., “Lusodescendance : représentations, pratiques et enjeux”, in revue Recherches en Anthropologie au Portugal, revue

annuelle du Groupe Anthropologie du Portugal, nº 9, Fundação Calouste Gulbenkian, délégation en France, 37-45.

BRAVO, Carlos (1984) “Caractéristiques des Portugais en France et mutations” in “Immigrés Portugais: une communauté en mouvement”, in Dossiers de CIMADE-Information, 29-30.

CABRAL, Maria Alcinda Rodrigues da Silva (1997) *A comunidade intercultural nos imigrantes portugueses em França e os seus descendentes*, Universidade de Santiago de Compostela.

CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro (2008) *Metodologia da Investigação: Guia para auto-aprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta.

CARVALHEIRO, José (2007) *Fronteiras de etnicidade: filhos de migrantes como audiências temáticas*, Universidade da Beira-Interior.

CARVALHO, Sebastião dos Santos (1984) “L’enseignement” in “Immigrés Portugais: une communauté en mouvement” , in Dossiers de CIMADE-Information, 22-28.

CASTLES, Stephen (2005) *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios dos trabalhadores convidados às migrações globais*, Lisboa: Fim de Século.

COELHO, José Rebelo (2006) “Um olhar a partir do continente europeu” in “Primeiro encontro mundial das comunidades portuguesas realizado no Porto de 29 a 31 de Março de 2005”, in Livro de Actas, Lisboa: Obra Católica Portuguesa de Migrações, 45-57.

CORDEIRO, Albano (1984) “Les Portugais de France” in “Immigrés Portugais: une communauté en mouvement”, in Dossiers de CIMADE-Information, 10-14.

CORDEIRO, Albano (coord.) (1997) *Hommes et Migrations*, n° 1210 (Novembro/Dezembro 1997). Paris: Hommes et Migrations.

CUNHA, Maria do Céu Mendes (1984) “Jeunes d’origine portugaise – Génération invisible ?” in “Immigrés Portugais: une communauté en mouvement”, in Dossiers de CIMADE-Information, 38-40.

DIAS, Manuel Vaz (1984) “Le mouvement associatif portugais” in “Immigrés Portugais: une communauté en mouvement”, in Dossiers de CIMADE-Information, 15-20.

GONÇALVES, Maria Ortelinda Barros (2003) *Emigração, retorno e desenvolvimento sustentável no Barroso: Concelho de Boticas*, Porto: s.n..

GROSJEAN, François (2011) “How cultures combine and blend in a person : bilinguals who are also bicultural, in Life as a bilingual” – Psychology Today, May 9, 2011. Disponível em: <http://www.psychologytoday.com/blog/life-bilingual/201105/how-cultures-combine-and-blend-in-person> (site consultado em 29 de Julho de 2011)

HORTA, Ana Paula Beja (2006) “A diversidade cultural, integração e os novos direitos de cidadania” in “Primeiro encontro mundial das comunidades portuguesas realizado no Porto de 29 a 31 de Março de 2005”, in Livro de Actas, Lisboa: Obra Católica Portuguesa de Migrações.

LEANDRO, Maria Engrácia (1998) “Jeunes portugais de l’agglomération parisienne : continuités et ruptures”, in *Présence portugaise en France*, Lisboa : Universidade Aberta, 205-227.

LEANDRO, Maria Engrácia (1999) “Le mouvement migratoire à la fin du XX^{ème} Siècle”, in AA.VV. “Le Portugal entre emigration et immigration”, revista Migrance-15, Paris, Editions Mémoires Génériques, 3^{ème} trimestre, 60-81.

LEANDRO, Maria Engrácia (2003) “Les nouvelles “générations sociales” de jeunes portugais en Allemagne et en France”, in AA.VV. “Lusodescendance : représentations, pratiques et enjeux”, in revista Recherches en Anthropologie, revue annuelle du Groupe Anthropologie du Portugal, n° 9, Fundação Calouste Gulbenkian, délégation en France, 61-77.

MAALOUF, Amin (2009) *Um mundo sem regras*, 5^a Edição, Difel, 233-240.

MALHEIROS, Jorge Macaísta (2006) “Das redes sociais simples às redes transnacionais : conciliar espaços de pertença e de integração” in “Primeiro encontro mundial das comunidades portuguesas realizado no Porto de 29 a 31 de Março de 2005», in Livro de Actas, Lisboa: Obra Católica Portuguesa de Migrações, 73-78.

MARQUES, Luis (1984) “Les communautés chrétiennes portugaises” in “Immigrés Portugais: une communauté en mouvement”, in Dossiers de CIMADE-Information, 20-22.

NETO, Félix; GONÇALVES, Rui Abrunhosa (1985) “Segunda geração portuguesa em França: problemas de adaptação escolar”, in *Jornal de psicologia*, 4, 2, 11-18.

NETO, Félix (1986) *Aspectos da problemática da segunda geração portuguesa em França*, in Separata da revista Povos e culturas, nº 1, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

NETO, Félix (1997a) “O stress de aculturação em jovens de origem portuguesa em França”, in Estudos de Psicologia Intercultural, Estudo 2, Fundação Calouste Gulbenkian, 109-124.

NETO, Félix (1997b) “Preditores de satisfação com a vida entre os filhos de migrantes”, in Estudos de Psicologia Intercultural, Fundação Calouste Gulbenkian, 143-166.

NETO, Félix Fernando Monteiro (1998) *Projets Migratoires et acculturation chez des jeunes d’origine portugaise en France*, in RAVEAU, ROCHA-TRINDADE, *Présence portugaise en France*, Lisboa, Lisboa : Universidade Aberta, 183-203.

NUNES, Joaquim (2006) “A família e os conflitos intergeracionais” in “Primeiro encontro mundial das comunidades portuguesas realizado no Porto de 29 a 31 de Março de 2005”, in Livro de Actas, Lisboa: Obra Católica Portuguesa de Migrações, 79-86.

OLIVEIRA, Manuel Armando; TEIXEIRA, Carlos (2004) *Jovens portuguesas e luso-descendentes no Canadá: Trajectórias de inserção em espaços multiculturais*, Edições Celta, 79-224.

PEREIRA, J. Pedro Cantinho (1998) “L’enseignement du Portugais en France au niveau élémentaire : évolution, retrospective, situation actuelle et quelques perspectives”, in *Présence portugaise en France*, Lisboa, Universidade Aberta, 229-241.

PEREIRA, Victor (2000) *Les exilés politiques Portugais en France de 1958 à 1974*, Rouen : Université de Rouen.

PEREIRA, Victor (2004) “La politique d’émigration de l’Estado Novo entre 1958 et 1974” in AA.VV. “Portugais de France, immigrants et citoyens d’Europe”, in revista Cahiers de l’Urmis, nº 9, 15-33.

PESSOA, Inês (2004) “Adeus Macau! Repercussões de um percurso migratório nas trajetórias sociais de jovens portuguesas” in *Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.

PORTES, Alejandro; RUMBAUT, Rubén (1996) *Immigrant America: A Portrait*, Berkeley, University of California Press.

PORTES, Alejandro (2001) “Os debates e o significado do transnacionalismo migrante”, in revista Global Networks,, 6º capítulo, 201-209.

PORTES, Alejandro (2004) “Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante” in revista Crítica de Ciências Sociais, nº 69, 73-93.

PORTES, Alejandro (2006) *Estudos sobre as migrações contemporâneas: os debates e o significado do transnacionalismo migrante*, Lisboa: Fim de Século.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (1995) *Manual de investigação em ciências sociais*, Gradiva.

REIS, Manuela (2005) *D’ici et d’ailleurs: o viver dos luso-descendentes na área metropolitana de Lisboa*, Lisboa: Universidade Aberta.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1983) *O regresso imaginado* in *Nação e Defesa*, nº 28, 87-97

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1995) *Sociologia das migrações*, Lisboa: Universidade Aberta.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz ; RAVEAU, François H. M. (1998) *Présence portugaise en France*, Lisboa : Universidade Aberta.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1999) “Réseaux de transnationalité: le cas portugais” in *Ethnologie Française*, XXIX, 2, PUF, 255-262.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (2006) “Omissões na visão e presenças na memória” in “Primeiro encontro mundial das comunidades portuguesas realizado no Porto de 29 a 31 de Março de 2005”, in *Livro de Actas*, Lisboa: Obra Católica Portuguesa de Migrações, 27-42.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (2010) “Associativismo em contexto migratório” in *Revista Migrações*, nº 6, Lisboa: ACIDI, 39-58.

RUIVO, José Rodrigues (2001) *Portugais et population d'origine portugaise en France*, l'Harmattan.

SANTOS, Annabelle Tavares dos (1992) *Le phénomène du retour et de la réintégration des immigrants portugais de France dans la ville de São João da Madeira: enquête*. (Tese de mestrado apresentada à Université de Haute-Bretagne).[França, s.n.]:

SANTOS, Irene dos (2002) “Pratiques culturelles et circulation en Europe: les lusodescendants”, in revista Revue de Synthèse, Editions ENS, rue d’ULM, Fondation pour la science, T. 123, 5^a série, 167-192.

SANTOS, Irene dos (2003) “Discours d’appartenance, pratiques d’inscription sociales et territoriales : des descendants de migrants portugais de France”, in AA.VV., “Lusodescendance : représentations, pratiques et enjeux”, in revue Recherches en Anthropologie au Portugal, revue annuelle du Groupe Anthropologie du Portugal, n° 9, Fundação Calouste Gulbenkian, délégation en France, 23-35.

SANTOS, Irène Strijdhorst dos (2005) Being a part of several “worlds”: sense of belonging and wedding rites among franco-portuguese youth, *Narodna Umjetnost. Croatian Journal of Ethnology and Folklore Research*, 42/1: 25-45.

SANTOS, Maria da Graça F. dos (1984) “Femmes immigrées Portugaises : apparences et réalités” in “Immigrés Portugais: une communauté en mouvement”, in Dossiers de CIMADE-Information, 41-43.

SARDINHA, João (2008) *Neither here nor there?: Conceptions of “home” identity constructions and the transnational lives of second generation Luso-Canadians and Luso-French in Portugal*. Paper presented at *International Conference Narrating the Portuguese Diaspora (1929-2008)*, Lisbon, Portugal (October 23-25, 2008).

SARDINHA, João (2010a) *Integration, identity and gender: Portuguese-Canadian and Portuguese-French second-generation emigrant women narrate “return” to Portugal*. Paper presented at the *7th Annual IMISCOE Conference, Workshop: Gender-Age-Generations: Exploring Intersectionality*, Liege, Belgium (13-14 September, 2010).

SARDINHA, João (2010b) *Returning's second-generation Portuguese-Canadians and Portuguese-French: motivations and sense of belonging*. Paper presented at the *Workshop Links to the Diasporic Homeland: Comparative Experiences of Second-Generation and Ancestral 'Return' Migration and Mobility*. University of Sussex, Brighton, UK (14-15 May, 2010).

SARDINHA, João (2011) *Portuguese-Canadian Emigrant Descendants in Multicultural Canada: Ambiguous Identity in a Sue-Footed Nation or Cultural Awareness in an Uncertain Country?* In *International Migration & Integration*, 12:371-389.

TRIBALAT, Michèle (1996) *De l'immigration à l'assimilation – Enquête sur les populations d'origine étrangère en France*. Paris : INED (Collection Recherches).

SITES CONSULTADOS

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) :

<http://www.oi.acidi.pt/docs/pdf/EstudoOI%208.pdf> (site consultado a 21 de Agosto de 2011)

Ministério da Solidariedade e Segurança Social (MSSS), 2012 – Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP):

http://www.gep.msss.gov.pt/edicoes/relatorios/conjuntura_126.pdf (site consultado a 6 de Maio de 2012)

Direção-Geral do Ensino Superior (DGES):

<http://www.dges.mctes.pt/erasmusmundus> (site consultado a 28 de Agosto de 2011)

Instituto Geográfico Português (IGEO):

http://www.igeo.pt/atlas/Cap2/Cap2c_1.html (site consultado a 21 de Agosto de 2011)

Observatório da Emigração:

<http://observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/592> (site consultado a 2 de Março de 2011)

Observatório da Imigração: <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=593>

(site consultado a 9 de Março de 2012)

ANEXOS

Documento 1: Guião de entrevista à Presidente do Observatório dos Luso-Descendentes e à representante da Associação Cap Magellan.

GUIÃO DAS ENTREVISTAS A INFORMANTES PRIVILEGIADOS,

DE ENTIDADES LIGADAS À PROBLEMÁTICA DOS LUSO-DESCENDENTES

1) Caracterização/perfil:

- a) Tentar saber aproximadamente quantos luso-descendentes correspondentes ao perfil da nossa pesquisa vivem, neste momento, em solo português.
- b) Serão maioritariamente do sexo masculino ou do sexo feminino?

2) Motivos da vinda para Portugal:

- a) Quais os motivos para o “regresso” a Portugal?
- b) Em que média de idade aconteceu o projecto migratório?
- c) Qual a sua situação anterior ao projecto migratório?

3) Integração na sociedade portuguesa:

- a) Integração na sociedade portuguesa: habitação / trabalho / rede social e de amizade / criação da sua própria família.
- b) Relação com a sociedade portuguesa: poderá existir algum preconceito, tanto da parte do luso-descendente como da parte da sociedade portuguesa? Problemática da multiculturalidade.
- c) Os luso-descendentes sentem-se, em regra geral, satisfeitos com o projecto migratório? Sentem que melhoraram a sua vida?
- d) Qual o contributo dos luso-descendentes para a sociedade portuguesa?
- e) Transnacionalismo: que relações/laços existem com o país de origem?

4) Projectos futuros:

- a) Rregresso a França / migração para outro país / inserção definitiva em Portugal?
- 5) Tem outras informações que acha pertinentes e que não tenham sido abordadas na entrevista?

Documento 2: Questionário aos luso-descendentes, utilizado para a elaboração deste trabalho.

Exmo(a) Senhor(a),

O meu nome é Mireille Torrado e sou mestranda em Relações Interculturais da Universidade Aberta, em Lisboa. A dissertação que estou a desenvolver pretende estudar a vivência dos filhos de emigrantes em França que, a certa altura das suas vidas, decidem migrar para Portugal, terra dos seus pais, deixando-os em França. Assim sendo, gostaria de poder contar com a vossa preciosa ajuda no sentido de estudar a vida dos franco-portugueses, filhos da primeira geração, em terras lusitanas, e mais especificamente daqueles que, neste momento, se encontram a residir na área metropolitana de Lisboa.

O questionário que estou a enviar ser-me-á imprescindível, tendo em conta que o seu preenchimento conterà, sem a menor sombra de dúvida, informação de elevada importância para o meu projecto. Assim sendo, peço-lhe que o preencha, pois a sua colaboração e as informações que incluirá no questionário serão, como disse anteriormente, de grande importância para mim e para todos aqueles que se vão rever neste trabalho.

O questionário é totalmente confidencial, pelo que a identidade dos inquiridos será preservada.

Agradecia o envio do questionário preenchido até ao dia 10 de Maio de 2011, para uma análise detalhada dos resultados. O meu e-mail é o seguinte: mireilletorrado@gmail.com. Também posso ser contactada no meu blogue: [mireilletorrado@blogspot.com](http://mireilletorrado.blogspot.com).

No caso de querer acrescentar mais alguma informação e que não o pretenda fazer através do questionário, terei todo o gosto em marcar uma reunião para uma entrevista. Os resultados do estudo poderão ser-lhe comunicados caso esteja interessado e quiser contactar-me.

No caso de eu necessitar tirar alguma dúvida ou aprofundar um tópico sobre uma resposta, gostaria que me desse a sua autorização para o/a contactar pessoalmente.

Agradeço, uma vez mais, toda a vossa ajuda e empenho, pois reconhecer que preencher questionários longos pode ser uma tarefa demorada.

Mireille Torrado

QUESTIONÁRIO

A– Identificação pessoal:

1. Nome (facultativo):

2. Sexo: Masculin Feminin
3. Idade:

4. Naturalidade:

5. Nacionalidade:

6. Estado civil:

7. Local actual de residência:

8. Ocupação profissional actual:

9. Formação escolar: Primári Secundár Curso superi
10. Estudou em Portugal desde a sua chegada a Portugal? Si Não
Se a resposta foi afirmativa, indique que curso(s) tirou:

B– Situação familiar antes do projecto migratório:

1. Local de residência em França (localidade e departamento):

2. Vivia em: Meio rural Meio citadino
3. Residia: Com os pais Vivia sozinho/a Vivia maritalmente
Estava casado/a
4. Era: Estudante Encontrava-se desempregado/a Tinha emprego fixo
Tinha emprego temporário
5. Tem irmãos? Sim Não

Se a resposta for afirmativa, indique por favor local actual de residência dos irmãos: _____

6. Qual a nacionalidade do pai: Portuguesa Dupla nacionalidade

7. Qual a nacionalidade da mãe: Portuguesa Dupla nacionalidade

8. Antes de emigrarem, local onde residia o pai:

9. Antes de emigrarem, local onde residia a mãe: _____

10. Os pais migraram: Antes do casamento Depois do casamento

11. Quem migrou primeiro: O pai A mãe Migraram juntos

12. Em que ano migraram os seus pais:

Pai:

Mãe:

13. Qual a atividade profissional do seu pai antes de emigrar:

14. Qual a atividade profissional da sua mãe antes de emigrar:

15. Qual era o objectivo migratório dos seus pais?

Ficar em França Voltar para Portugal Outro

16. Quais as habilitações escolares do seu pai antes do projecto migratório?

17. Quais as habilitações escolares da sua mãe antes do projecto migratório?

C– Situação social antes do projecto migratório:

1. Fazia parte de alguma associação portuguesa? Sim Não

Se a resposta for afirmativa, indique qual a sua ocupação no seio da associação:

2. Fazia parte de alguma instituição/grupo religioso? Sim Não

3. Costumava ler livros/revistas em língua portuguesa? Sim Não

4. Costumava ver televisão portuguesa? Sim Não

5. Ainda se encontrava a estudar? Sim Não

6. Tinha amigos portugueses? Sim Não
7. Tinha amigos de outra nacionalidade? Sim Não

D– Trajectória escolar antes do projecto migratório:

1. Quais as suas habilitações escolares antes do projecto migratório?

2. Alguma vez reprovou? Sim Não

Se a resposta for afirmativa, então responda às seguintes perguntas. No caso da resposta ser negativa, passe para a pergunta número 3.

Quantas vezes reprovou? _____ Em que ano(s)?

3. Costumava ter ajuda nos trabalhos de casa das seguintes pessoas? Pais
 colegas de escola explicador

Outro: _____

4. Alguma vez sentiu que ter uma língua materna além da língua francesa foi motivo de dificuldade escolar? Sim Não Não sabe

5. Alguma vez se sentiu discriminado na escola por ser luso-descendente?

Sim Não

Se a resposta for afirmativa em que situações se sentiu discriminado? (não há limite de linhas para responder)

E– A aprendizagem da língua portuguesa antes do projecto migratório:

1. Em França, alguma vez teve aulas de português? Sim Não

Se a resposta for afirmativa, responda às perguntas 2, 3, 4, 5 e 6:

2. Onde teve aulas de português:

Associação No ensino básico Na escola secundária (collège)

Por correspondência Outro: _____

3. A partir de que idade começou a ter aulas de língua portuguesa:
A partir dos 6 anos Entre os 7 e os 11 anos Entre os 12 e os 18 anos
Depois dos 18 anos

4. Na sua opinião, estas aulas foram úteis para o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos anteriormente? Sim Não Não sei

5. Em algum momento interrompeu as aulas de português? Sim Não
Se a resposta for afirmativa, responder à pergunta nº 6:

6. Essa interrupção foi decidida pelos pais por si mesmo/a
Justifique as razões da desistência (não há limite de linhas para responder):

7. Quando vivia em França falava português em casa? Sim Não
Às vezes

8. Quando vivia em França, era costume falar com Portugueses em Português?
Sim Não Às vezes

F- A decisão de migrar e a migração:

1. Com que idade migrou para Portugal? 18-nos 25-nos
35-44 anos Mais de 45 anos

2. Em que ano chegou a Portugal?

3. Razões pelas quais decidiu migrar para Portugal (não há limite de linhas para responder):

4. Acha que o facto de os seus pais quererem voltar um dia para Portugal influenciou a sua decisão? (Não responder a esta pergunta se a resposta à pergunta B-16 foi “Ficar em França” Outro Sim Não

Justifique a sua resposta:

5. Fora do contexto escolar, alguma vez se sentiu discriminado em França, por ser luso-descend ? Sim Não sabe

6. De 1 a 5, como se sentia inserido na sociedade francesa?

Justifique (não há limite de linhas para responder):

7. De 1 a 5, qual o seu grau de satisfação por ter sido criado em França?

Justifique (não há limite de linhas para responder):

8. Indicar o local para onde foi viver ao chegar a Portugal:

Casa de férias dos pais Apartamento alugado Outro local:

9. Teve ajuda na procura de alojamento sim não

Se a resposta for afirmativa, quem o ajudou?

G- A chegada a Portugal e a adaptação inicial:

1. Ao chegar a Portugal, teve ajuda: De família De amigos

Não teve ajuda outro:

2. Encontrou um emprego a partir de França?

3. Se a resposta for negativa, então indique de que maneira encontrou um emprego (não há limite de linhas para responder):

4. De 1 a 5, qual foi o grau de satisfação com o seu primeiro emprego em Portugal? _____

Justifique (não há limite de linhas para responder):

5. Ainda se mantém no mesmo local de trabalho? sim não

Se a resposta for negativa, indique quais foram os motivos da saída (não há limite de linhas para responder):

H- Integração na sociedade portuguesa e ligação com a França:

1. Voltou a estudar após a sua chegada a Portugal? Sim Não

Se a resposta anterior for afirmativa, indique o curso frequentado e o ano de conclusão:

2. Antes do projecto migratório já havia viajado para Portugal? Sim Não

Não

3. Se a resposta anterior foi afirmativa, indique quantas vezes por ano se deslocava a Portugal: 1-2 vezes 3-4 vezes mais de 4 vezes

4. Durante estes períodos de férias, qual a sua opinião sobre Portugal?
(pode optar por várias opções)

Local de férias e de divertimento

Bom clima

Local onde se encontra a família

País onde se vive melhor do que em França

País mais calmo

É bom porque há o mar

País mais atrasado do que a França

Há mais oportunidades de emprego em França

Não se identificava com Portugal

Não gostava de passar férias em Portugal

Os seus amigos estavam todos em França

O nível de vida seria diferente se vivesse em Portugal

Outra:

5. Qual a sua ocupação profissional actual? Sente-se satisfeito com este projecto laboral? (não há limite de linhas para responder)

6. Alguma vez se sentiu discriminado em Portugal? Sim Não

Justifique (não há limite de linhas para responder):

7. Quando chegou a Portugal como achava que seria a sua adaptação?

Muito fácil Fácil Difícil Muito difícil Sem opinião

8. O que tem feito para se integrar na sociedade portuguesa?

Faz parte de uma associação portuguesa

Faz parte de um grupo religioso

Participa activamente na vida política de Portugal

Tem um grupo de amigos portugueses

Adoptou hábitos culinários portugueses

Vê televisão portuguesa

Lê jornais e revistas portugueses

Os seus filhos estudam em escolas portuguesas

Outros: _____

9. Sente saudades de França? Muito Pouco Às vezes Nenhuma

Se respondeu “muito”, “pouco” ou “às vezes”, indique do que sente mais saudades:

Da família

Da cultura

Da língua

Dos amigos

Da organização da sociedade

Do nível de vida

Da alimentação

Do comportamento das pessoas em geral

Outro(s): _____

10. Constituiu família em Portugal? n o

Se a resposta for afirmativa, indique se casou, se vive maritalmente, se teve filhos e qual a nacionalidade do parceiro:

11. Mantém laços económicos com a França? n o

Se a resposta foi afirmativa, indique quais:

12. Mantém laços afectivos em França? n o Quais:

13. Costuma viajar para França?

Nunca

1 vez por ano

2-3 vezes por ano

Mais de 3 vezes por ano

De vez em quando

14. Quais as razões para se deslocar a França (pode optar por várias opções):

Razões profissionais Razões pessoais Razões culturais

Outros:

15. Os seus melhores amigos são: Franc s Luso-descende s

Portugueses Outras nacionalidades: _____

16. Considera-se integrado na sociedade portuguesa? n o

Justifique a sua resposta (não há limite de linhas para responder):

I–Situação dos pais após o seu projecto migratório:

1. Após a sua migração, os seus pais regressaram para Portugal? Sim Não

Se a resposta foi afirmativa, indique o ano de regresso:

2. Na sua opinião, eles estão satisfeitos com o regresso? Sim Não

3. Os seus pais esperaram pela reforma para regressar? Sim Não

Em caso de resposta negativa, quanto tempo faltava para a reforma?

J–A sua vivência no dia-a-dia em Portugal:

1. A língua francesa tem sido uma ferramenta útil para desempenhar tarefas profissionais? Sim Não

Justifique a sua resposta (não há limite de linhas para responder):

2. A ideia que tinha de Portugal alterou-se após a vinda para Portugal?

Sim Não

Justifique a sua resposta (não há limite de linhas para responder):

3. Quais as maiores diferenças que notou entre Portugal e a França? (não há limite de linhas para responder):

4. Acha que os portugueses o vêem como Francês ou como Português?

Francês Português

Justifique a sua resposta (não há limite de linhas para responder):

5. Indique cinco adjectivos que, a seu ver, caracterizam os portugueses e justifique as suas opções (não há limite de linhas para responder):

6. Olhando para trás, chegou a concretizar os objectivos que o levaram a migrar?

Sim Não Em parte

Justifique a sua resposta (não há limite de linhas para responder):

7. Pensa um dia voltar para França? Sim Não Talvez

Justifique a sua resposta (não há limite de linhas para responder):

8. Considera migrar para outro país? Sim Não Talvez

Justifique a sua resposta (não há limite de linhas para responder):

K– Coloque aqui a informação que acha útil incluir neste questionário e que não foi abordada:

Documento 3: Listagem de alguns acordos políticos assinados por França e Portugal para regulação da emigração portuguesa (Fonte: Observatório da Imigração)

Data	Acordo
1944	Decreto-Lei nº 33 918 de 5 de Setembro: o acesso ao passaporte ordinário é vedado aos operários e aos trabalhadores rurais e quem emigrar em posse do passaporte ordinário fica sujeito às penas aplicadas à emigração irregular.
1947	Decreto-Lei nº 36 558 de 28 de Outubro: a política de emigração em Portugal fica a cargo da Junta de Emigração).
1960	<p>1. Portugal celebra um acordo com a França a fim de aplicar a convenção geral franco-portuguesa sobre segurança social datada de 16 de Novembro de 1957; Acordo complementar na mesma convenção geral de 30 de Outubro de 1958 relativo ao abono de família dos trabalhadores migrantes.</p> <p>2. Decreto-Lei nº 43 309 de 12 de Novembro – Última Lei de amnistia para reprimir a emigração irregular.</p>
1961	Artigo 86º do Decreto-Lei nº 43 582 de 4 de Abril: punição até dois anos de prisão para quem ajuda outrem a emigrar ilegalmente (redes de tráfico).
1962	Decreto-Lei nº 44 427 e Decreto-Lei nº 44 428 de 29 de Junho: a emigração era caracterizada como temporária (ausência do país inferior a um ano), anónima (quando o recrutamento é processado através da Junta de Emigração) ou nominativa (quando o trabalhador português possui um contrato de trabalho ou carta de chamada obtida por conta própria do emigrante). O Estado dá funções acrescidas à Junta de Emigração e realça o papel de orientador do emigrante desde o momento em que decide sair do país e durante a sua permanência ao país receptor. Dispensa da intervenção de parentes até ao 3º grau como intermediários nos contratos de trabalho para obtenção do passaporte de emigrantes.
1965	15 de Março: França e Portugal assinam um acordo administrativo sobre prestações familiares aos Portugueses que trabalham em França.
1966-	Decreto-Lei nº 46 939 de 5 de Abril de 1966, Decreto-Lei nº 48 783 de 21 de

1970	Dezembro de 1968, Decreto-Lei nº 347/70 de 25 de Julho: leis que visam à formação de uma política de emigração organizada devido à subida em flecha da emigração irregular.
1969	Decreto-Lei nº 49 400 de 19 de Novembro: a emigração deixa de ser considerada crime para ser punível com multa, à exceção daqueles que têm como intenção fugir ao serviço militar.
1970	Decreto-Lei nº 402/70 de 22 de Agosto: criação do Secretariado Nacional da Emigração.
1971	Decreto nº 71880 de 29 de Outubro: a França fixa uma quota de 65.000 emigrantes portugueses autorizados a entrar em França e impede o reagrupamento familiar.
1977	D.R. nº 48, Iª série de 26 de Fevereiro: Portugal assina um acordo com a França relativamente à emigração e à promoção dos trabalhadores portugueses e das suas famílias. Aceita-se o reagrupamento familiar, facilita-se a promoção profissional e social, garante-se a preservação da identidade cultural e facilita-se a reinserção voluntária daqueles que desejam voltar para Portugal.